



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO INSTITUTO DE
HUMANIDADES**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM
HUMANIDADES-MIH**

**UM PASSADO NO ENCONTRO COM O PRESENTE E O FUTURO: A Comunidade
da Sundy e o Desenvolvimento Sustentável na Ilha do Príncipe**

MARIA DA LUZ FONSECA DE CARVALHO

REDENÇÃO, CEARÁ – BRASIL

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Carvalho, Maria da Luz Fonseca de.

C325p

Um passado no encontro com o presente e o futuro: a Comunidade da Sundy e o desenvolvimento sustentável na Ilha do Príncipe / Maria da Luz Fonseca de Carvalho. - Redenção, 2023.
151f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Profa. Dra. Natalia Cabanillas.

1. Comunidade - Desenvolvimento. 2. Sustentabilidade. 3. Gênero. 4. São Tomé e Príncipe. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 307.096715

MARIA DA LUZ FONSECA DE CARVALHO

**UM PASSADO NO ENCONTRO COM O PRESENTE E O FUTURO: A Comunidade
da Sundry e o Desenvolvimento Sustentável na Ilha do Príncipe**

Dissertação submetida ao Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Humanidades (MIH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para obtenção de título de mestre.

Orientadora: Natalia Cabanillas

REDENÇÃO, CEARÁ – BRASIL

2023

MARIA DA LUZ FONSECA DE CARVALHO

UM PASSADO NO ENCONTRO COM O PRESENTE E O FUTURO: A Comunidade da Sundry e o Desenvolvimento Sustentável na Ilha do Príncipe

Dissertação submetida ao Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Humanidades

Orientadora: Natalia Cabanillas

BANCA EXAMINADORA PARA A DEFESA

Profa. Dra. Natalia Cabanillas
(Presidenta)



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA CABANILLAS, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 07/07/2023, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Profa. Dr. Larissa Oliveira e Gabarra
(Examinadora Interna)



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA OLIVEIRA E GABARRA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 07/07/2023, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Profa. Dr. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan
(Examinadora Externa)



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 05/07/2023, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Profa. Dr. Rosangela Ribeiro da Silva
(Examinadora Externa)



Documento assinado eletronicamente por **ROSANGELA RIBEIRO DA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 07/07/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa
(Examinadora Interna)



Documento assinado eletronicamente por **JACQUELINE DA SILVA COSTA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 11/07/2023, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0714129** e o código CRC **4B65B205**.

Dedicado à Ana Maria Fonseca, a mulher mais importante da minha vida, e a todas as mulheres que forjam na luta um caminho de resistência e acolhimento para suas companheiras. Que a liberdade seja sempre a nossa autodeterminação!

AGRADECIMENTOS

Vocês me perguntam quem sou eu? Respondo: eu sou, primeiramente, o homem de uma comunidade historicamente situada, eu sou negro e isto é fundamental. Esta é a definição da minha identidade. Eu pertenço, pois, a uma história. É uma afirmação de uma fidelidade. Em meu espírito não há lugar para a negação, é também a afirmação de uma solidariedade. Isto significa que me sinto solidário com todos os homens que lutam pela liberdade, com todos os homens que sofrem, e antes de todo com aqueles que mais sofreram e que foram frequentemente esquecidos, eu falo dos Negros.

Aimé Césaire (1987)

Primeiramente, dedico os agradecimentos à minha ancestralidade, em especial a minha avó materna da qual recebi o nome, Maria da Luz Fonseca. Quero agradecer também à Ana Maria Fonseca, minha mãe, por ter escolhido me receber neste mundo mesmo com todas as circunstâncias em sua vida.

Às minhas irmãs, Jessica, Jucilina, Tânia, Ester e José, agradeço por serem parte da construção da família que Ana tanto desejou. Sou grata por compartilhar com vocês cada conquista da minha trajetória de vida.

A minha família que a universidade me presenteou: Sidjey Vilhete, Gizabel Mitsa, Askanio Teixeira, Egas Noronha, Dimas Teixeira, Artimiza Vieira e Jeny Ananias agradeço pela manutenção dos afetos que possibilitaram a renovação das forças no exercício da escrita.

Um agradecimento em especial às professoras: Jacqueline Costa, Carol Bernardo, Rosângela Ribeiro, Carla Susana Abrantes, Natália Cabanillas, Luma Andrade, Peti Mama, Denise Costa, por extrapolar os muros das universidades e possibilitar uma interação baseada no respeito, sensibilidade, afeto e profissionalismo. Para além de telas como referência, sou inteiramente grata por dividir vivências que me impulsionam a construir um modelo de profissional baseado na humanização.

Quero agradecer também aos movimentos sociais universitários dos quais fui membro (DCE, RIMA, SolAfro, KIZOMBA, PROJETO DE INDEPENDÊNCIA, que foram e são essenciais na minha formação política, como ativista dos direitos humanos, direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIAP+. De forma muito calorosa e especial, quero deixar aqui os meus agradecimentos a Luluca, a mulher que abriu os caminhos para mim na comunidade da Sundy para que eu pudesse realizar esta etnografia. Acredito que sem a sua presença e sabedoria não seria possível da forma que foi possível.

Agradecer a Comunidade da Sundy por depositar em mim esse voto de confiança para erguer nossas vozes na luta contra todo tipo de opressão que se estabeleceu na Sundy. Todo meu respeito e solidariedade.

Quero agradecer ao Eliel Trindade por me dar suporte emocional durante toda a pesquisa de campo, diante das minhas inconstâncias em função dos desafios de ser mulher e bissexual na ilha do Príncipe. Evidentemente, a sua presença e amizade tornaram a experiência em casa e no campo menos solitária.

Embora a Ilha do Príncipe enfrente o desafio de aceitação da diversidade sexual das mulheres e dos gays desta ilha, quero agradecer a comunidade bissexual, lesbica e gay (não oficial) pelo acolhimento, carinho e cuidado, em especial a Moça Bonita pelas longas e incessantes noites cercadas de contratempos e banheiros inventados, mas de muita troca afetiva seguida de abraços, beijos e carícias. Toda forma de amar cabe nas nossas existências, ainda que sejamos vigiadas por pessoas e entidades que ameaçam a nossa narrativa. De todos os amores escolhemos aquele que nos liberta e alimenta a sede de viver. Ser quem somos requer coragem e determinação ainda que nos escondemos ou recuamos. "Ninguém vai poder querer nos dizer como amar".

Agradecer também aos orixás que tenho mantido em minhas orações e que me guiaram até aqui. Aos abundantes mares, rios e florestas que me banharam com o seu axé para que eu me sentisse aliviada para seguir.

Não poderia deixar de agradecer a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, que apesar dos desafios tem construído caminhos mais esperançosos para o povo Preto, Quilombola, Indígena, Cigano e a comunidade LGBTQIA+. Compreender a importância dessas comunidades na ampliação e na construção de novas epistemologias que facultam produzir um conhecimento de caráter emancipatório.

Por fim, quero agradecer a mim, Maria da Luz Fonseca por ter suportado os desafios de pertencer e não se sentir pertencente ao espaço acadêmico. Sabemos que apesar dos pontos positivos que caracterizam a nossa universidade, as salas de aulas são e estão rodeadas de práticas racistas, preconceitos e xenofobia. É preciso ter coragem para suportar, embora falte às vezes. Assim, desejo que o meu povo tenha a chance de frequentar esses espaços de forma mais fortalecida e que encontrem conforto nos seus professores/as humanizados/as, amigos e conhecidos assim como eu encontrei.

RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo pesquisar a relação entre o empreendimento turístico da empresa HBD e o reassentamento da Comunidade Sundry, localizada em Príncipe, São Tomé e Príncipe. Com base no discurso desenvolvimentista e por meio de uma abordagem etnográfica, bibliográfica e documental, pretende-se estabelecer um olhar que amplia nossos horizontes de forma mais ética e empática para construção alternativa e emancipatória das comunidades e sociedades africanas, que vêm sendo engolidas pelas importações de práticas de desenvolvimento econômico ineficazes. Nesse sentido, queremos entender como esses projetos contribuem para a propagação das desigualdades sociais, partindo da perspectiva de que São Tomé e Príncipe é um país que viveu a colonização portuguesa e carrega consigo memórias que interferem na sua performance cotidiana. A análise do conceito de desenvolvimento e de sustentabilidade com características de um discurso importado, ganha destaque neste trabalho, sendo incongruente às diversas realidades africanas. Como um mero formalismo, um desenvolvimento pautado apenas nas reflexões econômicas, onde não possibilita pensar e analisar essas diversas realidades e como as relações sociais comunitárias podem determinar este entendimento para a perspectiva africana. Este trabalho importa pela necessidade de um olhar de dentro para fora, reescrevendo a narrativa que é imposta pela cartografia colonialista. Para isso, nos embarcamos no conceito de escrevivência para denunciar e reescrever nossa história.

Palavra chave: Desenvolvimento, Comunidade, Gênero, Sustentabilidade.

A PAST MEETS THE PRESENT AND THE FUTURE: The Sundy Community and Sustainable Development on Príncipe Island

ABSTRACT

The present study aims to investigate the relationship between the tourist enterprise of the company HBD and the resettlement of the Sundy Community, located in Príncipe, São Tomé and Príncipe. Based on the developmental discourse and through an ethnographic, bibliographical and documentary approach, it is intended to establish a look that broadens our horizons in a more ethical and empathetic way for an alternative emancipatory construction of African communities and societies, which have come being swallowed up by imports of ineffective economic development practices. In this sense, we want to understand how these projects contribute to the propagation of social inequalities, starting from the perspective that São Tomé and Príncipe is a country that experienced Portuguese colonization and carries with it memories that interfere in its daily performance. The analysis of the concept of development and sustainability with characteristics of an imported discourse, stands out in this work, being incongruous to the different African realities. As a mere formalism, a development based only on economic reflections, where it does not allow thinking and analyzing these different realities and how community social relations can determine this understanding for the African perspective. This work is important due to the need to look from the inside out, rewriting the narrative imposed by colonialist cartography. For this, we embarked concept of writing to denounce and rewrite our history.

Keywords: Development, Community, Gender, Sustainability.

PASSADU NA INCONTRU KU FUTURU I PRESENTI: Kumuninadi di Sundy ku Desenvolvimentu Sustentavel na Ilha di Principe

Rizumu¹

Kel trabadju li teni objetivu di cumprindi impredimentu turistiku di impreza HBD e Kel reassentamentu di kumunidade di Sundy na Ilha do Príncipe, São Tomé e Príncipe. Ku basi na discursu sobri desenvolvimentu i pah metodu etnográfiku, bibliográfiku e dukumental, tá pretendi stabeleci Kel olhar ki tá amplia nós orizonti do manera etika i impatika na custruson alternativa i imancipatoria di comunidade i sociedade africana, ki tá sedo ingolidu pah importason di pratikas do desenvolvimentu iconomiku inefikaz. Di Kel forma, nu kre intendi modi ki Kel projetou tá contrubi na propagason do desigualdade social, sendu ki San Tomé i Príncipe i um país ki viveba colonizason portuguesa e tá carega na si kabesa memorias ki tá interfiri na si dia dia. Kel analiso di conceitu de desenvolvimentu i di sustentabilidade ku karateristika di discursu strangeru, tá ganha distaki pamodi si falta di kuerensa nas sociedade africana. Forma ki tá kompota, tá parci má eh apenas formalismo dja keh tá diskutidu soh na reflexon iconomika, nundi Ka tá posibilitadu pênsa e analisa kes diversus realidade i cima kes relason kumunitaria podi determina Kel intendimentu pah olhar afrikanu. Kel trabadju tá sedu importanti pah necessidade di odja do dentu pah fora, pah rescrebi Kel narrativa ki tá sedu imposto pah colonialista. Pah kela, nu tá inbarka na screbivencia pah denuncia e rescrebi nós stória.

Palabra xabi: Dizinvolvimentu, kumunidade, Generu, Sustentabilidade

¹ Resumo em crioulo de Cabo Verde em homenagem às pessoas da comunidade da Sundy, mas também para refletirmos sobre a urgência de incluirmos nossas línguas maternas em nossos textos acadêmicos para que os agentes e nossas comunidades possam ter acesso nessas línguas e assim compreender o nosso trabalho.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

HBD	“here be dragons” (aqui há dragões) Empresa Turística
UNI HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Programme des Nations unies pour les tablissements humains)
LGBTQIAP+ Assexuais, Pansexuais +	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queers, Intersexuais,
DCE	Diretório Central Estudantil
KIZOMBA	Movimento de Juventude para a luta democrática, socialista, feminista, antirracista, antiproibicionista e antiLGBTfbica
SOLAFRO	Grupo de Estudo feministas que significa solidariedade africana
RIMA	Rede de Mulheres Africanas
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
CIPP	Comitê de Implementação Participativa de Projeto
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ONU	Organização das Nações Unidas
PET	Programa de Educação Tutorial Humanidades e Letras
EME	Encontro de Mulheres Estudantes
ENUNE	Econtro Nacional dos Estudantes Negros
UNE	União Nacional dos Estudantes
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
INESTP	Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe

SUMÁRIO

Introdução	12
1- O FANTASMA DA COLONIZAÇÃO	19
1.1. Ana, eu, a história e nós	20
1.2. Ana, as Roças e a resistência	25
1.3. Roça Sun dyá, o contrato e a origem	28
2. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA EM VOLTA DO “EU” PESQUISADORA NO CONTEXTO DO CAMPO	36
2.1 Bioepistemologia como ferramenta de construção de um conhecimento emancipador	36
2.2. Uma reflexão metodológica com base na decolonialidade	48
2.3. Reflexão metodológica sobre o uso do gravador na entrevista, câmera e bloco de anotação na pesquisa de campo	53
3. REFLEXÃO EM TORNO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	56
3.1. Ponderação crítica sobre o conceito de desenvolvimento	56
4. A SUSTENTABILIDADE E OS 4Cs: uma crítica comunitária associada ao desenvolvimento endógeno	69
4.1. A SUSTENTABILIDADE	69
4.2. Comunidade	76
4.3. O mito empresarial da Conservação do meio ambiente da empresa HBD	85
4.4. Cultura	90
4.5. Comércio	91
4.6. Desenvolvimento alternativo, Ubuntu como caminho	95
5. Considerações Finais	100
6. FOTOGRAFIAS DA PESQUISA DE CAMPO NA COMUNIDADE SUNDY 2023	
7. Referências Bibliográfica	

Introdução

A comunidade da Sundy situa-se a nove quilômetros da capital da Ilha do Príncipe (Cidade de Santo Antônio). É composta por agricultoras/res e pescadoras/res e vem sendo afetada, desde 2012, por um grande empreendimento turístico liderado pela empresa HBD em acordos estabelecidos com o governo regional, nacional e organismos internacionais (dentre os quais se destaca as Nações Unidas). De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, EIA, (2017) realizado pela empresa HBD, são cerca de 130 famílias residentes no terreiro da Sundy.

Palco de um dos investidores internacionais mais disputados pelos Governos de São Tomé e Príncipe, Sundy conheceu em 2012 o segundo maior investidor de São Tomé e Príncipe, a empresa sul africana, HBD - Turism Investiments Unipessoal Lda. Trata-se de uma empresa de capital estrangeiro, Sul Africana, vinculada ao Guichê Único² para Empresas em São Tomé, mas que tem a sua sede na Ilha do Príncipe. Segundo a *Jornal Visão* (2014), suas atividades são de caráter empresarial, ou seja, a empresa tem se dedicado à consultoria e prestação de serviços diversos na área turística e do entretenimento. “Outros objetivos da empresa são a formação e certificação profissional incluindo o desenvolvimento de cursos específicos na área de hotelaria e turismo.” (ESTUDOS DO IMPACTO AMBIENTAL (EIA), 2017. p. 2).

O acesso à comunidade de Sundy se dá por meio de carro ou de motorizadas. Há quem (como os moradores da comunidade que não possuem possibilidade de um meio de transporte) opte por fazer todo o percurso a pé ou através da boleia (carona). Estas famílias (130) serão, a partir do projeto de reassentamento, transferidas para uma Nova Sundy ou Terra Prometida, como chamam os moradores, que está sendo projetada também pelo Programa das Nações Unidas (ONU) denominado UN-HABITAT, um programa para assentamento humano que visa “contribuir para a melhoria qualitativa de condições de vida” daquela população – de acordo com a nova agenda de urbanização aprovada na Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, legitimados pelos países membros, do qual São Tomé e Príncipe faz parte. Segundo esse organismo internacional, o Programa está diretamente voltado para o estabelecimento de moradias sustentáveis no que concerne a uma perspectiva social e ambiental. Fundado em 1978, o

² *Guichê Único para Empresas* é um serviço público sob a égide do Ministério da Justiça, Administração Pública e Assuntos Parlamentares, com competência para proceder ao registro completo de empresas (sociedades comerciais).

UN-Habitat conta com mais de 171 países comprometidos com a urbanização, nos termos formulados pelo programa.

O reassentamento da comunidade representa a transferência dessas 130 famílias para um outro território, em função das construções e implementação do empreendimento turístico da empresa HBD sob a perspectiva da sustentabilidade. “A esse objetivo global, deu-se o nome de "desenvolvimento sustentável" (SATO, 2022, p. 30). Sustentabilidade significa atingir muitos objetivos do programa simultaneamente. Preocupações ambientais, sociais e econômicas devem ser levadas em consideração. De acordo com a Comissão de Desenvolvimento Global e Meio Ambiente das Nações Unidas, o desenvolvimento sustentável implica atender às necessidades da população global hoje sem comprometer as das gerações futuras.

Assim, esta mudança estabeleceu inúmeros conflitos para toda a comunidade. Durante a pesquisa de campo (2023), alguns moradores demonstravam seus descontentamento referente ao modo como o reassentamento está sendo conduzido. Assim, levantavam questões relacionadas à transferência dos pescadores para uma praia mais distante da comunidade, a dificuldade de assegurar que seus materiais de pesca estivessem seguros, a dificuldade de realização da agricultura de subsistência e a preocupação com o solo úmido e pantanoso que habitará a nova Sundry, a angústia com o desemprego, e as más condições de trabalho. Essa mudança, pode afetar a baixa produção das atividades que são realizadas dentro da comunidade, como por exemplo o óleo de coco que depende de acesso às praias para sua confecção. De certa forma, os trabalhos e os esforços dos moradores da nova Sundry serão redobrados devido à distância entre uma Sundry e a outra.

A empresa HBD pertence ao empreendedor Mark Shuttleworth, um sul-africano (branco) de 49 anos de idade, empresário milionário que acredita na “preservação da exuberância tropical da ilha” associada à ideia de “desenvolvimento sustentável” para a região do Príncipe. Mark enriqueceu através das suas habilidades tecnológicas quando vendeu a startup (empresas novas e rentáveis) que havia criado. Em decorrência desta venda e aquisição milionária, Mark foi o primeiro turista espacial africano (REVISTA LUSÓFONA, 2015, p. 3).

A presente pesquisa se constrói buscando uma reflexão sobre empreendimentos e desenvolvimento na relação com comunidades locais, já que encontramos no campo o discurso de melhoria de condições de vida dessas populações como um argumento de

destaque. Isso se apresenta no caso do Estudo de Impacto Ambiental que tem como objetivo destacar o reassentamento das famílias residentes na comunidade da Sundry, como uma mudança alternativa para melhorar a vida das pessoas. Para além das narrativas dos interessados no investimento, esses discursos acabam sendo reproduzidos dentro da comunidade, dando ênfase a necessidade de transferência dos moradores.

No entanto, se prevê a existência de um jogo de relação de poder entre Estado, Empresa e Comunidade, que se pauta por meio da detenção de capital, como é comum aos grandes empreendimentos com características similares aos da comunidade de Sundry. Uma das propostas de trabalhar este tema é compreender como essas relações se estabelecem, a partir da reprodução de discursos e das relações raciais, entendendo que, o poder não surge apenas do capital ou dos recursos financeiros, mas das relações sociais, constituídas anteriormente por processos históricos de carácter similar.

Partindo de Elias (1994), procura-se entender como a comunidade se percebe em meio a esse empreendimento nunca visto na Sundry, nos perguntamos como compreender essa relação de poder? Outras perguntas que mobilizam essa pesquisa são: Quais seriam as vantagens e desvantagens desse empreendimento para a Comunidade? Consequentemente, quanto aos laços de solidariedade, quais seriam os efeitos para as condições materiais de sobrevivência da população local, levando em conta a exclusão e outros efeitos que o modelo de negócios adotado pode acarretar? Como algumas medidas adotadas pelo o Estado e a empresa HDB contribuem na produção de desigualdade social?

Nesta senda, pretendemos trazer para este debate, possibilidades de um olhar mais detalhado e crítico, concernente aos modelos importados de desenvolvimento que utilizam como encantamento para dissuadir, muitas vezes, a traçar caminhos poucos inteligentes no que diz respeito a formas de controle, considerando que, o continente africano vem sofrendo uma série de crises, como aponta Malomalo (2022).

Este trabalho tem como objetivo geral pesquisar a relação entre o empreendimento da empresa HBD e o desenvolvimento da Comunidade Sundry. Entretanto, para responder a esse objetivo geral, os objetivos específicos são: 1) analisar o discurso da empresa e do governo sobre o desenvolvimento sustentável e até que ponto estes conceitos têm sido colocados em prática; 2- pesquisar os impactos que o empreendimento da HBD trouxe para a comunidade de Sundry 3) Averiguar a dinâmica das desigualdades sociais, raciais e de gênero no contexto da instalação do empreendimento.

Para melhor alcance dos objetivos desta pesquisa, foi eleito a bioespistemologia MALOMALO (2005), a escrevivência EVARISTO (2019) com a intenção de produzir uma etnografia que proporcione criticamente a ideia do campo como um espaço a ser vivenciado e não acessado. Dessa forma, este estudo atravessa dimensões variadas da minha trajetória enquanto mulher, preta, bissexual e africana. Nesta senda, a minha trajetória de vida, da minha mãe e da minha avó se configura como um marcador relevante para alinhar pontos-chaves que me possibilitaram chegar até a construção desta pesquisa, por meio de um percurso acadêmico, que posteriormente estabelece as devidas relações entre o lugar de onde venho, vislumbrando mudanças comunitárias possíveis.

Nessa perspectiva, Malomalo (2005) aponta que os adeptos do pensamento dominante acreditam na neutralidade científica, e faz desta um dogma. Privilegiam o formalismo científico omitindo os efeitos da dominação social da ciência contemporânea (MALOMALO, 2005, p. 24). De certa forma, pensar a neutralidade em nossas produções científicas levanta uma série de questões relacionadas às demandas raciais. Quando discutimos, por exemplo, o lugar social em que as populações negras-africanas ocupam em função de um evento histórico, podemos nos perguntar a quem interessa que o fazer científico seja neutro? Assim, eleger as temáticas que atravessam as nossas comunidades e nação, estão diretamente ligadas a nossa sobrevivência.

Foi por meio de uma experiência interdisciplinar que pude construir esta pesquisa, e é por meio dela que pude abrir meus olhos para perceber a potencialidade da integração dos saberes, avaliando os reais comprometimentos com uma formação epistemológica que questiona as formas hegemônicas de se fazer ciência, pensando a preocupação do projeto em entender os processos da comunidade através dela e não por meio de uma narrativa que destoa da realidade.

Neste sentido, em 2017 foi realizada a pesquisa preliminar de campo que constituiu como ferramenta de revisão para o campo do ano de 2023. A pesquisa de campo em 2017 teve a duração de um mês, tanto na comunidade da Sundy quanto na Ilha do Príncipe. No campo foi possível entrevistar cinquenta pessoas, estando elas divididas entre os pescadores que moravam na praia da Sundy e os moradores da Roça. Sendo assim, as entrevistas foram realizadas de forma individual e coletiva. Considerando as circunstâncias daquela época e a necessidade de avaliar o modelo de coleta de informações, algumas entrevistas foram realizadas em forma de conversas formais e informais. Neste mesmo ano, foi possível

acompanhar durante um mês o Comitê Participativo de Implementação de Projeto, CIPP. As reuniões da CIPP eram realizadas todas na comunidade da Sundy, pela solicitação de representantes da empresa HBD e do Governo Regional.

Em 2023, a pesquisa de campo teve a duração de dois meses na comunidade da Sundy, sendo quatro meses morando na Ilha do Príncipe. A minha deslocação a Sundy se dava de forma diária e por meio de boleia (carona) através do transporte que buscava e deixava os funcionários da empresa HBD. A ida diária para Sundy foi uma escolha, partindo da minha compreensão através dos debates referentes às moradias e as inconveniências que a minha presença em uma dessas residências ou família poderiam ocasionar. Nesta pesquisa de campo, foram realizadas vinte entrevistas: em formato coletivo e individual. De certo modo, as entrevistas individuais estimulavam as entrevistas coletivas, na medida em que ia entrevistando um morador, outros acabavam chegando para escutar, complementar e solicitar suas contribuições. As visitas à Terra Prometida só foram possíveis pela ajuda de um morador que também foi entrevistado, mas que, no entanto, não quis ser identificado neste texto. Segundo ele, as visitas às casas da Nova Sundy só eram concebidas por moradores da Sundy que possuem residência naquele território, caso contrário as visitas seriam negadas pelos seguranças.

Para estabelecer a história de São Tomé e Príncipe a partir da escrivência, realizei cinco entrevistas em momentos distintos com Ana Maria Fonseca (minha mãe), com o intuito de construir uma genealogia familiar feminina que atravessa as relações históricas de São Tomé e Príncipe por meio do sistema de contratado e do próprio período colonial. Entretanto, algumas das informações para a realização da entrevista partiu do longa metragem “A Luta de Nzinga” realizado pela 202bfilmes no ano de 2020 na Ilha do Príncipe. Neste longa, contamos a minha trajetória de vida atrelado a trajetória da minha mãe, e a importância da escola e da Unilab no meu processo de emancipação. De forma antagônica, poderia afirmar que o número de entrevistas realizadas com a minha mãe extrapolam a sua real necessidade, no entanto, esse número representa as complexidades em torno do acesso ao lugar de dor que acomoda uma parte de sua trajetória enquanto mulher e estrangeira, que talvez nunca seja superado. Assim, foi e é necessário ter calma, empatia e responsabilidade com o processo.

A partir do site web da empresa HBD, foi possível analisar as propagandas referentes à perspectiva da sustentabilidade da empresa, contrapondo as suas ações e omissões juntamente aos relatos dos/as integrantes da comunidade de Sundy.

Estas experiências me levaram a pensar como algumas sociedades estão sujeitas e vulneráveis a sofrer imposições de grupos que não fazem parte do seu contexto social. Pensar no entanto, o que leva as pessoas a investirem em lugares pré-determinados com potencialidades turísticas ou empresariais. Tomando consciência que essas relações são desenvolvidas na perspectiva capitalista, e da própria situação social em que determinado grupo se encontra, as comunidades se tornam propensas e muitas vezes refém de práticas desiguais, fazendo com que esses investimentos desconsiderem que ali existia uma forma de organização que se difere de outras realidades. Estes investimentos carregam consigo alguns discursos que determinam, de forma não muito coerente, a situação de pobreza em que algumas dessas comunidades afetadas se encontram.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho temos a possibilidade de construir a trajetória da minha mãe (Ana Maria Fonseca) associada à perspectiva do sistema de contratado que atravessa a comunidade da Sundry. No segundo capítulo, discutimos a metodologia para este trabalho, que tem seu foco na etnografia da comunidade da Sundry como forma de denúncia e emancipação. Nesta seção também são apontados as percepções em torno do trabalho etnográfico através de figuras femininas comunitárias que possibilitaram este trabalho. Por meio da bioespistemologia Malomalo (2009) e a perspectiva de escrevivência de Conceição Evaristo (2019), construímos uma etnografia que acolha as noções e contribuições do continente africano, que atravessam o cotidiano dos seus sujeitos, com intuito de construção de um conhecimento contra-hegemônico que se concentra em entender as sociedades por meio de uma descrição rica em valores, costumes e culturas.

O terceiro capítulo discute o conceito de desenvolvimento, seu surgimento e origem, possibilitando posteriormente a compreensão de que modelos ocidentais de desenvolvimento muitas vezes não dão conta de responder às realidades africanas. Neste sentido, é necessário estabelecer uma reflexão teórica que suporta a análise do conceito de desenvolvimento sob a perspectiva de pensar um projeto alternativo. A análise e reflexão em torno dos conceitos que induzem a perspectiva do desenvolvimento, pressupõe o ponto de partida para a compreensão da eleição do desenvolvimento sustentável apresentado pela empresa HBD no projeto de reassentamento para a comunidade da Sundry. Por fim, o quarto se trata de uma junção da reflexão do conceito de sustentabilidade e as contradições de sua aplicabilidade para a comunidade Sundry, apresentando o desenvolvimento endógeno como caminho. Queremos enfatizar com esta pesquisa a prática da perspectiva ubuntu como possibilidade de alternativa (MALOMALO, 2022, p. 25), distinto ao que o relatório de BRUNDTLAND (1987) propõe, por exemplo, para o planeta como um todo. Este relatório aborda uma série de ideias sobre o

desenvolvimento sustentável, em que defende que a pobreza extrema do terceiro mundo e o consumo excessivo do primeiro mundo foram as razões fundamentais que impediram a igualdade global e resultaram em graves desastres ambientais. Dessa forma, forneceu dados sobre aquecimento global, chuva ácida e destruição da camada de ozônio, tópicos relativamente novos na época de seu lançamento, propiciando a realização de uma nova conferência internacional para avaliar esses e outros impactos ambientais significativos. Mediante este cenário, é oportuno refletir sobre a perspectiva Ubuntu que, se configura como um caminho para compreender as relações sociais estabelecidas no continente africano a partir de sua forma de organização, atendendo aos processos históricos e as necessidades criadas por ele, e a partir disso pensar o desenvolvimento sob a ótica endógena.

O intuito da terceira seção é estabelecer uma reflexão teórica que suporta a análise do conceito de desenvolvimento sob a perspectiva de pensar um projeto alternativo. A análise e reflexão em torno dos conceitos que induzem a perspectiva do desenvolvimento, pressupõe o ponto de partida para a compreensão da eleição do desenvolvimento sustentável apresentado pela empresa HBD no projeto de reassentamento para a comunidade da Sundy.

1- O FANTASMA DA COLONIZAÇÃO

*Lembro de vários veneno
Eu, ainda menor, nunca sonhei pequeno
A minha coroa me criou sozinha
Levantando sempre no raiar do dia, bem cedo
Sempre aprendi com ela
A ser grata pelo que ainda vem
Hoje tu só vê os close, nunca viu meus corre
Mas pra quem confia em Deus, o sonho nunca morre, é, é
Fé pra quem é forte, fé pra quem é foda
Fé pra quem não foge a luta
Fé pra quem não perde o foco
Fé pra enfrentar esses filha da puta!
IZA (2022)*

Este capítulo representa as motivações em torno da escolha desta pesquisa e o seu desdobramento ao redor de uma narrativa que constitui a minha vivência como mulher africana, descendente de cabo verdiana, nascida e criada na Ilha do Príncipe por mãe solo que atravessou o oceano sob as necessidades violentas da conduta do domínio colonial. Sem dúvida, este capítulo se constitui como um dos mais difíceis e dolorosos de se escrever, dada a sua intimidade com a trajetória de vida da minha mãe e dos meus ancestrais. Mas que, no entanto, o vejo como necessário e urgente. Como coloca Conceição Evaristo (2019), escrever tem a intenção de provocar incômodo e denúncia, referente às histórias que foram e são silenciadas, seja no nível pessoal ou coletivo.

Desse modo, o enxergo como um caminho atravessado pela dor. Reviver as dores do nosso passado não é como tocar em meros objetos, simples e fácil de acessar. Não é um luxo. A necessidade de rever nossas experiências, está na penúria da manutenção da nossa própria sobrevivência. Grada Kilomba (2019) aponta que, existe uma certa urgência de descolonizar a mente e, realizando reflexões teóricas com base em escritores/as como Frantz Fanon, Bell Hooks e Philomena Essed em que examina o legado colonial e as injustiças sociais que dele decorrem. Acredito que as reflexões teóricas têm seu grau de importância, no entanto, soma a

possibilidade de se escrever e refletir a partir das nossas histórias individuais, como forma de assegurar e dar visibilidade a vivências reais na luta contra novas formas de violação de direitos. Para isso, Grada Kilomba (2019) usa o mito da objetividade e neutralidade para ilustrar essa relação, argumentando que mantém posições de autoridade no centro da academia enquanto pressiona e empurra as vozes subalternas para as margens devido ao excesso de subjetividade, o que se configura com um desafio na luta contra a colonialidade.

Assim, um dos caminhos sugeridos pela autora para a descolonização do conhecimento seria fazer da margem um lugar de inovação e rotas de resistência. Assim, é de extrema relevância refletir sobre o mundo moderno/colonial (MARIA LUGONES, 2008, p.18) em que nos encontramos, bem como observar criticamente o sistema social para desenvolver pontos de vista que possam desafiar o racismo institucional.

Assim, é partindo dessa perspectiva que peço licença às minhas ancestrais, nessa jornada de escrita que me possibilita somar junto aos caminhos que já foram abertos anteriormente e que me trouxeram até aqui.

Nesta seção, tratarei a minha mãe pelo seu nome. Este tipo de tratamento corresponde a relação íntima e segura que construímos com ela. Não se trata de um nome carinhoso ou fictício. Enfatizar outras urgências em sua vida que a mantiveram de pé, faz dela uma referência potente e real no campo acadêmico embora não tenha tido essa oportunidade. Desejo que Ana seja referência para pensar a luta das mulheres africanas contra as injustiças sociais. Desejo que encontremos força assim como ela encontrou, e que algum dia possamos estar todas juntas livres e libertas. Nesta seção, Ana representa cada celebração das pequenas revoluções internas em minha vida.

1.1. Ana, eu, a história e nós

Quando penso na Ana, quero acreditar que existem várias Anas em sua capacidade de existir e resistir. E existem! Tem a Ana que atravessou o oceano acompanhada de sua mãe tendo apenas seis meses de idade, tem a Ana trabalhadora das roças da Ilha do Príncipe, tem a Ana que era lavadeira e empregada doméstica, tem a Ana como mãe solo e tem a Ana estrangeira. Todas essas Anas juntas me ensinaram e plantaram a semente da revolução que este trabalho se propõe.

Ana nasceu em 1967 na Ilha de Santo Antão, nas rochas de Porto Novo, Cabo Verde. Com apenas seis meses de idade viajou de maneira forçada com a sua mãe, Maria da Luz Fonseca, para São Tomé e Príncipe com a finalidade de trabalhar nas roças da Ilha do Príncipe, especificamente na Roça Sundy. Neste período, as revoltas pela libertação das ilhas do Equador já afrontavam a administração colonial portuguesa de forma mais enfática.

Com um ano e seis meses ela perdia sua mãe para a hepatite devido a dura jornada de trabalho e sua condição precária e forçada. Aos seis anos de idade ela presenciava a formação oficial da República de São Tomé e Príncipe, ao mesmo tempo que perdia sua mãe para a doença.

Criada e cuidada pela mãe de sua madrinha (Carminha), Ana viveu toda a sua adolescência na zona sul da Ilha do Príncipe. A mãe da Carminha uniu os laços afetivos com a minha mãe e a minha avó, durante o tráfico de Cabo Verde para São Tomé e Príncipe, pois as duas faziam parte do mesmo processo de contratado para exploração de mão de obra barata das terras da Ilha do Príncipe. De acordo com Ana, sua mãe e a mãe da Carminha sempre moraram na zona sul da ilha, mas que, no entanto, trabalhavam no norte, na Roça Sundry. Havia uma espécie de trator que levava e buscava os contratados. Para ela, o termo escravo ainda era recorrente na época, devido às más condições de trabalho, a exploração e a má remuneração.

Ana foi uma criança que teve que lidar desde muito cedo com diversos tipos de opressão. A violência familiar referente a sua rejeição paterna e o colonialismo, se apresentavam de forma concomitante. Posto isto, a desvinculação de sua família de Cabo Verde e a perda brusca de sua mãe, contribuíram para que ela se tornasse uma jovem rodeada de ausências. Me recordo que, diversas vezes, em conversas ou sentadas familiares, que Ana nos dizia que teve muitos filhos porque se sentia sozinha no mundo, por não ter memórias de sua mãe, nem de sua família. Assim, ela teve cinco meninas e um menino. Jessica, Jucelina, Tania, Maria, Ester e José.

Em 1984, Ana se apaixonou pelo seu primeiro namorado que realizava serviço militar na Ilha do Príncipe e se muda para a Ilha de São Tomé. Em 1989 ela foge para Ilha do Príncipe devido aos maus tratos do companheiro e as diversas ameaças de morte. Segundo Ana, seu companheiro chegou a apontar uma arma em sua cabeça, ameaçando-a de morte caso ela fugisse com a sua filha.

De volta a Ilha do Príncipe, refaz sua vida a partir dos trabalhos nas roças. Importa ressaltar que, Ana faz parte de uma linhagem de mulheres que viram a roça como uma possibilidade de existência, mesmo que em moldes de exploração. Por outro lado, esse parecia ser o único caminho possível para elas, visto que eram mulheres estrangeiras, que não tiveram ou pouco tiveram o acesso à escola de acordo com a relação de gênero. Nessa perspectiva, os caminhos eram limitados mesmo que elas desejassem estudar. Na verdade, pode soar pretensioso escolher estudar ao invés de sobreviver naquele contexto social marcado pela separação de classe, raça, gênero e etnia.

Dessa forma, nasci em um contexto liderado por mulheres que carregam consigo não só uma tristeza profunda referente a dor de seus trajetos, mas que sobreviveram mais do que viveram. Como aponta Ana Eugenia (2021), nossa trajetória também é um registro de memória ancestral, sendo passos que vem de longe que me possibilitam a caminhada nas frentes de lutas contemporâneas.

Nascida na Ilha do Príncipe em 1995, na cidade de Santo Antônio, de parto natural, eu, Maria da Luz Fonseca, cheguei ao mundo com cinco quilos e duzentas gramas, tendo um porte de arrebatamento físico sob a minha mãe. Ela relata que esse teria sido um de seus partos mais difíceis e que por pouco não faleceu, ou seja, eu quase a matei.

Ainda em seu ventre, já lidávamos com a negligência paterna. Em uma conversa honesta baseada no respeito mútuo, ela me confessou o desejo de me abortar. Não cabe aqui o meu julgamento sobre as vontades da minha mãe, sendo que, o desejo de abortar surge em função do aborto paterno. Após o meu nascimento, ela afirma que, a minha avó paterna teve que me visitar para avaliar se as minhas características físicas tinham alguma semelhança com as do meu progenitor.

Após esse período, passamos (eu e as minhas duas irmãs) a morar com a nossa avó com a justificativa de que nossa mãe não teria condições de cuidar de nós. Em virtude da negação do laço sanguíneo com o meu progenitor, eu só fui ser registrada em 1999, como consta na minha certidão de nascimento. Por volta dos meus sete anos de idade, eu fujo da casa da minha avó paterna para a casa da minha mãe, por causa da limitação de visitas e devido às inúmeras violências físicas, psicológicas e simbólicas sofridas no seio familiar em que estava.

Seguido a esse evento, a minha outra irmã também conseguiu escapar e ir morar conosco. O aumento do número de filhas na casa da nossa mãe, ocasionou diversas crises referentes à nossa alimentação, o que conseqüentemente deixava nossa mãe preocupada e exausta. Assim como a minha segunda irmã, a nossa mãe se viu obrigada a abandonar a escola para contribuir na manutenção da casa e na renda familiar. Ana afirmou em uma conversa informal que passava muito tempo estressada, pois ficava preocupada com o que nos dar de comer.

O tempo foi passando e fomos criando outras formas de sobreviver. Existiu um longo período em que a minha segunda irmã (Jucilna) fazia doces de coco, caramelo entre outros e eu os vendia, ajudando assim, na renda familiar. Curiosamente, após a segunda gravidez, Ana sempre foi mãe solo. As amarras do machismo não deram a ela a oportunidade de viver sem carregar o peso de ter que ser várias em força tarefa.

Em meio a essa tragédia, Ana afirma que eu fui uma criança extremamente delicada e sensível, que não se adaptava a situações de conflito familiar. Que após as vivências na casa do meu progenitor, eu me tornei uma criança introspectiva, insegura e tímida. Em relação à escola, ela aponta que com apenas cinco anos de idade eu já queria frequentar a escola, pois tinha uma amiga minha que frequentava. Ela diz: "Você chorava para ir pra escola e eu tive que pedir pra te deixarem entrar mesmo não tendo completado seis anos de idade." De fato, na minha memória mais recente, pois, me falha a infância, Ana sempre foi muito atenta às nossas necessidades escolares. Os materiais escolares, os uniformes, o dinheiro do lanche, e as propinas³, sempre foram assuntos muito delicados em casa, mas que, ela sempre fazia seus malabarismos para que tudo funcionasse. E funcionava!

Sendo assim, eu fiz todo o meu percurso escolar nas escolas públicas da ilha do Príncipe. A escola não era exatamente o melhor lugar do mundo para eu frequentar. De certa forma, levei tempo para compreender sua posição dicotômica em relação ao processo de ensino e aprendizagem e as violências que sofria por ser uma adolcente “diferente”. Eu era a aluna que se sentava no fundo da turma, a que não falava e tinha poucos amigos. O meu corpo, minhas roupas, a minha preferência pelas “brincadeiras de meninos” e as minhas formas de expressão me conduziram a longos anos de vivência com o bullying no ambiente escolar e fora dele.

Na altura, as pessoas entendiam de alguma forma que eu provavelmente teria uma sexualidade diferente da delas, no entanto, não era um entendimento empático e acolhedor. Era violento, invasivo e me machucava. Neste mesmo período, passei a usar roupas largas como forma de cobrir meu corpo, de me esconder das pessoas e dos comentários irresponsáveis. Entretanto, esse período foi curto, pois, chegou a puberdade e agora existiam novas exigências. Passei a usar roupas mais femininas e apertadas, que marcaram demasiadamente o meu corpo e todos (homens héteros) adoravam aquilo, exceto eu. Levei algum tempo até entender que aquilo era um tipo de violência contra o meu corpo. Eu me sentia violentada pelos convites, pelos assédios, pelas mentiras e pela comparação do meu corpo sob a minha competência.

Eu não era uma aluna excepcional, no entanto, eu sempre fui muito dedicada. Sempre me forçando e me propondo a cumprir o que eu havia planejado. Na escola, eu era excelente dentro desse parâmetro. Todavia, tudo que importava era o fato de eu ser uma menina

³ Mensalidade para na escola pelos estudantes

“estranha”. A minha autoestima, que já era frágil por conta das experiências familiares ruins, ficava cada vez mais abalada. Entretanto, acredito que me saí muito bem!

Na transição da adolescência para a juventude, tive a sorte de fazer parte de grupos que fortaleceram a minha inserção nas relações sociais coletivas. Fui escoteira, frequentava a catequese, jogava futebol, pertencia ao grupo de meninas mulheres liderado pela Ester Costa Alegre (Socióloga e funcionária da empresa HBD na altura) e fazia parte de um grupo de dança chamado Marcelo Boa Esperança. A dança representa de forma muito íntima a relação que estabelecemos com a nossa mãe. Ana sempre nos conta que adorava dançar e que não media esforços para participar de uma boa festança e que a gravidez nunca a impediu de se movimentar.

Existe uma lenda familiar de que ela saía do sul da Ilha até o norte a pé, com suas amigas para dançar, portando uma arma branca para sua defesa. Inclusive, um desses momentos foi no período da minha gestação. Como aponta Ana Eugenia (2020), a dança é o que nos nutre e alimenta, “assim, cada vez que comemos, ouvimos, cantamos e dançamos, somos envolvidas por um profundo sentimento de pertença que toma todo o ser”.

Fazer parte daquele grupo de dança me ensinou e me salvou de muitas coisas. Nunca foi apenas um grupo de dança. Desenvolvíamos atividades referente a casa dos idosos, realizamos campos de férias com atividades relacionadas à educação infantil no norte da ilha, fazíamos acampamentos coletivos com intuito de promover a participação do jovem na construção cívica da Ilha do Príncipe juntamente com as práticas culturais regionais e nacionais.

No grupo de meninas mulheres, eu aprendo pela primeira vez sobre o empoderamento feminino (com outras palavras), o cuidado com o meu corpo e o meu cabelo. Recordo que foi no ano de 2014, após entrar no grupo que, decidi fazer a minha transição capilar. A relação com o meu cabelo e o meu corpo de forma geral, sempre foram atravessados pela necessidade de me sentir aceita pelos padrões de beleza ocidental. Nessa linha, aos 9 anos de idade eu aliso o meu cabelo pela primeira vez. Ana sempre conta que eu chorava quando a via alisando o cabelo. O choro representava a vontade de ter um cabelo mais bonito, acreditando que consequentemente eu também seria vista como bonita e feminina, visto que tinham me apelidado de “Maria Homem”. O processo de alisamento de cabelo na nossa família se dava de forma visual e automática. A minha mãe alisava, eu quis alisar, as minhas irmãs também, com exceção de José e Ester. A mudança no cabelo não era a única questão para nós. Também reclamávamos entre nós sobre os nossos traços negróides e a insegurança que eles levantavam dentro de nós.

Assim, Fanon (2008) aponta que a preocupação em merecer a admiração ou o amor do outro tecerá, ao longo de minha visão de mundo, uma superestrutura valorativa. Fanon usa como exemplo para sustentar sua teoria de que as personagens femininas tentam internalizar os valores negros para evitar se sentirem inferiores. Esta teoria pode se estender à própria necessidade que sentimos em parecer minimamente com o europeu para a sustentação de uma estética mais aceitável dentro de nossas comunidades, ainda que o desejo de ter uma relação inter-racial seja revogado.

No quarto capítulo do livro *Pele Negra Mascara Branca*, “O pretense complexo de dependência do colonizado”, Fanon contesta a hipótese do pesquisador Mannoni de que o processo colonial começou com o sentimento de inferioridade do negro. Outrossim, contesta a ideia de que o racismo colonial seja distinto de outras formas de racismo, afirmando que não há diferença entre o racismo praticado na França e o praticado na África, contrariando a afirmação de Mannoni de que, a supremacia racial só existe em sociedades onde os negros constituem uma minoria da população. Independente da proporção de brancos para negros em uma região, Fanon argumenta que o racismo causa a inferiorização racial, e que o conflito entre as duas raças começa quando uma delas questiona a humanidade da outra. Uma raça se opõe à outra apenas porque é humana.

Entretanto para Fanon (2008), quando o negro é desumanizado, ele tenta se igualar ao branco para ter sua humanidade reconhecida, criando um sistema de dependência sustentado pela sociedade que depende da manutenção desse sistema. Dessa forma, reverbera um sentimento de despertencimento ao próprio corpo negro. Isso vem de uma crise existencial que recorda que viver perto de brancos resultará em uma variedade de discriminações, incluindo ser rotulado como incivilizado, feo, assassino e outros adjetivos pejorativos, como já ocorreu anteriormente. Isso porque as pessoas assumem que sair das normas de "branquitude" resultam em uma mudança no comportamento ou mesmo na aparência física inferior.

1.2. Ana, as Roças e a resistência

A sua jornada de trabalho nas Roças começa aos 25 anos na Roça Porto Real e depois na Roça Sundy, onde trabalhou durante oito anos e o seu empregador era o estado. Segundo Ana, sua função era de fazer correios, ou seja, era sua responsabilidade entregar os relatórios referente às faltas dos trabalhadores, pesagem de cacau, ausência de material ou a sua compra. Posteriormente, ela passa a trabalhar com a limpeza dos lotes de cacauero, secagem e colheita de cacau. Durante o período em que fazia correio, Ana afirma que percorria a pé

todo o percurso até a Roça Sundy e que desencadeou muitos medos na época, por ser mulher, e porque existia uma lenda de um ser masculino sobrenatural que abusava das mulheres nessas matas. Ela finaliza a fala dizendo: “sentia que era exploração mesmo|”

Após deixar a Roça Sundy, começou a trabalhar em uma empresa de colheita e secagem de cacau chamada Malaca do Senhor Costa, onde desempenhava as mesmas funções. Trabalhou também na Roça Belo Monte do proprietário Jaime Costa em 1997. Por fim, ela afirma que seu último trabalho nas roças foi na empresa Roça Nova Cuba, em que pertencia a um português que afirma que os funcionários nunca o viam, mas que, no entanto, havia um responsável chamado Senhor Carlito Siqueira. Predominantemente, as Roças eram administradas pelos homens durante a colonização e o pós independência. Assim, Ana afirma que muitos de seus empregos nas roças foram abandonados por questões de baixa remuneração ou exploração de mão de obra, assédio moral e sexual.

Primeiramente, é importante frisar que a roça representou a continuidade das viagens no navio negreiro, recheada de violências, estupros, práticas racistas e negação de direitos.

Quando pensamos na nacionalização das roças e no seu fracasso, precisamos ter em mente que a pobreza nas regiões extrema, norte e sul, são as que mais vivem em condições precárias em São Tomé e Príncipe. Assim, o caso da Roça Nova Estrela e a Roça Sundy na ilha do Príncipe, que foram abandonadas pelo estado após o fracasso da nacionalização, contribuíram para que as desigualdades fossem mais visíveis. Um exemplo disso, foram o abandono das roças pelo estado e a vulnerabilidade social que as comunidades constituídas nessas roças vivem, como o caso da Sundy.

Assim sendo, “as roças consideradas o símbolo da “miséria no seio do nosso povo” e “o obstáculo principal ao progresso geral, ao avanço do processo revolucionário” – não eram mais o problema central da política agrícola do país” (BERTHET, 2016, p.9). Certamente, não é surpreendente que essas regiões sejam compostas por descendentes de cabo-verdianos e angolanos. “A análise desse espaço agrícola é ligada aos processos que participaram da construção do universo social de São Tomé e Príncipe” (BERTHET, 2016, p.23).

Me recordo da madrinha da minha mãe (Carminha), também de Cabo Verde, e do malabarismo que fazíamos para colocar comida em casa. Sempre passávamos uma temporada no sul da Ilha, na Roça Nova Estrela, onde ela trabalhava e morava. A produção caseira de óleo de palma sempre foi o meio mais eficaz de renda familiar. Apesar de trabalhar nas roças, o dinheiro não dava conta das despesas da casa. Era sempre uma luta constante de sobrevivência. Para Berthet (2016), a roça, como estrutura agrícola produtora de cacau, é ao mesmo tempo uma unidade econômica e sociocultural que vai induzir uma organização

espacial específica, estabelecendo uma hierarquia social que vai marcar o período pós independência na construção da elite santomense.

Assim, posso afirmar que as roças se transformaram em grandes comunidades que trabalham de forma a responder às necessidades de seus habitantes, assim como sustenta a perspectiva agrícola, tendo participação direta na construção econômica do país, ainda que colocada numa posição de marginalização. “A roça exerce uma força centrípeta sobre o resto do território (...) constitui (...) toda uma configuração de matriz própria e implicações bem fundas no modo de ser, pensar e agir numa grande parte da população” (BERTHET, 2023, p. 12.).

As roças se tornaram ainda no período colonial um lugar estratégico no qual era possível defender ideias relativos à civilização pelo trabalho, à constituição de um modelo de “colônia de plantação”¹³. A denúncia desse sistema implementado durante o regime colonial, a questão do trabalho e da contratação de uma mão de obra imigrante explorada, as relações de poder marcadas pela exploração vão servir de fonte de inspiração para intelectuais, homens políticos e escritores são-tomenses (BERTHET, 2016, p.8)

No entanto, a própria ocupação das roças pelos estrangeiros, representa a sua formação política, já que de certa forma se ressignificou as formas de organização e seus modos de sobrevivência e a conservação das antigas residências coloniais, projetando um outro modo de viver. Longe de casa e sem amparo do Estado Santomense. Entendo também que, a história da minha mãe como estrangeira e que experimentou esse estilo de miséria deixado pela colonização portuguesa e pela má governança pelo MLSTP, como um processo desumano que afeta até hoje a relação da minha mãe com as Ilhas de São Tomé e Príncipe e com o mundo.

Após o falecimento de sua mãe em 1969, Ana não teve mais contato com a família de Cabo Verde. Ela afirma ter escrito cartas para suas irmãs e seu pai e não obter qualquer tipo de resposta. Em 2019, após 52 anos depois de sua retirada de Cabo Verde, finalmente conseguimos localizar seus irmãos. Entretanto, a luta pela documentação legal em São Tomé e Príncipe é uma constância. Sempre brincamos sobre sua ilegalidade no país. Mas, também reclamamos da falta de empatia do governo santomense em cobrar taxas absurdas para uma estrangeira que deu seu sangue por aquela terra.

Desastrosamente, Ana passou pela mesma negação paterna quando me deu à luz. Ela afirma que quando nasceu, para além de sua rejeição paterna, seu progenitor se negou a registrá-la. Assim, em 2019, em sua ida a Cabo Verde, reencontra o pai que por incentivo e teimosia de suas irmãs acaba por inserir o sobrenome de seu pai ao seu documento de registro.

As roças ficaram para trás quando Ana começou a trabalhar como lavadeira e cuidadora de idosos, por longos anos. O processo de lavagem de roupa a mão sempre foi muito sofrido e nós entendíamos, assim, eu e as minhas irmãs procurávamos ajudar com o que podíamos. A lavagem de roupas mais pequenas e leves era por nossa conta. Após a secagem também passávamos a ferro de carvão para engomar. Assim, Ana só tinha que passar as roupas maiores. Em 2008, ela consegue um trabalho fixo como funcionária da Santa Casa da Misericórdia, onde trabalha até hoje na lavanderia e na limpeza.

Eu sempre quero lembrar a mim mesma que a minha mãe é uma das referências mais importantes na minha vida. Imersa naquele território sagrado, experimentei pela primeira vez os saberes e sabores transmitidos pelas vozes das mulheres que habitam em mim, através dela (ANA EUGENIA, 2021, p.34). Desde a força bruta das batidas da vida até um abraço com o olhar, uma conversa honesta e sincera. Ana, representa uma figura de autoridade, mas não como se ela fosse intocável. Mas, porque ela é a matriarca da nossa família, da família que ela tanto quis para se sentir mais acolhida e viva nesse mundo. É com ela que contamos quando levantamos nossos sonhos no peito. Ela que guarda todas as rezas, os chás, os banhos de folha e as orientações para que possamos fazer o nosso caminho. Ana que suportou todos aqueles balanços de ondas raivosas para que eu estivesse aqui.

1.3. Roça Sun dyá, o contrato e a origem

De acordo com Silvestre (2021), o termo "Roça" aparece primeiramente no Brasil, onde é usado para se referir a "terra agrícola familiar" com o objetivo de produzir mandioca ou cana de açúcar. Em contraste, o termo "fazenda" é usado para se referir a propriedades de produção café, chocolate ou tabaco. "No contexto de São Tomé e Príncipe as roças, para além de associadas à plantação e exploração de cacau e café, também são exemplo de avanço sobre o território denso e de expansão e povoamento de zonas outrora densamente florestadas" (SILVESTRE, 2021, p.19).

De acordo com Matos (2021), a roça no arquipélago de São Tomé e Príncipe remonta ao final do século XVIII, quando o proprietário abastado do arquipélago, João Maria de Sousa e Almeida, também conhecido como "o Barão de Água Izé", introduz o cultivo do cacau de solo brasileiro. "A intensiva plantação que se viria a registar até meados do século XX obrigou à utilização de extensas áreas de terreno" (MATOS, 2021, p.17).

O repetido e intenso *roçar* das foices e enxadas no solo destas férteis ilhas acabaria por dar nome às estruturas agrícolas que, distribuídas um pouco por todo o território, iam ganhando forma. O termo *roça* acabou, desta forma, por ficar indissociável da enorme importância que o arquipélago reclamou para si em meados da primeira década de noventa, quando se tornou num

dos maiores produtores mundiais de cacau. As roças iriam marcar para sempre a cultura e a história de São Tomé e Príncipe (MATOS, 2021, p. 03).

De acordo com Matos (2021), o crescimento económico do arquipélago girou em torno da produção de café e cacau até à segunda metade do século passado. Entretanto, com o início da crise financeira global em 1929, as exportações da região diminuíram significativamente. Assim, para manter os dividendos das décadas anteriores, a administração colonial portuguesa compensou essa queda nas receitas com o aumento da produção. Para a concretização das estratégias da administração colonial sob a crise, foram recrutadas mão de obra barata de outras colónias, surgindo assim os primeiros contratados de Cabo Verde, Angola e Moçambique em São Tomé e Príncipe.

A perspectiva sob a noção de contratado não fazia jus às suas reais intenções, por apontar uma série de ilegalidades nas condições forçadas e desumanas de trabalho. Em Cabo Verde, por exemplo, se enfrentava uma enorme crise alimentar. As secas que frequentemente assolavam o arquipélago cabo-verdiano, privando as populações dos meios mais elementares para a sua sobrevivência (MATOS, 2021, p. 23).

Em Cabo Verde, ao invés da cassação forçada de pessoas que ocorria nas outras colónias, as autoridades portuguesas optaram por fomentar uma emigração induzida, ou seja, aliciada. O Governo colonial, para responder à necessidade de mão-de-obra nas outras colónias africanas, encorajava os cabo-verdianos à emigração, concedendo-lhes facilidades para a sua instalação nessas terras longínquas, longe de tudo e de todos (MATOS, 2021, p.4).

Dessa forma, um quarto da população já havia sido morta pela fome no arquipélago no final da década de 1970, sendo que a única maneira de fugir desse flagelo era buscar alternativas fora de sua terra natal. Assim, o Sul parecia ser a única rota de saída em uma época em que a imigração para os Estados Unidos da América do Norte e da Europa era incomum e limitada a algumas ilhas do arquipélago. Para Matos, a intersecção destes dois fatores, a necessidade de renovar a força de trabalho nas roças e a imposição de procurar meios de subsistência fora de Cabo Verde viria a ditar o destino de milhares de cabo-verdianos e, mais tarde, dos seus descendentes.

Esta percepção de que a roça demarca a periferia de São Tomé e Príncipe, se relaciona com o descaso do governo santomense no processo de criação de estratégias de nacionalização das roças, fazendo com que os contratados permanecessem na margem sem garantia de direitos referente a terra e a viver com dignidade. No entanto, se percebe também

influência de práticas e medidas coloniais, principalmente para os descendentes e estrangeiros, referente a governança do partido MLSTP na primeira república, em que se tratava de partido único, onde a população não poderia se expressar livremente, caso contrário seriam considerados inimigos do Estado, recebendo assim uma censura física e moral.

Assim, pode-se observar durante a pesquisa de campo que, as regiões norte, sul e este que foram marcadas pela ação colonial de exploração de cacau e café pelos “contratados”, vivem em posição de desigualdade social em relação à capital da ilha do Príncipe, por exemplo. De acordo com Berthet (2016), no discurso político nacionalista e na produção literária e musical das duas ilhas, a roça se tornará um dos componentes mais predominantes da luta anticolonial tensionando diretamente a administração colonial.

Para Berthet (2016), entre portugueses e os nativos, os colonizadores privilegiaram a mão de obra agrícola que provinha de outras colônias do Império português para trabalhar nas suas roças. Entretanto, acredito que não há existência de privilégio referente a importação de mão de obra agrícola sendo que as pessoas eram tratadas de forma desumana. Dessa forma não há privilégio na desumanização.

Todavia, foi essa mão de obra importada e seus descendentes que se tornaram os moradores e os guardiões das roças e atores principais da vida agrícola, produzindo as principais culturas de exportação do país. A gestão da distribuição da terra após a nacionalização do território provocou tensões sociais que acirraram reivindicações identitárias e evidenciaram a consolidação de determinados atores sociais na esfera do poder político (BERTHET, 2016, p. 30).

Sundy tem origem na palavra Sun dyá que em lung'iê (língua nativa da ilha do Príncipe significa senhor Dias. Segundo o historiador Helder, um dos moradores da comunidade, esse nome foi concebido sob as circunstâncias da administração colonial da Roça Sundy. Assim, enquanto roça, Sundy tem o seu passado colonial que possibilita a compreensão das relações comunitárias no pós independência até os nossos dias.

Após a independência em 1975, Sundy, assim como as demais roças de São Tomé e Príncipe passaram pelo processo nacionalização pelo governo santomense. A nacionalização da roças pressupõe a regulamentação do domínio do Estado sob as roças.

Com a saída forçada de seus países (Cabo Verde, Angola e Moçambique) para exploração de mão de obra das roças da ilha do Príncipe, os moradores da Sundy após a expulsão dos

portugueses, permaneceram e formaram a comunidade da Sundy. Sendo formada por descendentes, a língua falada e predominante na Sundy e o crioulo caboverdiano sendo falada também por descendentes de moçambicanos e angolanos.

De acordo com Luluca, Sundy chegou no pós abolição a possuir mais de mil habitantes. Durante a entrevista, ela relata a fartura na comunidade quando se refere às plantações da agricultura e na pecuária.

Em suas palavras:

Criolu de Cabo Verde

Ami nasci lih, ntem 62 anos. Ami eh ka di oji nau. Oras kim labanta nkonxi Sundy ku peixe na armazem. No ka tinha nada di fazia kol. piscador ta guardaba peixe na armazem, oji nu ka tem nada. Boi, cavalo, kes kusa tudo nu tinha lih. oje kuze ki no tem? nada nu ka tem nha fidju. nu sta moda mininu di rua

Tradução minha para portugues

Eu nasci aqui, tenho 62 anos. Eu não sou de hoje não. Quando eu nasci e era criança, eu conheci Sundy com peixe no armazém. A gente não tinha o que fazer com peixe. Os pescadores guardavam peixe no armazém de tanto que tinha. Hoje não temos nada. Boi, cavalo, tudo tínhamos aqui. Hoje o que a gente tem? não temos nada minha filha. Vivemos igual as pessoas de rua.

Sundy, por ser caracteristicamente uma comunidade rural, naturalmente se desenvolveu na comunidade práticas específicas de manutenção da comunidade e das famílias, vivendo da agricultura, da pesca e da pecuária. Entretanto, atualmente, a comunidade comporta 160 famílias que vivem principalmente da pesca e da agricultura. A comunidade dispõe de uma praia e uma floresta densa e fértil. Durante a entrevista com alguns agricultores funcionários da empresa HBD e anteriormente funcionários do estado, alguns afirmam não serem remunerados de forma digna. O que representa, do meu ponto de vista, uma expressão de desânimo, já que o trabalho no campo exige uma extensa força física. Os agricultores também afirmam que a salvaguarda da Roça Sundy sempre foi de suas responsabilidades. O cuidado com a floresta, com o mar e com a comunidade. Mas que entretanto, nem o Estado tão pouco a empresa o reconhece efetivamente.

Luluca afirma o seguinte:

Crioulo de Cabo Verde

Nta atxa mah oras ki nu sai di lih, nu ta cedu abandonadu.

Tradução minha para português.

Eu acho que quando a gente sair daqui, da Sundy, a gente vai ser abandonado. (tanto pela empresa como pelo Estado).

De acordo com Ivo (pescador), os moradores da comunidade que trabalham para a empresa HBD se encontram em posições de trabalho de força bruta como: agricultura, limpeza, jardinagem e horticultura. Assim, essas funções são as de mais baixa remuneração

na moeda nacional (Dobras), sendo que os funcionários estrangeiros recebem sua remuneração em euro. Caracterizando assim, como uma exploração de mão de obra comunitária. Entretanto, Assim como o Ivo, Luluca, Ermelindo, Carlito apontam outras formas de subsistência como produção de óleo de coco, confecção de vassouras, azeite de palma, bolo de coco, afirmando que o salário não dá conta de pagar as contas.

Nas palavras do Ivo:

HBD nos chama até de ladrão. A pessoa na Sundy não tem direito de trabalhar em qualquer tipo de repartição, porque se uma pessoa fez mal é porque todo mundo de Sundy é ladrão. Hoje eu não sou beneficiado de trabalhar na residência porque eu roubo, eu não posso trabalhar na manutenção porque eu roubo...quando eles chegaram, eles disseram que qualquer tipo de trabalho que tiver a prioridade é Sundy. Não se vê pessoas num bom lugar a trabalhar, não tem, não há nenhum. Vamo lá no escritório, pergunta quem é de Sundy? Não tem ninguém. As pessoas da Sundy e no mato e alguns que já tava. Outro sector não existe nada.

Após a nacionalização das roças e o seu fracasso, os descendentes de cabo verdiano, angolanos e moçambicanos acreditaram que aquele território seria o único capaz de criar os seus meios de subsistência, assim passou a ocupá-lo sem perspectiva de regresso à sua terra natal. Assim como a minha mãe, muitos dos descendentes dos povos forçados a atravessar o Atlântico, perderam contato com seus familiares, ficando impossibilitados de estabelecer qualquer estratégia de vínculo com o seu país e a sua família.

A ação colonial portuguesa perpetua a solidão desses povos que encontraram na comunidade um lugar de refúgio. Como aponta Grada Kilomba, é uma ferida que nunca foi tratada. O colonialismo de modo geral exala, sobretudo, a repulsa dos brancos para com os negros africanos. Não houve dor nem piedade por parte deles.

Quando dialogo com a minha mãe sobre as faltas que visivelmente é possível sentir, me ocorre por determinado momento que sua trajetória de vida poderia ter sido escrita de um ponto de vista menos desagradavel, menos doloroso.

A comunidade da Sundy está localizada a nove quilômetros ao norte da capital da cidade de Santo Antônio, Ilha do Príncipe. Sundy, assim como as outras roças de São Tomé e Príncipe, foi palco de um dos maiores eventos traumáticos envolvendo o racismo e a violação dos direitos humanos pela colonização portuguesa.

Culturalmente, a Sundy pelo seu processo histórico de colonização, construiu a sua base cultural através de sua relação íntima com as outras identidades, não tão diferente da experiência com a língua. Esta percepção pode ser considerada a partir, por exemplo, da dança tradicional puita que se assemelha a rebita de Angola. Assim como a puita a massemba, ou rebita, é uma dança popular umbigada, executada por casais de dançarinos, em

círculos movediços, nome que veio a designar o gênero musical mais representativo da região de Luanda. Ao apreciar sua execução da puita, é possível visualizar a influência da rebita sob a puita.

Na senda das práticas culturais presentes na Sundry, a txabateca e o batuque são predominantemente cabo-verdiano. As mulheres em roda vão batendo o batuque de forma rítmica e musical, enquanto uma delas canta em perfeita harmonia. Assim, no centro da roda, várias mulheres vão dançando e fazendo o movimento de contorno mexendo o quadril repetidamente.

De acordo com Ronaldo, dançar é uma forma de celebrar a vida e relaxar. Nesse sentido, a comunidade afirma que há a existência de uma discoteca na entrada do terreiro da Sundry, em que há dias em que o dono se dispõe a organizar festas para promover a diversão. As disposições de centros de lazer na Sundry se apresentam de forma escassa.

Dispondo de um campo de futebol e uma praça improvisada embaixo de um carroceiro, do qual deram o nome de “banco ma língua”, estes se configuram como pontos principais de encontros comunitários. No banco da má língua, os moradores afirmam que se trata de um espaço onde ocorrem as reuniões comunitárias, jogos de cartas e anteriormente onde se tocava a puita da Sundry nos finais de semana. No entanto, de acordo com o entrevistado anônimo, não se pode realizar qualquer atividade de lazer sem consultar a empresa HBD. Foi relatado durante a entrevista que foi solicitado pelos jovens ao RH, sobre um espaço para realização de um evento onde pudesse movimentar a comunidade, no entanto esse pedido foi recusado. Esta recusa demarca a hierarquia de quem manda e quem obedece na relação investidor e a comunidade, branco e preto concretizando as nuances das experiências envolvendo a colonialidade.

Durante a pesquisa de campo, é possível observar que aquele ambiente (banco má língua) é frequentado majoritariamente por homens, levantando diversas interpretações referentes ao debate do gênero. Observei também que, ao procurar dialogar com as mulheres, elas estavam sempre apressadas ou tímidas, pois tinham outras demandas da vida doméstica para concluir. Durante uma entrevista com Ermelindo, ele afirma que as mulheres sofriam com a quebra de cacau durante o processo de contratado e o processo de nacionalização das roças. Este ponto de vista, nos remete à dupla jornada da mulher da Sundry desde o século passado. Para Jecimara Santana (2009), o trabalho doméstico deve ser visto como um elemento integrante da produção. “Na tentativa de adequar uma leitura de gênero em uma teoria que priorizava a classe, feministas socialistas se empenharam em discutir o

trabalho doméstico e isso contribuiu para tornar esse trabalho visível, além de valorizá-lo" (SANTANA, 2009, p. 14).

Entretanto, para Jacimara Santana, a saída para o mercado resultou em um aumento significativo na carga de trabalho das mulheres, em vez de negociações com o cônjuge sobre as tarefas domésticas. "Além do trabalho doméstico não ser reconhecido financeiramente, o salário recebido pelo trabalho realizado na empresa era inferior ao recebido pelos homens" (SANTANA, 2009, p. 15). No entanto, se trata de um pontapé de saída que promoveu discussões em relação ao gênero e o papel da mulher na sociedade, bem como mudanças concretas na forma como o grupo feminino se pensa e é percebido na sociedade.

No que toca às mulheres negras africanas, acredito ser relevante pensar os caminhos históricos que atravessaram as suas subjetividades. Vale lembrar que, enquanto as mulheres brancas lutavam pelo seu direito de trabalhar, as mulheres negras africanas lutavam e lutam pelo reconhecimento de sua humanidade. A dupla jornada atravessa essas mulheres desde seu nascimento e vem sendo perpetuada durante séculos pelas novas variantes opressoras. Acredito que a relação com o trabalho para as mulheres negras se configura como um dos maiores desafios de todos os tempos.

Outra questão a ser considerada é que valores de raízes culturais estão envolvidos na geração das desigualdades entre homens e mulheres que ultrapassam esta engrenagem econômica, ou seja, não basta ter independência econômica para que as mulheres sejam tratadas como iguais na sociedade (SANTANA, 2009, p.14).

Politicamente, a comunidade se organiza de forma coletiva sem uma representação comunitária oficial. O que amplia, segundo a comunidade, a necessidade de todos serem ouvidos mediante determinado conflito. Essa percepção comunitária pode ser percebida nas reuniões do comitê participativo do reassentamento da comunidade.

Em muitos casos, a urgência da formação de grupos dentro da comunidade que dê conta de responder a determinada demanda, está relacionada à interferência de terceiros nas relações comunitárias. Dessa forma, acredito que, a partir da necessidade do reassentamento e os relatos da própria comunidade, por exemplo, enfatizam a desestruturação nas dinâmicas comunitárias.

Essa desestruturação, segundo Luluca e Ermelindo, diz respeito à falta de empatia da empresa HBD no que toca à relação de sobrevivência da comunidade. A mudança para a "Terra Prometida" é apontada pelos entrevistados como um desafio que afeta diversas áreas da vida em comunidade. Em uma conversa com o Ermelindo, ele descreve um relacionamento problemático entre um homem e uma mulher em que afirma que no início da

relação estamos apaixonados e fazemos diversas promessas e somos melosos e cuidadosos, mas que, no entanto, ao longo dos tempos essa relação passa a ficar insustentável. Essa metáfora levantada por ele, se refere a relação da empresa HBD com a comunidade enfatizando seu descontentamento com a forma como a empresa tem conduzido suas ações.

Todavia, em entrevista com o historiador Helder, ele afirma existir no período de contratados divisões dentro da comunidade que se caracterizavam cada nacionalidade. A senzala denominada pelos colonizadores foi ressignificada, passando a ser chamada de Beco. O Beco era dividido da seguinte forma: Beco dos casados, Beco Congo (Angola) e Beco Changuale (Moçambique). Estas designações fazem referência aos conflitos culturais daquele período, mas demarca também, a integração dos países que faziam parte do processo de contratado na Roça Sundy.

De acordo com Ronaldo, a comunidade se encontra dividida entre aqueles que desejam ser transferidos e aqueles que desejam permanecer na comunidade. A permanência é justificada por alguns moradores, sob a necessidade de laços identitários, os meios de sobrevivência e a repulsa à forma como as casas da Terra Prometida são de baixa durabilidade. Já os que desejaram ser transferidos, afirmam que estariam morando em melhores condições dado o estado das atuais residências na Sundy. Entretanto, se percebe durante a entrevista que, este discurso se repete em tom de desespero sendo que não há mais o que fazer. Como é afirmado por alguns moradores: “gossi ka tem nada pah fazi”. “agora não há mais o que fazer”.

Na percepção de Ermelindo, Luluca e Carlito, após a mudança para a “Terra Prometida”, as pessoas serão proibidas de entrar no terreiro da Sundy, embora o governo regional tenha prometido o consumo de alimentos da agricultura durante dois anos. Eles afirmam que essa proibição já havia sido desencadeada alguns anos atrás, em que eram proibidos pela empresa HBD o corte de banana, jaca, fruta, manga, cajamanga entre outros.

Nas palavras de um entrevistado que solicitou que seu nome não aparecesse no texto, ele afirma que essa proibição “nunca colou”, pois, se a empresa deseja proibir ela que plante seu próprio alimento. Demonstrando assim alguma resistência frente às ações da empresa. Todavia, ele também afirma que um funcionário foi demitido por cortar uma pinha de banana.

2. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA EM VOLTA DO “EU” PESQUISADORA NO CONTEXTO DO CAMPO

2.1 Bioepistemologia como ferramenta de construção de um conhecimento emancipador

Nesta seção, descrevo a minha trajetória acadêmica e pessoal, e como ela conduziu a minha chegada ao mestrado, a partir do conceito de bioepistemologia de Malomalo (2009), como forma de promover uma socioanálise com propósitos emancipatórios, assim como o conceito de escrevivência da intelectual Conceição Evaristo (2016). Para Malomalo (2005), este conceito pressupõe a delimitação do pesquisador e do seu campo-objeto de estudo. “Não são um mero exercício de elegância intelectual, pelo contrário, fazem parte do procedimento metodológico encorajado na dúvida radical, crítica e autocrítica; valorizam a experiência de vida pessoal e coletiva no processo da construção do conhecimento” (MALOMALO, 2009, p. 27). Para Evaristo (2016), a escrevivência expande a noção de escrita e examina criticamente o sistema educacional, que ensina que a melhor forma de produzir conhecimento era nos afastando das nossas experiências pessoais, na primeira pessoa, em favor de uma pretensão de objetividade científica. Portanto, ressalta que nossos textos acadêmicos são, de fato, reflexos de nossas experiências e viagens, e que podem funcionar como ferramentas de análise para nós.

Este trabalho está diretamente relacionado às experiências vividas por mim enquanto mulher, negra, africana, bissexual, estudante e natural da Ilha do Príncipe. “Tem uma ligação direta com o compromisso dos/as intelectuais anti-racistas na sua luta contra todos os tipos de racismo e dominação (sexismo, xenofobia, colonização, racismo)” (MALOMALO, 2009, p. 112), e a homofobia. Desse modo, as categorias citadas mais a frente, asseguram uma série de orientações que acompanham o modo como devo me expressar no mundo. Todavia, ao longo dos anos algumas escolhas precisavam ser feitas, particularmente a partir do meu ingresso na universidade.

Sendo assim, o meu envolvimento com os movimentos sociais se deu levando em conta o movimento estudantil da Unilab. A compreensão mais aprofundada das relações desiguais que permeiam a nossa sociedade foi desabrochando sincronicamente com a minha iniciação no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. A minha participação como coordenadora do primeiro DCE da Unilab, na pasta da Coordenação da Mulher, me proporcionou construir relações que extrapolam os muros da universidade. Fundamentado

nessa experiência em particular, foi onde, pela primeira vez, me reconheci como ativista social para o direito das mulheres e da população negra, participando em eventos nacionais como o 8EME, Encontro de Mulheres Estudantes, ENUNE, Encontro de Negros e Negras da União Nacional dos Estudantes. Sou coordenadora geral da SolAfro, um grupo de estudo sobre a problemática de gênero no continente africano, pensado por mulheres africanas e para as mulheres africanas da Unilab. Fiz parte da RIMA, Rede de Mulheres africanas, onde desenvolvíamos atividades não só para as mulheres, mas para toda a comunidade africana da Unilab.

Por fim, fui bolsista por longos 6 anos do PET Humanidades e Letras da Unilab. Talvez o mais avassalador na construção da minha autoestima enquanto intelectual e pesquisadora. Em uma entrevista para a Revista Digital: Africa na Unilab, ANU, (parte de um projeto criado pelas mulheres africanas do PET, com o intuito de discutir sobre os reais contextos do continente nas escolas do maciço), que desenvolvemos dentro do programa, eu afirmo o seguinte: “Tem uma coisa que me preocupa muito, a gente reconhece a potencialidade do ANU, nós reconhecemos, mas o projeto está em uma estrutura que é racista e o próprio PET pode ser uma ameaça para o ANU. Eu falo isso porque a gente sabe que o PET foi criado em uma perspectiva totalmente elitista e branca, que não dá tanta atenção para as questões relacionadas ao continente Africano. “O que é uma contradição, porque estamos em uma universidade internacional, que tem pessoas da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), do continente africano” (FONSECA, 2021, p. 8)

Esse relato me faz lembrar de refletir que apesar da nossa condição regada pela integração, não possuímos garantia de nada. Espaços construídos pela elite acadêmica tem nos fortalecido quando ocupamos, mas também tem nos adoecido.

No entanto, para além do racismo vivido dentro e fora da universidade, esses movimentos e programas me ajudaram a me reconhecer enquanto uma pessoa negra. Algo nunca cogitado dado ao plano geográfico do qual pertencço. Nunca foi uma necessidade me afirmar enquanto negra no meu país de origem, seja pelo apagamento das urgências no debate racial, ou pela compreensão da necessidade desse debate. A busca de um instrumento científico, para compreender a situação de dominação imperialista e neocolonial (Malomalo, 2009), me levou a pensar nesta pesquisa. A preocupação em construir um trabalho que abordasse sobre o lugar de onde venho, surge, primeiramente, pela necessidade de produzir um documento que falasse de maneira crítica sobre essa realidade. O Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades fez isso de uma maneira muito excepcional. A grade curricular me disponibilizava disciplinas como: Território e Poder, Sociologia da Violência e

suas Figurações, Estudos das Humanidades, Colonização e Pensamento Antropológico I e II, Sociedade História e Cultura nos Espaços Lusófonos, Etnia Classe e Gênero, entre outras. Essas disciplinas foram vetores de bastante relevância na leitura minuciosa para escolha de tema do trabalho de conclusão de curso.

A formação em Humanidades, não me apresentou apenas um arcabouço teórico que me possibilitou debater, mas me colocou em consciência com as injustiças sociais em que eu estava inserida, das quais, tinha pouco entendimento. Como consequência, eu quis me comprometer em construir respostas científicas que analisam de forma ponderada esse modelo de desenvolvimento e urbanização por meio de propostas turísticas que conservam uma relação hierárquica e de exclusão das comunidades.

Nesse percurso, eu fui afirmando de maneira convicta que o curso de Licenciatura em Pedagogia da Unilab me escolheu. Continuo afirmando. A princípio me pareceu um caminho seguro, embora pouco valorizado. Não era um mundo tão distante em relação à formação em Humanidades. A interdisciplinaridade se torna interessante justamente pelo envolvimento em poder, de certa forma, estabelecer alguma relação como alternativa de extrair uma reflexão mais plural. Percebe a interdisciplinaridade como necessidade que “decorre da própria forma de o homem produzir o conhecimento enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social” (VAZ, 2020, p.19). Fui entendendo que a Pedagogia seria apenas a continuidade de minha formação, uma vez que, o curso possui uma proposta afrocentrada.

Considera que, “as ciências sociais na África são percebidas como um empreendimento interdisciplinar, uma vez que fragmentação do conhecimento sobre África, em função de disciplinas sistemáticas, como sociologia antropologia, história, agronomia, economia e ciências políticas não parecem ter conduzido a um melhor conhecimento sobre o nosso continente. Ou seja, a fragmentação do conhecimento em disciplinas definidas não nos permitirá traduzir as formas de construção de ações coletivas de associações (VAZ, 2020, p. 20)

Nessa altura, as minhas referências de intelectuais negros já haviam duplicado, existindo uma certa intimidade. Entre eles estavam: Fanon (2008), Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2004), Hampâté Bâ (1981), Chimamanda Ngozi Adichie (2019), Abdias Nascimento (2019), Achille Mbembe (2018), Alda do Espírito Santo (1978), bell hooks (1995), Patricia Hill Collins (2019), Angela Davis (2016), Audre Lorde (2020), Sueli Carneiro (2005), Lélia Gonzalez (2020), Conceição Evaristo (2016), Angela Figueiredo (2020), entre outros. Portanto, esses intelectuais me levaram a refletir sobre a minha pesquisa que havia encostado em decorrência da formação em Pedagogia.

A minha entrada na pós-graduação se traduz, até hoje, como um lugar não pertencente. De fato, o próprio espaço acadêmico reflete esse sentimento. Cresci em uma família constituída por mulheres, onde não havia intervalo para pensar sobre uma carreira acadêmica. Era quase que natural a preocupação com a salvaguarda da sobrevivência cotidiana que, obviamente, devaneios e a necessidade de lutar por um lugar na esfera intelectual não fazia parte. No entanto, a minha mãe sempre encarregou de nos colocar na escola, mas isso nunca representou garantia de nada, não tinha muito com o que sonhar. Eu acreditava que quando terminasse o 12^a ano, constituiria uma família com marido e filhos.

A falta de referência e a baixa expectativa familiar em prosperar, não permitiu que eu crescesse com uma autoestima que me permitisse ser dona de minhas vontades. Todavia, por algum motivo e pelas políticas públicas do Governo Regional da Ilha do Príncipe, ingressei na Unilab em 2015, após ser aprovada na seleção para estrangeiros.

Durante as duas graduações, algumas escolhas não foram tão inteligentes. O meu ingresso no PET-Humanidades e Letras, por exemplo, correspondia às metas que havia estabelecido para entrada na pós-graduação. Contudo, a bolsa também representava o custo das despesas e da minha permanência na universidade. As críticas relacionadas ao PET, refletem a minha condição enquanto mulher negra/africana em um ambiente liderado majoritariamente por aspectos intrínsecos da branquitude. Grande parte desses aspectos foram fortalecendo a ideia de que a academia não era o meu lugar. Naturalmente isso foi me adoecendo. O lugar da intelectualidade que pressupõe homens brancos-heteronormativos, “passou a ser entendido por mim como uma realidade distante, partindo da perspectiva de que a autoestima da mulher negra, particularmente nessa esfera, passa e passou por um processo de ceifamento” (FONSECA, 2021. p. 3).

A procura de um espaço seguro para manutenção da minha autoestima enquanto acadêmica negra, se deu de maneira tardia. Para Patricia Hill Collins (2019), os espaços seguros criados pelas mulheres negras e para as mulheres negras, não devem ser entendidos como um estilo de vida. Em oposição, se caracteriza como ferramenta de empoderamento das mulheres negras, designada a promover e capacitar projetos de justiça social.

No entanto, os espaços seguros tem sido entendido como separatistas. Collins (2019), acrescenta dizendo que, qualquer grupo que se organiza em torno do seu interesse corre o risco de ser rotulado. “Esse ataque prolongado às chamadas políticas identitárias tenta suprir grupos historicamente oprimidos que tenham por objetivo criar agendas políticas independentes em torno de identidades de raça, gênero, classe e sexualidade” (COLLINS, 2019, pg. 200).

A criação da SolAfro e da RIMA surge como uma resposta à necessidade de organização política das mulheres africanas estudantes. No entanto, esses grupos também são entendidos como redes de apoio direcionado a esfera afetiva e solidária. Quando da criação da SolAfro em 2019, por exemplo, em que delimitamos a participação exclusiva, seja por coordenar as reuniões, ou pela participação, a mulheres africanas, recebemos uma enxurrada de críticas por parte de outros movimentos da instituição. “Uma das razões pelas quais os espaços seguros são tão ameaçadores para aqueles que se sentem excluídos, e com tanta frequência acabam castigados por eles, é que os espaços seguros são livres de vigilâncias de grupos mais poderosos” (COLLINS, 2019, p.201). Para essa autora, esses espaços isentam a mulher negra da vigilância e ao mesmo tempo lhes oferecem condições para autodefinições independentes. “Quando institucionalizadas, essas autodefinições se tornam fundamentais para pontos de vista feministas negros politizados. Assim, há muito mais em jogo aqui que a simples expressão da voz” (COLLINS, 2019, p. 2001).

De acordo com Nilma Lino Gomes (2020), as mulheres feministas pós-coloniais, no pensar por meio da experiência individual e coletiva, procuram romper com o modelo convencional de ciência moderna, como forma de apresentar outras alternativas de se fazer ciência, questionando a realidade, já que a dependência na atividade da pesquisa é efetiva. Essa percepção abrange uma concepção mais ampla do conhecimento que coloca em relação a ecologia dos saberes como um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônica.

Na pós-graduação, é natural que eu ainda me sinta deslocada, talvez esse sentimento nunca desapareça, uma vez que as experiências racistas e xenófobas constituem cotidianamente esses espaços. Como afirma bell hooks (2019), as pessoas não quiseram reconhecer na sua pós-graduação, que elas nunca tiveram aulas com professoras negras, já que afirmavam que as mulheres negras estavam tomando emprego de outros indivíduos, assim como vemos denúncias de nossos colegas brasileiros e brasileiras, afirmando que os africanos estão tomando suas vagas na universidade. Ela vai mais a fundo e retruca afirmando que as políticas de ações afirmativas daquela época, não garantia a diversidade docente, entendendo que as combinações do racismo e do machismo contribui para que as experiências das mulheres negras sejam diferentes das dos homens negros.

Enquanto ele pode estar sujeito a vieses racistas, sua masculinidade pode servir para mediar o quanto será atacado, dominado. Frequentemente se supõe que homens negros são mais capazes de ter sucesso na pós-graduação em Inglês do que mulheres negras. Enquanto muitos pesquisadores brancos

podem ter consciência da tradução intelectual masculina negra, eles raramente sabem sobre mulheres negras intelectuais. (hooks, 2019, p.134).

Por isso é tão importante pensar nesta pesquisa por meio da análise das experiências que me atravessam. Trata-se de uma produção do conhecimento e de uma postura acadêmica que procura intervir. “Uma produção que pode constituir novos sujeitos, subjetividades e sociabilidades e superar o epistemicídio do conhecimento próprio da cultura subordinada e, portanto, dos grupos sociais seus titulares” (GOMES, 2020, p. 20).

O foco da etnografia não visa em atuar ou “modificar o lugar/comunidade observado, mas é permitido com que a pesquisadora seja ativa na comunidade pesquisada, visto que este será responsável pelas interpretações realizadas a partir dos dados” (REBS, 2011, p.78). Todavia, enquanto pesquisadora, foi necessário que compreendesse que as ações, as palavras e mesmo a corporalidade, tem seu impacto no campo. Toda e qualquer ação pode ser entendida como uma intervenção, seja intencional ou não. Se as práticas são possibilitadas pela interação, existe uma gama de possibilidades de construção de um relacionamento com tendência a facetas hierárquicas ou não. Além do mais, a etnografia possibilita revelar as relações sociais interacionais oriundas dos grupos sociais em entrosamento com a pesquisadora, cabendo à pesquisadora enxergá-las ou ignorá-las.

Neste caso, durante a pesquisa de campo, as interações foram estabelecidas de diversos pontos de vista. O primeiro se trata da relação de amizade que a minha mãe e a minha avó estabeleceram com os moradores da Sundy através do regime de contratado e prestação de serviço por longos anos mesmo após o fim deste período. Me recordo que quando chegava na comunidade, a primeira pergunta que os moradores faziam era a respeito da minha família, particularmente sobre quem seria a minha mãe. A afirmação de que Ana seria a minha mãe, despertava uma certa intimidade, como se fosse um lugar seguro de conversação, que abria espaço para estórias antigas sobre a minha mãe, sobre as festas, sobre o trabalho e até sobre a beleza e o seu caráter admirável. Nesse sentido, acredito que esse foi um dos principais fatores na construção da interação com a comunidade. O que representa também que a etnografia pode ser pensada por meio das possibilidades que o campo nos oferece. Dessa forma, o campo não é o que fazemos dele, e o que ele é. Ou seja, quando pensei na minha apresentação pessoal chegando na Sundy, não planejei falar da minha mãe ou de suas vivências. Acreditei que uma apresentação formal daria conta de estabelecer e abrir caminhos para uma interação com a comunidade. Entretanto, a comunidade amplia a

minha compreensão no fazer etnográfico e desmonta todos os meus planos referente aos primeiros contatos.

Nesta linha de raciocínio, tanto Mattos (2011) quanto Rebs (2011), defendem que a etnografia fará contribuições significativas para a pesquisa qualitativa, concentrando-se em uma análise dialética da cultura, em oposição a simplesmente ver a cultura como um sistema de intermediários de significado entre as estruturas sociais e a ação humana. A etnografia introduz os/as atores/as sociais com uma participação dinâmica e ativa “no processo de transformação e modificação das estruturas sociais, o que faz com que o “objeto” de pesquisa seja o “sujeito” considerado como “agência humana” e sendo imprescindível para o “fazer sentido” na sociedade” (REBS, 2011, p.79).

Construir uma relação entre a etnografia e a perspectiva de escrevivência de Conceição Evaristo, pressupõe compreender de que ponto esta pesquisa parte. Sendo parte deste processo histórico de negação de direitos, minha trajetória enquanto mulher negra e africana, merecem construir um percurso que não fuja às necessidades de construção de uma contra-narrativa. Para Conceição Evaristo (2020) A escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia. Brincamos com as palavras para dar um soco no estômago ou no rosto de quem não gostaria de ver determinadas temáticas ou de ver determinadas realidades transformadas em ficções.

Marcada por formas de dominação que incluem separações, deslocamentos e desmembramentos, ela constrói através da escrita estratégias de reversão da condição fragilizada da mulher negra e modos alternativos de redefinição de suas identidades (MACHADO E SOARES, 2017, p.3). Assim, a escrita introduz sutilmente uma dimensão ética ao permitir que o autor fale no papel de um eu coletivo, alguém que invoca a história compartilhada de um " não " por meio de sua própria narração e voz. Além disso, as autoras reconhecem que essa metodologia coloca em perspectiva a dicotomia entre sujeito da pesquisa e pesquisadora ao transformar os discursos em narrativas em primeira pessoa.

Para Owsun (1978), o trabalho de campo etnográfico interessante e desafiador tem duas particularidades: a pesquisa e a observação participante intensiva. Sendo, a pesquisa etnográfica convencionalmente tem como objetivo principal o relato descritivo das culturas dos povos originários. Ou seja, “fornece para um público da Europa Ocidental informações novas e básicas ou adicionais e confiáveis sobre não-ocidentais – os chamados povos “primitivos”, “bárbaros”, “selvagens” ou “atrasados” (OWSUN, 1978, p.3). Em que o conhecimento da cultura pouco ou nada lhes interessavam.

praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle. (GEERTZ, 2009, p. 15).

Entretanto, os aspectos intrínsecos das técnicas na pesquisa de campo podem alternar de acordo com as intenções da pesquisa. A escolha, por exemplo, de informantes não diz respeito apenas às contribuições que a pesquisadora/or consideram pertinente. Em muitos casos, os nossos informantes imagetivamente perfeitos, são os que não nos escolhem por indefinidos motivos. O pedestal da posição do pesquisadora/or na pesquisa de campo, precisa ser revisto, de modo que ampliamos nosso horizonte para experimentar outros caminhos possíveis, que diz respeito a humanização daquele que desbrava seus conhecimentos comunitários sem qualquer intermédio da vigilância científica.

A escrevivência como parte da metodologia deste trabalho, “subverte a produção de conhecimento, pois, além de introduzir uma fissura de caráter eminentemente na escrita científica, apresenta-se por meio da entoação de vozes de mulheres subalternas e de sua posicionalidade na narração da sua própria existência” (MACHADO E SOARES, 2017, p. 50).

Esta relação entre o conhecimento e a ciência, me recorda o malabarismo que as mulheres negras têm feito para serem reconhecidas neste ponto. Me lembra também de uma experiência que vivi quando fui nomeada a melhor aluna da minha turma no ensino secundário. Em uma entrega solene de prenda aos destaques da turma na escola, dirigida pelo presidente do Governo Regional, percebi o espanto em seu rosto quando anunciaram o meu nome. Quando me aproximei para receber a caixa de presente, ele exclamou com estranheza: "Você?". Naquela época, não compreendia muito bem porque sua atitude havia me incomodado.

Em um outro momento das minhas idas à escola, também vivenciei a experiência de ser questionada por um homem sobre quais escolhas iria fazer para o futuro. Havia respondido que queria ser professora de língua portuguesa. Em seguida, eu fui orientada a escolher um caminho mais "fácil". Naquele instante tinha entendido que os meus interesses, a minha competência estavam sujeitas a minha condição de ser mulher. Daqui parte a importância de escrever. Contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte

entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas.

Acreditamos que a construção de vínculo relacionado a este trabalho, se estabeleceu inicialmente em 2017, quando realizei a primeira pesquisa de campo na Sundry. Sendo parte pertencente dessa relação comunitária marcada pelo passado colonial, me possibilita uma interação quase que de membro comunitário. Para Kirin (1993), no campo ou em casa, todo antropólogo carrega consigo uma identidade pessoal e étnica, embora as pessoas com alianças, minorias ou mulheres do Terceiro Mundo possam experimentar as tensões dessa dupla identidade mais intensamente. No entanto, isso só é possível pelo número crescente de moradores que desenvolveram relações de afeto com a minha mãe que também é parte das dinâmicas coloniais entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Assim, Kirin (1993) aponta que, quer sejamos fortalecidos ou enfraquecidos por relações de poder dominantes, cada um de nós deve aceitar a responsabilidade de como nossas configurações pessoais influenciam nossas interações relacionadas ao trabalho e nossa redação acadêmica. Quando os profissionais desconsideram completamente suas próprias circunstâncias e experiências, isso leva a uma compreensão desconcertante, ao mesmo tempo em que afeta violentamente a gama de identidades híbridas pessoais e profissionais com as quais lidamos diariamente com artigos com análise teórica aprofundada.

A senhora Luluca, por quem tenho muito carinho, me levava para todos os cantos, para as casas das pessoas pedindo que elas falassem comigo. Ela era acarinhada por todos da comunidade. Fui percebendo, quando chegava à casa das pessoas, e elas me mandavam entrar e sentar por causa da presença dela. Ofereceu-me comida diversas vezes, e chegou também a oferecer banana para levar para casa.(..) ela saía andando comigo de mãos dadas falando alto, *odja nha fidju* em português seria, olha minha filha!!! *Djam ranja nha fidju* “já tenho a minha filha”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2017, p.30) :)

Luluca é uma mulher mestiça descendente de Caboverdiano e de Portuguesa, em que a mãe fez parte do processo de contratado. Nascida na Sundry, sua trajetória também é marcada pelo trabalho nos matos da Roça Sundry desde sua infância. A minha relação com a Luluca se apresentou da mesma forma que no ano de 2017. Quando a vi no primeiro dia na comunidade, me recordo dela me abraçando e perguntando se eu me lembrava dela. Ela falava repetidamente “buh gosta de mi?” “bu lembra de mi”, Você gosta de mim? você lembrou de mim!. Posso afirmar que Luluca é uma das moradoras mais populares da comunidade, pela pessoa que é e pela sua idade. É comum na ilha do Príncipe entendermos que as pessoas mais velhas são nossos “mas velho”, ou seja, os que representam sabedoria e portanto os que dão os melhores conselhos. A amizade com a Luluca surgiu por intermédio

da minha mãe, que é sua amiga mais antiga. Na verdade, o motivo do início da nossa amizade em 2017, foi porque ela conhecia e tinha admiração pela minha mãe. Podemos refletir a respeito das afetividades que atravessam processos históricos de violação de direito, e como estes tem se constituídos como caminhos na manutenção dos afetos e da própria sobrevivência. Nesse sentido, entendo que a pesquisa de campo apenas possibilitou esse encontro.

Do ponto de vista de Malomalo (2009) compreende-se pela pesquisa a atividade fundamental da ciência na descoberta e construção da realidade. É a pesquisa que apóia os empreendimentos educacionais e os mantém atualizados com as realidades globais. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou, em outras palavras, nada pode ser um problema intelectual se não tiver sido antes de tudo um problema na vida real. As questões de pesquisa estão, portanto, ligadas a interesses e circunstâncias socialmente constrangidas. São o resultado de uma inserção deliberada na realidade, onde descobriram as suas motivações e objetivos.

No entanto, Mignolo (2008), nos permite avançar e afirmar que a perspectiva decolonial é epistêmica. Ela se desprende dos princípios fiéis ocidentais e da acumulação do conhecimento. Entretanto, esse desvinculamento não pressupõe a ignorância do que já foi institucionalizado. Pretendendo substituir o estado geopolítico e político do conhecimento que tem suas raízes na história imperial da Europa primeiro e depois também dos Estados Unidos dos últimos cinco séculos pelo estado geopolítico e político dos povos, línguas, religiões, crenças políticas e econômicas, subjetividades que foram racializados

Para Owusu, essas etnografias, elas representam uma medida clara do impacto intelectual que distorce a extensão geral das fronteiras político-econômicas ocidentais. “A “descoberta” ocidental do mundo não-ocidental, que tem levado, desde então e sem interrupção, à sistemática e muitas vezes forçada reestruturação e transformação pelos europeus do “novo” e “primitivo” mundo à imagem da Europa.” (OWUSU, 1978, p. 4).

É através desse operador que este dispositivo realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca. (SANTOS, 2005, p. 10).

Ao longo dos anos, reconhecemos os avanços relacionados a essa forma pouco ética de produzir conhecimento envolvendo o continente africano, assim como o ocidente ignorou o papel importante das comunidades na modificação do conhecimento pré-estabelecido. No entanto, segundo Owusu (1978), os críticos destacam uma certa deficiência estrutural

relacionada à homogeneidade cultural que interpelam o isolamento e preserva as tendências tribais, a partir das perspectivas eurocêntricas, ou seja, essa forma de representação não foi, tão pouco é capaz de propor uma representação genuína e completa das ex colônias. Sendo assim, “crítica meditativa “progressista da antropologia, é claro que não foi dado peso necessário e suficiente nas discussões atuais ao problema mais fundamental da antropologia sociocultural, ou seja, o problema do controle de qualidade dos dados em um trabalho de campo etnográfico” (OWUSU, 1978, p.19).”

A nossa pesquisa apropria-se da metodologia de estudo qualitativa. “A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação (VAZ, 2020,p. 22), sendo uma pesquisa interpretativa, com investigadores tipicamente envolvidos em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes (VAZ, 2020,p.23). Dessa forma, procurou-se a partir das subjetividades das dinâmicas comunitárias compreender as ações desencadeadas dentro da comunidade para fins de reassentamento.

Para Vaz, a pesquisa qualitativa é considerada como aquela que procura recolher o lado subjetivo do fenômeno a ser investigado. “O pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, para descrição e interpretação. Ou seja, esta modalidade permite compreender as ações e comportamentos além da sua quantificação estatística” (VAZ, 2020, p. 22). No entanto, do meu ponto de vista, não basta apenas produzir proximidade entre a teoria e os dados. É necessário também ter o conhecimento de que o campo comporta sua própria teoria, na medida em que comunidades são produtoras de conhecimentos ancestrais.

Esta pesquisa tem como metodologia central a etnografia da comunidade de Sundy. O foco da pesquisa etnográfica está ligada à compreensão das percepções comunitárias relativas ao investimento da empresa HBD. Como parte desta etnografia, foram realizadas entrevistas coletivas e individuais, assim como conversas informais. A pesquisa de campo teve seu início no dia 20 de março de 2021 até o dia 15 de maio.

A abordagem para o trabalho etnográfico seguiu em primeiro momento, na tentativa de procura de moradia para que eu me estabelecesse na comunidade, assim como o fiz no ano de 2017. No entanto, apesar da relação de intimidade e amizade com alguns moradores, considerei que seria coerente da minha parte não importuná-los com pedidos de moradia para viver durante esses dois meses, uma vez que são atravessados pelas condições de moradias e pelo próprio contexto do reassentamento.

Assim, durante esses dois meses de pesquisa, morei na casa da minha mãe, e me dirigia todos os dias para a comunidade da Sundy pegando boleia (carona) no ônibus que

levava e buscava os trabalhadores da empresa HBD, que durava cerca de 15 minutos. A boleia é o maior mecanismo de deslocação na ilha do Príncipe, caracteristicamente descendente de práticas comunitárias, uma vez que os moradores das comunidades rurais são quem a mantém de pé.

Segundo os moradores da Sundy e alguns amigos que eu havia comentado sobre a pesquisa, eu poderia pedir boleia no centro da cidade e chegar tranquilamente até o terreiro da Sundy. Foi assim que permaneci indo e voltando para a casa. Fui orientada a chegar e conversar com o motorista sobre a minha pesquisa para conseguir boleia, assim o fiz. Em um desses dias, após ter chegado no local e ter entrado no carro, fui convidada pelo motorista de forma grosseira a descer do veículo. Levei um tempo refletindo sobre aquela situação tomada por um turbilhão de sentimentos, entre eles a raiva. Passei semanas pensando sobre do que se tratava aquele acontecimento.

Primeiramente, pensei sobre o autoritarismo e a arrogância do funcionário após alguns conhecidos que presenciaram o acontecido terem comentado sobre a sua função na empresa HBD como supervisor de transporte. Ser supervisor pode conceber a ele algum tipo de poder que poderia ter o levado a tomar aquela atitude. Assim, me peguei pensando sobre a perspectiva do Malcolm X sobre o “negro domestico” na produção cinematográfica do diretor Spik Lee, que enfatiza a ideia de que trabalhar e comer as sobras dos branco nos garante uma posição de sucesso e de reconhecimento, e que quando esse reconhecimento não for concebido, ele é imposto por meio de atitudes que seriam características da brutalidade da branquitude. Sendo funcionário da empresa, o motorista negro e africano deve ser entendido pelo empresário branco como aquele que deve ser explorado. No entanto, para além de ser explorado, é inculcido a ideia de que se igualar a um branco ou trabalhar para ele, te faz diferente dos outros companheiros pretos.

Assim, neste longa metragem sobre a vida do Malcolm X, ele dizia que não devemos dar espetáculo para os brancos assistirem. Não deveríamos brigar entre nós na presença ou em função dos brancos, uma vez que, a intenção é fazer com que odiamos uns aos outros, antecipando a discussão sobre o racismo estrutural, chamando atenção para o tokenismo, que é quando é mantida a estrutura racial, toda vez que um preto era escolhido para se destacar na política da diversidade no mercado de trabalho. Em outro momento, julguei que o funcionário teria recebido ordens para não me conceder boleias para Sundy devido a crítica direcionada a empresa na minha pesquisa. Todavia, descartei essa possibilidade em decorrência de ter conseguido me deslocar no dia seguinte pelo mesmo carro, entretanto, com o outro motorista.

Durante a pesquisa de campo, os métodos utilizados em campo foram: caderno etnográfico, bloco de notas, câmera fotográfica do celular e gravador de celular. Assim como em 2017, as entrevistas foram realizadas em português e em crioulo de Cabo Verde, partindo da perspectiva que a comunidade da Sundy agrega majoritariamente descendente de cabo-verdianos.

Durante as entrevistas, foi possível presenciar a oscilação entre o crioulo de cabo verde e o português por parte dos moradores. Apesar da minha mãe nos socializar a partir do crioulo de cabo verde, a escola nos socializa para se comunicar através da língua portuguesa. Entendo que, a comunidade se sentia mais confortável dialogando no crioulo, no entanto, quando eu me comunicava em português, automaticamente o entrevistado mudava de língua. De outro modo, percebi que de alguma forma a minha posição de estudante pesquisadora remetia ao uso da língua portuguesa como a língua mais eficaz na comunicação. Assim, alguns entrevistados, mesmo que conversassem comigo em uma conversa informal em crioulo, quando chegava o momento da entrevista, falavam em português.

Nessa perspectiva, vemos a insinuação de que a língua portuguesa legitima a importância da minha pesquisa para os moradores. Como se o crioulo de cabo verde não pudesse aparecer em um trabalho acadêmico. No entanto, sabemos que esta percepção atravessa as dimensões da colonização Portuguesa, em que as pessoas eram proibidas de falar sua língua, promovendo a negação de suas origens. De outro modo, a supervalorização do Português está no centro das questões geopolíticas, que fomentam e negam politicamente a inserção das nossas línguas como língua materna e oficial.

Por outro lado, a pesquisa também contou com uma análise documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído principalmente em revistas científicas. O material referente a pesquisa documental, foi coletado a partir do site de publicidade da empresa HBD, do jornal *Téla Non*, da Revista *Visão* e dos arquivos históricos de São Tomé e Príncipe.

2.2. Uma reflexão metodológica com base na decolonialidade

“Dentro de um campo, os agentes sociais interagem a partir de práticas sociais, que se expressam através de linguagem, isto é, atos discursivos falados ou escritos ou não, gestos, ações sociais” (MALOMALO, 2009, p. 71). Nessa perspectiva, eu, Maria da Luz Fonseca (2017) afirmo que do ponto de vista da minha primeira experiência etnográfica propriamente dita, ficou evidente a existência de um paradoxo estabelecido na Comunidade Sundy por meio da minha figura de pesquisadora. Declaradamente a comunidade foi se expressando a

partir de uma narrativa de cisma e desconfiança. “Assim, é o poder simbólico: a capacidade de mandar no outro sem, necessariamente, fazer uso da força física. Bourdieu chama isto, também, de violência simbólica” (Apud MALOMALO, 2009, p. 27).

Em 2017, essa desconfiança instaurada entre a pesquisadora e a comunidade, se deu em decorrência das atividades do Comitê de Implementação de Projeto e sua permanência na Sundry no período de Julho a Agosto de 2017. Naquele período, uma parte da comunidade acreditava que a faceta de pesquisadora foi forjada para recolha de informação e opinião da comunidade sobre a implementação do reassentamento. Ou seja, a pesquisadora nada mais era que uma infiltrada da empresa. Esse olhar comunitário, atribui de certo modo a empresa HBD uma certa facilidade de controle, de quem vigia, sobre quem dedura as ações da empresa, e de quem deve sentir medo desse controle.

Dessa forma, em 2023 ainda vivi o clima de desconfiança embora em baixa escala. Alguns moradores perguntavam sobre o que havia me motivado a pesquisar com um certo interesse em saber se tinha relação com a empresa HBD, chegando a perguntar se eu era funcionária da empresa. Acredito que essa percepção tenha se instaurado em função de eu pedir boleia no transporte da empresa. Por outro lado, senti que a comunidade de forma geral queria se resguardar como forma de não estabelecer qualquer tipo de conflito (para além dos já existentes) entre os dois lados.

Diferente de 2017 em que a comunidade se apresentava sob um olhar de prosperidade, em 2023 as pessoas se mostram angustiadas e revoltadas de forma mais evidente.

Dessa forma, consideramos pertinente trazer a percepção do desenvolvimento econômico multicultural, desenvolvido por Malomalo (2009), como ferramenta de interpretação da estrutura social, que se configura como um método de grande valia para a investigação do campo e desta pesquisa. “A sua primeira fase é a etnografia, vista pelo autor como uma “descrição densa” da realidade, das culturas” (MALOMALO, 2009, p. 56). Nessa concepção, para este autor, o segundo momento se dá quando as informações foram apuradas e inseridas numa Teoria Geral de Interpretação Cultural. Assim, tanto Geertz (1989) quanto Malomalo (2009) acreditam que olhar para as dimensões simbólicas da ação social arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade e senso comum, é mergulhar nelas, em vez de se distanciar das questões existenciais que confrontam a atualidade. A função primária da antropologia interpretativa não é fornecer respostas para nossas questões mais profundas, mas sim disponibilizar as respostas que outros forneceram e incluir essas respostas no banco de dados de consultas sobre o que o falante disse.

Para essa interpretação simbólica interessar de forma ética, neste contexto, é necessário a compreensão do conceito de raça que atravessa as leituras das realidades sociais africanas, que estão na base do campo do desenvolvimento econômico multicultural. Porém, importa nessa definição “a “raça” remete aos membros que levam “características constantes em comum” que as diferenciam dos “outros”; a raça tem a ver com um grupo social ou categoria de pessoas que são “conectados por uma origem comum”, que têm uma mesma ascendência” (MALOMALO, 2009, p. 70). Dessa forma, o conceito de raça na perspectiva do campo de desenvolvimento econômico multicultural, o traduz como uma categoria sociológica e política.

Para Guimaraes (1999), muitas vezes, as teorias predominantes usaram o emprego ou a negação do uso racial como arma ideológica para manter as disparidades entre negros e brancos. Guimaraes acredita que para construir uma sociedade antirracista e democrática, cientistas sociais e simpatizantes do Movimento Negro devem utilizar a categoria raça. Adicionalmente, por meio dela, é possível desfazer o uso constante e dissimulado da falsa noção de raça biológica que sustenta práticas discriminatórias e tem em sua “cor” a marca e o princípio fundamental.

O medo tem sido uma ferramenta utilizada há séculos para garantir espetáculos históricos de violação de direitos. “O que importa, a essa altura, é observar a sua dialética com o conceito raça. Além disso, a população negra, tomada como uma “raça” constituída, historicamente, pelo olhar da classe dominante” (MALOMALO, 2009, p. 70). Portanto, uma etnografia que possibilite desvendar os artifícios envolvendo a implementação deste empreendimento, supõe a estruturação de uma epistemologia pautada na relação com a comunidade, incentivando uma experiência de cunho emancipatório. Nessa perspectiva, estar no campo para esta investigação subentende-se que o pesquisador e a comunidade se distinguem a partir das diferenças relacionais. Isto é, práticas sociais que podem causar antipatia ou simpatia na pesquisa. “Sendo, o campo, espaço marcado pelas relações de forças, para que não haja abusos, o pesquisador deve deixar se levar pela ética libertadora” (MALOMALO, 2009, p.72). Nesse sentido, como aponta Gomes (2020), é necessário compreendam o peso da cultura, das dimensões simbólicas, da discriminação, do preconceito e da desigualdade racial.

Assim, em concordância com Malomalo (2009), é por esse caminho que não nos interessa a neutralidade científica, já que concebe uma característica alegórica que conseqüentemente se tornou um instrumento de dominação das populações. De outro modo, a ciência deve estar a proveito da sociedade, sendo uma ferramenta da liberdade e da

libertação. Tem sido a partir dessa visão que os africanos e seus descendentes têm-se apropriado da ciência moderna. Usando-a como arma de luta contra o escravismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo; e busca transformá-la em meio de desenvolvimento de suas comunidades.

Nas palavras de Figueiredo:

A nossa realidade desafia qualquer perspectiva de ciência conservadora e neutra. Como pensar na existência de um conhecimento que não esteja voltado para a compreensão de dinâmicas sociais que perpetuam as desigualdades e asseguram privilégios para uma minoria? Como aceitar e, de certo modo, reproduzir conceitos e teorias que em nada nos ajudam em termos de construir uma ciência comprometida com a transformação social. FIGUEIREDO, 2020, p. 10).

Para Gomes (2020), o intelectual negro reconhece que, nesse contexto, ser negro ou negra e produzir conhecimento sobre a temática racial, contribui diretamente para a reflexão, discussão e superação de questões concernentes à população negra. Entende-se também, que ao produzir conhecimento, o grupo de intelectuais negros extrapolam as relações étnico racial, problematizando e trazendo a perspectiva interdisciplinar como forma de alcançar uma compreensão mais vasta das relações sociais e dos sujeitos sociais.

Todavia, na construção das epistemologias negras, não se deve ter a necessidade de fragmentação do conhecimento. O Panafricanismo, os Estudos Africanos, a Negritude, os Black Studies, o Afrocentrismo, os Estudos Afro-brasileiros, Os Estudos culturais, “como teorias, programas de estudo, disciplinas, nasceram e se desenvolvem tendo a multi e transdisciplinariedade como um dos princípios metodológicos” (MALOMALO, 2009, p. 75), sendo que a própria pesquisa e escrita da História Geral da África (KIZERBO, 2013, p.20), sugere uma metodologia em que se possa estabelecer um diálogo entre diversas disciplinas. “Para o Center African Renaissance Studies somente uma abordagem multi, inter e transdisciplinar é capaz de trazer soluções reais aos problemas existentes, que os africanos remanescentes e da diáspora enfrentam, o do seu desenvolvimento” (MALOMALO, 2009, p. 27).

Para Kaphagawani (2002), é evidente que a produção de conhecimento nas áreas nomeada periféricas, necessita do respaldo da corte para que enfim, esta possa ser validada e compreendida como ciência, desconsiderando qualquer possibilidade de produção de outras práticas epistemológicas. Nesta senda, o autor pontua que para uma compreensão mais coerente do que se trata a epistemologia africana, surge a necessidade de relacionar a etnofilosofia como uma abordagem possível. “A etnofilosofia, por exemplo, examina

recursos da cultura como linguagem e cerimônias religiosas, para obter pistas sobre os sistemas filosóficos, e também sobre a epistemologia” (KAPHAGAWAN, 2002. p. 4).

Kaphagawan (2002), levanta alguns conceitos para se compreender como o continente africano, assim na sua generalidade, adota a produção de conhecimento pelos seus povos em defesa de uma epistemologia africana. O conceito de racionalidade apontado pelo autor, levanta questões como a colonialidade do saber por meio das invasões coloniais em que os africanos são tratados como seres culturalmente vazios. Por outro lado, vai levantando uma série de questões: como decidimos o que é racional no contexto da cultura africana? Como entendemos e aplicamos os princípios da racionalidade em um contexto africano, para que possamos ter algum critério para distinguir o racional do irracional? Como avaliamos as crenças, teorias, e explicações das culturas africanas tradicionais e contemporâneas? O que devemos fazer com as práticas, princípios, guias e instituições sociais que compõem os fios epistêmicos no tecido de uma sociedade caracteristicamente africana?

Assim, Wiredu (2022) em “como não comparar o pensamento tradicional africano”, afirma que os aspectos fascinantes e esclarecedores dessa comparação será observar como vários povos empregam categorias espirituais em suas tentativas de construir visões de mundo coerentes. Essas diferenças específicas são caracterizadas pelas peculiaridades reais do pensamento tradicional africano em contraste com, digamos, o pensamento oriental convencional. Essas comparações podem inspirar menos exuberância nos antropólogos do ocidente do que as práticas atuais parecem implicar. Na ausência de tal comparação, o que normalmente acontece é que, além das características que realmente diferenciam o pensamento tradicional africano, seu fundamento não científico e esotérico tem sido usado para fazer comparações entre populações africanas e não africanas.

Os africanos são um povo em grande parte oprimido e menosprezado. Alguns estrangeiros não estão dispostos a admitir que os africanos, como povo tradicional, eram capazes de desenvolver algum tipo de cosmovisão coerente. Aqueles que tiveram bom senso, paciência e diligência para se estabelecer e estudar o pensamento africano tradicional, muitas vezes foram, sobretudo no século XIX e começo do século XX, antropólogos coloniais que tentavam fazer inteligíveis as ações e atitudes de nossos antepassados aos olhos dos governos coloniais, com o objetivo de facilitar seu controle. (WIREDU, 2022, p. 12)

Dessa forma, para evitar substituir tanto o que é bom quanto o que é ruim em nossos modos tradicionais de vida por aquisições culturais ambíguas, o processo de examinar os elementos de nosso pensamento que compõem nossas culturas tradicionais exige uma boa dose de circunspeção analítica. Deve ficar nítido a partir da discussão anterior que a questão

de como o pensamento africano pode ser adequadamente comparado ao pensamento ocidental é uma questão existencial urgente e de grande significado acadêmico .

2.3. Reflexão metodológica sobre o uso do gravador na entrevista, câmera e bloco de anotação na pesquisa de campo

Com o intuito de etnografar a situação social da comunidade da Sundy, ferramentas do campo foram utilizadas como forma de possibilitar registros enfáticos para a construção deste trabalho. Como aponta Vaz (2020), diferente da concepção da ética filosófica dominante, acreditamos que os métodos tradicionais e ocidentais, utilizados como manobra de poder nas pesquisas de campo, devem ser passíveis de crítica e reflexão nesta abordagem.

A pesquisa de campo, através de técnicas de entrevista e a tecnologia utilizada, sempre nos parece fácil e aceitável usar aparelho gravador, ao entrevistar os colaboradores da pesquisa. “Isto justifica-se pela limitada capacidade de decorar informações perante o desenrolar de eventos” (VAZ, 2020, p. 31). No entanto, não é tão fácil quando percebemos na sundy que, quando ligava o gravador, existia uma preocupação por parte dos moradores em se comunicar com uma linguagem mais rebuscada.

O uso do gravador gera diversos tipos de desconfortos e constrangimento. Entre eles, está o despertar da necessidade do morador em falar na linguagem muitas vezes técnica e acadêmica do pesquisador, ou em uma linguagem mais formal abrindo mão de ser entendido na sua complexidade linguística. O que desestrutura e interfere na boa vontade de participar e no desgaste emocional, físico e mental que isso pode ocasionar. Esta sensação, acredito que seja causada pela presença e pela apresentação da pesquisadora. Quando eu, Maria da Luz Fonseca me apresento enquanto estudante universitária e mestranda para um grupo de pessoas que não tiveram a mesma oportunidade que eu, naturalmente passo a ser entendida como uma figura importante no campo, sendo meu corpo e todo o panorama ao redor do que eu sou, provocando um esforço na comunidade para adequação ou resposta daquilo de propositalmente fui a busca. Esse esforço é bem intencionado, podemos considerar dessa forma. No entanto, é um esforço que, enquanto pesquisadora, eu não experimentei, sendo assim desconfortável apenas para uma parte.

Assim, é nesse sentido que não devemos super quantificar o seu uso. Para Fonseca (2017), em sua primeira experiência em campo, o gravador representava para alguns moradores da comunidade da Sundy, uma espécie de exposição e ameaça em relação à

empresa HBD. Fazendo com que os membros da comunidade desistissem de contribuir com a pesquisa. O uso do aparelho gravador, logo no depoimento, pode refletir para o nosso colaborador, na entrevista, a chamada de responsabilidade jurídica. “Na medida em que a sua voz pode ser gravada, muitas das vezes sem conhecimento final do seu uso” (VAZ, 2020, p. 30). Para isso, o aparelho pode gerar a falta sensibilidade e aumentar o medo do entrevistado. Por outro lado, aqueles que concordavam em dar entrevista, apenas permitiam que tomasse anotações, recusando o uso de qualquer tipo de tecnologia.

Durante a entrevista, primeiro explicava do que se tratava a pesquisa e em seguida perguntava se gostaria que o nome aparecesse e depois solicitava o uso do gravador. Durante esta pesquisa, nenhum morador negou o uso do gravador embora a quantificação de seu uso não seja relevante, como aponta Vaz (2020). Entretanto, o uso do aparelho gravador na pesquisa de 2023 foi bem recebido, embora alguns moradores tenham solicitado que seus nomes não aparecessem no corpo do texto, nem na identificação da entrevista.

Concordo absolutamente com a exigência do anonimato e acredito ser inquestionável. Entretanto, quando pediam para que o nome não aparecesse, e eu solicitava a gravação, alguns moradores perguntavam sobre quem teria acesso a essa gravação, demonstrando um medo em relação ao reconhecimento de sua voz. De outro modo, o anonimato lhe proporcionava maior liberdade para poder se expressar sem que ocorra qualquer tipo de vigilância.

O anonimato na entrevista também é entendido por mim como um caminho de desabafo, da necessidade de ser ouvido/a. Esta afirmação surge em decorrência de entrevistas concedidas que extrapolam minutos. Assim, muitas vezes para o etnógrafo é necessário ocupar o lugar de escuta, compreendendo que, nem tudo diz respeito a coleta de dados. A humanização na pesquisa de campo pode ser um itinerário na produção de sensibilidades que permita quebrar com modelos tão rígidos e pragmáticos na construção de conhecimento.

Para Vaz (2020), em sua experiência na aplicação da entrevista cooperativa COAJQ, percebeu que para os entrevistados parecia-lhes um processo judicial do qual tinham que conceder depoimento. Por essa experiência relacional fazerem referência às forças e a investigação policial, reflete um exercício de poder sobre o entrevistado. Nessa medida, se deve considerar os domínios dos preceitos do conhecimento, ou seja, quem é o responsável pela recolha daquela informação e quais suas intenções ao fazer o uso das falas do entrevistado.

“Lugar esse em que somos capazes de entrever, interpretar o mundo do outro até o ponto de apontar a sua necessidade” (VAZ, 2020, p. 30). Nesse sentido, torna-se pertinente reconhecer de que lugar partimos. Entendo que, métodos promovidos pela academia a partir do conhecimento universal podem pertencer a uma abordagem invasiva de compreensão das subjetividades. Apresentá-los ao seu campo de pesquisa nunca deve significar que estes devem ser considerados os mais eficazes ou que são os únicos meios para fins de coleta. “As novas descobertas de teorias científicas, e sua atualização enquanto pesquisador daria uma nova roupagem a este trabalho; essa conotação significa que o conhecimento da pesquisadora não sobressairá” (FONSECA, 2017, p. 29).

No entanto, pode se tratar de uma questão ética da própria figura do pesquisador/a. “Portanto, criticar o modo de aplicação de aparelho gravador na pesquisa de campo, principalmente na entrevista, com a população rural não passa de exercício de sensibilidade” (VAZ, 2020, p. 32). Este autor, faz essa provocação em sua dissertação de mestrado, como forma de estimular aos pesquisadores, acadêmicos da etnografia e pesquisa de campo na África a repensar as tecnologias de entrevista nas ciências humanas. Por fim nos deixa com os seguintes questionamentos destinados a construção de uma reflexão:

A pesquisa de campo por meio de entrevista poderia ser mediada com o prolongamento de tempo de pesquisa e vivência no campo com os colaboradores? O aparelho gravador e o pesquisador perante o colaborador não refletem uma prática de investigação jurídica criminal que ainda pode criar medo ao colaborador na nossa pesquisa? Quais as tecnologias o pesquisador poderia utilizar em caso destes desafios? Como utilizar estas tecnologias na pesquisa de campo nas ciências humanas?

Dentro das possibilidades de reflexão, entendemos que, toda e qualquer forma de prática metodológica em campo, precisa avaliar as nuances que constituem o campo, por meio da sensibilidade. Para tanto, é necessário que o pesquisador não coloque seus interesses acima dos da comunidade. “Por definição, esse gênero de empatia supõe, portanto, a distância: é justamente porque não se está no lugar do outro que se tenta representar ou imaginar o que seria estar lá, e quais “sensações, percepções e pensamentos” ter-se-ia então” (SAADA, 2005, p. 15).

Esta postura de tratamento de dados, “como conteúdo discursivo, provém do exercício de compreender criticamente o sentido manifesto, ou oculto das comunicações de agente entrelaçados, no que entendemos como processo de desenvolvimento social” (VAZ, 2020, p. 32).

3. REFLEXÃO EM TORNO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

A análise e reflexão em torno dos conceitos que induzem a perspectiva do desenvolvimento, pressupõe o ponto de partida para a compreensão da eleição do desenvolvimento sustentável apresentado pela empresa HBD no projeto de reassentamento para a comunidade da Sundy. Para tanto, é importante que essa abordagem seja conduzida por meio de uma concepção que promova um olhar mais alternativo mediante as diversas crises que o continente africano vem enfrentando. Entretanto, este capítulo dedica-se também a oportunizar uma compreensão das percepções sobre o conceito de desenvolvimento dos moradores da comunidade Sundy.

3.1. Ponderação crítica sobre o conceito de desenvolvimento

De acordo com Bernardo (2016), o continente africano está entre os primeiros continentes que mais atrai grandes investimentos, depois da América Latina. Esta conjuntura apresenta diversas motivações para esta preferência, “entre os quais a fuga das exigências de um novo urbanismo e da reforma ecológica em curso em alguns países centrais, para ir ao encontro de vantagens competitivas como solo barato, incentivos fiscais, mão de obra barata e dócil, e sociedades mais frágeis em sua organização|” (BERNARDO, 2016, p. 580). No entanto, as noções de Bernardo relativa à caracterização frágil dessas sociedades, se mostram alinhadas à pouca compreensão de suas formas de organização. Deste ponto de vista, ainda existe um olhar que enfatiza a precariedade fazendo com que os modos de vida do ocidente, por exemplo, sejam considerados superiores. De outro modo, é uma noção que também estabelece a ideia de sempre foi assim, quando na verdade essas sociedades foram e são assaltadas.

Dessa forma, não é inesperado que a empresa HBD tenha apresentado seu projeto de investimento para Ilha do Príncipe, argumentando que “ao observar, do espaço, como a Terra é frágil, o milionário sul-africano⁴ Mark Shuttleworth teve um sonho: fazer do Príncipe um exemplo de proteção da natureza e desenvolvimento sustentável (REVISTA VISÃO, 2015, p.2). “A ideia está agora a ser concretizada por portugueses, na ilha perdida do Equador. Viagem ao interior de uma missão que pode mudar o mundo” (VISAO, 2014, p. 1). Em um outro jornal, podemos acompanhar a comoção protagonizada entre os governos e a população

⁴ A África do Sul é um país na porção sul da África. Ela é banhada pelos oceanos Atlântico e Índico, tem clima temperado, vegetação predominantemente seca e abriga grandes animais do cerrado. O Apartheid, um sistema de segregação racial que dividiu a sociedade da África Austral em negros e brancos, deixou uma marca duradoura na história do continente. O sistema segregacionista foi derrubado na década de 1990 com a vitória de Nelson Mandela como o primeiro presidente negro eleito localmente.

com a chegada do investimento- “Ele é atualmente proprietário de cerca de metade das terras da ilha do Príncipe, onde pretende desenvolver um ambicioso projeto de turismo ecológico. A dificuldade do Governo central em assinar o acordo administrativo final, está na base da manifestação popular de hoje” (TELA NON, 2011, p.1). Entretanto, as terras foram concessionadas por um período de noventa anos, segundo o ex-presidente do Governo Regional José Cassandra, havendo a possibilidade de renovação de trinta em trinta anos. De acordo com Berthet (2016), com o fracasso da nacionalização das terras, era impossível vislumbrar uma ascensão socioeconômica, embora os trabalhadores agrícolas começassem a desenvolver várias estratégias. Esse processo, que iniciou na década de 90, culminou com a privatização das terras e sua concessão para empresas privadas nacionais e internacionais. Assim, a alienação das terras santomenses por estrangeiros brancos tem uma longa história no país.

Voltando às narrativas em torno da HDB

No espaço, ele tomou verdadeira consciência de como a Terra é pequena e frágil. Viu o impacto da intervenção humana no planeta, com uma dimensão que não pensava ser possível. A partir desse momento, sentiu que tinha de agir, demonstrar que se pode criar riqueza sem destruir a natureza”, explica Nuno Rodrigues, 36 anos, o jurista de formação que Mark Shuttleworth escolheu para dirigir a HBD-STP, o grupo empresarial a quem confiou a tarefa de concretizar essa sua visão. (REVISTA VISÃO, 2014. p.1).

Esta apresentação de Mark Shuttleworth, sob a perspectiva da imagem de um herói, o homem branco empreendedor que vai transformar as terras perdidas e virgens, pressupõe as aspirações do branco visionário e salvador. Anne McClintock (2010), identifica o mesmo tipo de narrativa na época das explorações europeias da África, com um discurso que mistura sonhos de megalomania com a paranoia branco-masculina à emasculação.. Essa imagem remete ao que Cabaço (2007) aponta como missão evangelizadora e civilizadora, que foi quando o movimento missionário definiu explicitamente o tipo de civilização a ser imposta, rotulando os africanos de pagãos e introduziu a primeira classificação binária em relação aos povos colonizados. Neste sentido, “a Europa era o sujeito do processo civilizatório e a África o seu objeto. Historicamente, o desejo masculino de uma relação garantida com a origem - assegurando, como o faz, a propriedade e o poder masculino através do ato simbólico de renomear as terras” (MCCLINTOCK, 2010, p.55).

Em 2017, com o início do projeto de reassentamento da Sundry, os moradores estavam eufóricos, interessados e acreditados na proposta do projeto. Sendo natural da Ilha do Príncipe, pude presenciar a chegada da empresa HBD em 2012. Presenciei também o envolvimento direto da comunidade da Sundry na luta pelo fechamento do contrato entre o

Governo Regional e a empresa. O envolvimento da comunidade dizia respeito às propostas ou as publicidades feitas pelo governo. O nome que foi popularizado naquele período era “HBD VIDA BOA”, pelas inúmeras propagandas referentes à melhoria de condições de vida para a Ilha do Príncipe. Foi dessa forma que se construiu a imagem do Mark Shuttleworth, como aquele que salvaria a Ilha e as comunidades da miséria, uma vez que, a perspectiva da miséria consistia em definir em que condições as pessoas estão ou devem viver. Desta forma, nos deparamos com uma figura masculina e branca que estabelece lugares hierárquicos dentro deste contexto.

Em 2023, encontramos no campo um cenário totalmente diferente de 2017. O endeusamento do empresário despenca pelas inúmeras críticas feitas pelos Principianos, referente aos despedimentos em massa, más condições de trabalho, baixo salário e principalmente pelo projeto de reassentamento da comunidade.

Nesta perspectiva, trazer as relações iniciais estabelecidas pela empresa e a comunidade, está no centro de compreensão das ações desse fenómeno. De acordo com o Jornal Téla Nón (2011), Mark Shuttleworth e membros de sua empresa HBD, apresentaram o grande projeto turístico que nasceu na Ilha do Príncipe, incluindo a Roça Sundy. Foi anunciado que o património arquitectónico da Roça⁵ iria ser reconstruído, para potencializar a agricultura, e alimentar o turismo cultural e ecológico. De acordo com o Jornal Téla Nón, “os trabalhadores da Sundy, mais de 200 chefes⁶ de famílias que estavam desempregados, passaram a ganhar sustento mensal graças à intervenção da empresa” (TELA NON, 2011, p.3)”. O que correspondeu a fabricação de um novo território para que a comunidade se estabelecesse. “A perspectiva da criação de empregos e de geração de renda, em contextos sociais vulnerabilizados pela pobreza e pela penúria historicamente construídas, é muitas vezes um apelo incontestável e inquestionável” (BERNARDO, 2016, p. 580).

Com isso, Bernardo (2016) aponta que, outro componente desses investimentos que pode gerar preocupação é o discurso em torno da melhoria das condições de vida e da geração de empregos. A este respeito, é possível levantar preocupações sobre o número de

⁵ Roca foi onde se desenvolviam a plantação do cultivo do cacau e do café com a administração colonial. A roça era também considerada como lugar insalubre abandonado pelo Estado nos anos oitenta, habitado por pobres, sem infraestruturas. As antigas dependências agrícolas anexadas às casas grandes e seu conjunto formavam ainda o que tinha sobrado das roças coloniais carregando em si o peso da história, as desigualdades relacionadas a uma hierarquia social herdada e consolidada pelo governo independente.

⁶ As 200 famílias que referimos aqui, estão relacionadas ao número completo dos moradores da comunidade da Sundy incluindo os pescadores migrantes que moram na praia e que a empresa empregou mas que também transferiu para a capital da Ilha. Basicamente, podemos afirmar que o reassentamento da Sundy está focado apenas nas pessoas que moram nas antigas residências coloniais, que serão também parte da hospedagem turística.

postos de trabalho criados, as classes sociais que representam, o nível de remuneração oferecido, a natureza do emprego em comparação com atividades e ocupações públicas tradicionais, o risco das relações de trabalho e condições de trabalho e a tendência de tratamento desregulador dos direitos dos trabalhadores.

Designada como “a maior empresa de iniciativa privada na ilha do Príncipe” (SITE WEB HBD, 2012, p.3), a empresa afirma criar oportunidades de carreira, oferecendo formação contínua aos membros da equipa da HBD. De fato, com a sua chegada, a empresa chegou a empregar muitos moradores, entretanto, em novembro de 2016, o Jornal Têla Nón anuncia a seguinte manchete: *CRISE: HBD reduz investimento no Príncipe*. Em torno dessa crise, a empresa HBD anuncia despedimento de trabalhadores. O Director Geral da empresa privada na ilha do Príncipe, a HBD, justificou a redução do despedimento coletivo de 150 trabalhadores da empresa (segundo outras fontes 192), como sendo resultado da necessária contenção de despesas. Naquele ano, a empresa HBD que previa investir 11 milhões de dólares, decidiu reduzir o valor para metade. “Na entrevista dada à imprensa da ilha do Príncipe, o Director Buster Bawer, deixou claro que a HBD, que tinha intervenção tanto no desenvolvimento do destaque para as roças Sundry e Paciência, vai retirar-se da área agrícola e também cortará o investimento no apoio social no Príncipe” (TELA NON, 2016, p. 2).

A perspectiva de Bernardo (2016), é interessante para pensarmos as escolhas que a empresa HBD foi priorizando ao longo dos anos. Para ele, os projetos extrativistas não estão direcionados para o mercado interno, mas sim para o mercado internacional. Sendo as atividades realizadas no país meramente extrativista, há uma impossibilidade de gerar valores que pudessem dar sustento às teses da geração de renda. Isto nos possibilita aventar que “o país apenas serve de um espaço onde são expulsos os detentores da terra e colocados na miséria; são destruídas várias áreas que se tornariam áreas de prática de agricultura de subsistência e da criação de animais” (BERNARDO, 2016, p. 585). Assim, apesar da empresa HBD se apresentar como uma empresa turística, no campo foi possível visualizar aspectos extrativistas na medida em que a empresa possui uma fábrica de produção de chocolate e produção de sabonetes orgânicos com coco.

Para além disto, é comum para esse modelo de investimento que as contingências de custos recaiam sobre os funcionários (como por exemplo o despedimento em massa realizado pela empresa HBD), uma vez que o capital está no célere da questão. É notável que esse foco sobre o capital, “é feito relacionando intrinsecamente o ser rico e a existência de bens naturais, o que deixa transparecer que todos os outros fatores, tais como a disponibilidade para trabalhar, a qualificação técnica dos cidadãos, o acesso à educação, entre outros, são

aspectos secundários nessa acesa luta na busca da riqueza” (BERNARDO, 2016, p. 586). Em muitos casos desses investimentos, “os diferentes grupos sociais, o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos, o meio ambiente, todos foram relegados para um plano secundário quando o país, finalmente, inaugurou-se na exploração dos bens da natureza. (BERNARDO, 2016, p. 588).

Gendron (2004) aponta que, o desenvolvimento como crença ocidental e como slogan, realmente tomou forma e conteúdo operacional com o discurso em janeiro de 1949 do presidente americano Truman, no qual lançou a ideia de um programa que compartilharia as conquistas científicas e industriais de seu país com regiões subdesenvolvidas. A ajuda ao desenvolvimento, que assumiria muitas formas ao longo das décadas, havia nascido. Agências nacionais, organismos internacionais como, PNUD, o BIRD [Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento] do grupo Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento seriam criados para produzir esse desenvolvimento necessário, que deveria ser feito com vista à integração do mundo econômico.

No entanto, tanto Malomalo (2017) quanto Vaz (2020), o apontam dentro de um cenário que é polêmico. Dentro das ciências sociais, se tem esse entendimento pelo fato de ter se originado num contexto de extrema ambiguidade e em coexistência da colonização e do neocolonialismo nos países do Sul. A busca para ultrapassar o neocolonialismo e a saída dos países da fase de colonização, estabeleceu uma série de inquietações dos líderes africanos, particularmente a passagem de luta de libertação e a criação de Estados modernos nas antigas colônias. Neste sentido, “a reconstrução dos panoramas africanos necessitava de tempo. Isto em razão da necessidade de uma seleção de experiências, para nomear fatores importantes que levem ao sucesso na construção e reforços de novas alternativas de organização, produção, distribuição de resultados de processo” (VAZ, 2020, p. 50).

Vaz (2016) assim como Malomalo (2013) afirmam que, para o campo da concepção de desenvolvimento, existem dois pontos de partida. “A primeira constitui o pensamento dominante do desenvolvimento, que tem a economia como núcleo duro. A segunda, por outro lado, constitui o pensamento crítico do desenvolvimento, conhecido também como pensamento alternativo” (MALOMALO, VAZ, 2016, p. 96).

Os estudos realizados para esta seção, nos apresenta uma gama de possibilidades que atravessam o desenvolvimento enquanto perspectiva normatizadora das sociedades. Posto isto, a concepção do (SEN, 2010, p. 34) sobre o desenvolvimento abre diversos parênteses para pensarmos as sociedades africanas e como elas são engolidas pelas matrizes de troca no

que se entende como mercado e suas nuances. Assim, Sen (2010), apresenta-o como um processo de expansão da liberdade. Nesta linha de raciocínio, se mostra oposta a interpretação de que o desenvolvimento pressupõe o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB). O PNB pode constituir como base importante na expansão da liberdade. Todavia, “as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde), direitos civis (por exemplo a liberdade de participar de discussões e averiguações)” (SEN, 2010, p.17). Ver o desenvolvimento como a expansão de liberdades substantivas, dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, inter-alia, desempenham um papel relevante no processo (SEN, 2010, p. 17). Sendo assim, o desenvolvimento nesse ponto de vista, enxerga a necessidade de revogar as fontes de privação de liberdade como: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas - talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2010, p.18).

A negação desses direitos civis sob a perspectiva de desenvolvimento, tem se somado a diversas correntes de proliferação das desigualdades. No entanto, a relação entre a liberdade individual e a concretização do desenvolvimento social está para além da interação constitutiva. “O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (SEN, 2010, p. 19). Nesta concepção, as disposições institucionais que possibilitam esses ensejos são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, comunidades e até de países. Assim, por intermédio da liberdade existe a chance de participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades.

Em concordância com Sen, reconhecemos, em partes, que a liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões: 1) A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas. 2) A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas. No entanto, “a contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca - de palavras, bens, presentes” (SEN, 2010, p.21). A meia concordância estabelecida por nós no parágrafo acima sobre a perspectiva de Sen, se refere a razão avaliatória. Para que esse ponto seja um ponto de partida para os contextos africanos, há uma necessidade de superação em diversas esferas. Entretanto, a relação com a liberdade deve estar ligada a uma formação política de alto calibre com carácter emancipador. Assim, se encontrarmos dificuldades em estabelecer cooperações que promovam a liberdade coletiva, também estaremos incluindo representações nas comunidades africanas que reforçam a ideia de que o continente deveria viver sob domínio desses modelos .

Vaz (2020), contribui com essa discussão, ampliando a perspectiva de Sen no que diz respeito à compreensão da esfera da liberdade na relação prática com o cotidiano das sociedades africanas. O elemento essencial que o Sen não tem dado grande importância é que a liberdade não acompanha o desdobramento de processo de mais sólido e contínuo. “Processo este, caracterizado pela luta e resistência de classe em busca incessante da hegemonia cultural e econômica e intelectual” (VAZ, 2020, p. 59). Entretanto, acrescentaria que considerando as relações históricas que interpelam as comunidades africanas, pouco se tem tentado entender a noção de mercado na base dessas vivências. O que eleva a supervalorização da concepção externa sobre o desenvolvimento, fazendo com que formas de mercado comunitárias sejam desconsideradas em função das expectativas do norte, ou que são desconsideradas intencionalmente justamente para dar lugar às iniciativas mercantis do norte. Dessa forma, a relação com o mercado se apresenta como importante, em razão de se considerar controverso ser genericamente contra o mercado para manutenção do desenvolvimento e da liberdade. Deste ponto de vista, existe a necessidade de uma coexistência, possibilitada por meio da liberdade. “A liberdade de entrar em mercados pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independentemente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização” (SEN, 2010, p.5). Partindo disso, ocorre que negar a liberdade de

participar do mercado de trabalho é uma das formas de se manter sujeito a reclusão da mão-de-obra, e a batalha contra a contenção de liberdade existente no trabalho.

Entretanto, Magalhaes (2014) tece críticas em torno dessa nova fase teórica do desenvolvimento que foi inaugurada por Amartya Sen. Afirmando que na atual fase de multiplicidade econômica mundial não evita cenários de privações e opressões como temos levantado em hipótese no caso da Sundry. Em suma, Sen (2010) afirma que o desenvolvimento corresponde à eliminação de tudo aquilo que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas.

Dessa forma, o desenvolvimento passa a ser associado não somente ao crescimento econômico, mas também “à garantia de direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira geração, com o claro objetivo de servir de meio para se atingir todas as potencialidades humanas” (MAGALHÃES, 2014, p.19). Assim, esse ponto de vista apontado por Magalhães ainda não foi uma realidade possível na Sundry, visto que, as relações estabelecidas atravessam de maneira enfática a questão do crescimento econômico e a renda de capital internacional. Essa percepção não é mera conveniência para este trabalho, por meio dos cortes e números de dispensados pela empresa HBD, destacado acima, podemos deliberadamente afirmar isso.

O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mas feliz e mais completa para todos. (...) Igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com conseqüências de longo alcance para o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor. (MAGALHÃES, 2014, p. 19).

Sendo assim, ao contrário de maximizar o crescimento do PIB, o ideal seria promover a igualdade e aumentar as vantagens daqueles que se encontram em condições precárias, com garantia de redução da pobreza. Uma especificidade desse novo desenvolvimento gira em torno da percepção quantitativa para uma qualitativa, que abra caminho para governança de carácter social, conduzindo as temáticas como economia e contabilidade pública. “A concepção mais moderna de desenvolvimento rompe totalmente com as ideias anteriormente expostas, concentrando-se em um viés mais humanista” (MAGALHÃES, 2014, p.19). Assim, para Veigas (2010), é importante estabelecer coerência quando afirmamos que o desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, que constitui apenas a sua

condição necessária porém não suficiente (MAGALHÃES, 2010).

Para Vandana Shiva (2014), devido à sua incapacidade de vislumbrar uma elevação socioeconômica, os descendentes da classe servil na Índia foram incapazes de discutir o impacto potencial da mudança de culturas de exportação deficientes em nutrientes para sementes nativas, muitas das quais são consideradas menos produtivas, mas ainda assim são muito mais nutritivas que as sementes de cultivos de exportação. É dessa forma que tem enxergado o continente africano referente ao consumo, tanto a nível de produção quanto ao do desenvolvimento.

Aumentar a produção de um único componente de uma safra agrícola, a expensas de reduzir outros componentes e aumentar insumos externos [...] [o que faz] parecer que as novas variedades têm “alto rendimento”, mesmo que, no nível dos sistemas, talvez não tenham. (SHIVA, 2014, p. 165)

Assim, ela mostra que as sementes nativas e orgânicas são significativamente mais produtivas na quantidade de nutrientes que as comunidades extraem delas por hectare quando comparadas, digamos, às sementes transgênicas. Essa perspectiva se relaciona de forma intimista, por exemplo, com o aumento de postos de empregos na comunidade Sundry no período de 2012 a 2015, mas que no entanto a rentabilidade desses empregos não são capazes de realizar necessidades básicas da comunidade. Para Shiva (2014), a ideia de que a produção deve ser uniforme leva ao desperdício, por isso a diversidade deve ser vista não só como uma estratégia de preservação, mas também como um modelo de produção, que contrapõe insustentabilidade, uniformidade e centralização às ideias de sustentabilidade, diversidade, organização regulada e organização descentralizada .

No entanto, em perspectiva com as ações da empresa HBD, Bernardo (2016) afirma que é preciso fazer a ressignificação da ideia de desenvolvimento. Sendo mais congruente olhar para a autodeterminação dos povos, ou seja, a autonomia dos povos em participar, decidir e avaliar determinada proposta de desenvolvimento. “Embora seja necessário responsabilizar seus governos, é igualmente importante que, em seus próprios relacionamentos uns com os outros, exemplifiquem os valores de liderança que desejam ver em seus próprios líderes, ou seja, justiça, integridade e confiança” (MAATHAI, 2004, p.6) . No caso da Sundry, no que diz respeito a essa dinâmica, é visível que existe pouca formação nesse sentido. Ou podemos afirmar que não existe consciência ou não lhes foi dada a oportunidade de conhecer os seus direitos de participação. Construimos essa linha de

raciocínio, a partir da direção em que o Comitê de Implementação Participativa do Projeto de Reassentamento, elaborado pela empresa HBD, apontando lugares sociais pré-estabelecidos para as mulheres, como cuidadora das crianças e dos idosos, condicionando sua participação efetiva na construção do Comitê, e do próprio reassentamento.

Nesse sentido, a comunidade de modo geral não é entendida nesse processo, visto que, as características e composições do comitê foram pensadas exclusivamente pela empresa. Essa visão de desenvolvimento com respeito às comunidades negras baseia-se fundamentalmente na noção de "ter" (TENER) mais do que na possibilidade de "ser" (SER). "Com isso subentende-se que a melhoria da qualidade de vida é medida mais através da satisfação das necessidades básicas, melhores salários e aumento do consumo, do que do fortalecimento do direito de ser diferente" (ASHER, 2004,p.18). Sendo assim, Maranhão (2009), aponta que foi por meio do ciclo ideológico do desenvolvimento que a burguesia, tanto local quanto internacional, através de uma política comum formaram os seus interesses, a partir de ideologias políticas que direcionaram as ações econômicas da modernização. Porém, "com o período de mundialização do capital e as decorrentes transformações societárias, que se desenrolam a partir das décadas de 80 e 90, as antigas promessas desenvolvimentistas passam a se chocar com a nova configuração do circuito de acumulação capitalista" (MAGALHÃES, 2009, p.8).

Por fim existem os desencantados do desenvolvimento, que apontam o fracasso bastante geral das políticas que se reclamavam do desenvolvimentismo para justificar o abandono puro e simples do conceito do desenvolvimento, visto por alguns como uma mera armadilha ideológica inventada por políticos do primeiro mundo para perpetuar seu domínio sobre os países periféricos (VEIGA, 2010, p. 17).

Esse pensamento distancia-se da base desenvolvimentista de acordo com Bernardo (2016), pois "o desenvolvimento é um incontornável aliado do crescimento e, por sua vez, o crescimento é um potente inimigo da preservação da natureza. Para crescer nos moldes do PIB, a natureza vira objeto para melhor apropriação" (BERNARDO, 2016, p. 590). É necessário investimento em outros paradigmas e epistemologias. Os paradigmas subalternos outrora descartados, invalidados e invisibilizados, reduzidos à insignificância, têm muito a oferecer para a contenção das crises atuais. "Os países tidos como do Sul global precisam aprender a olhar para o Sul e valorizarem, respeitarem e utilizarem as visões do mundo extra ocidentais para direcionarem seus destinos" (BERNARDO, 2016, p. 20).

Todavia, é pertinente considerar a concepção de Sen (2010) e a crítica de Magalhães (2016) relativa ao mercado, sendo que São Tomé e Príncipe estima uma série de práticas

econômicas de cunho capitalista que pode não dar conta de responder às urgências sociais sob a perspectiva endógena. Essa associação está diretamente ligada à bagagem que o país carrega nas conexões construídas internacionalmente com a liberdade. Entretanto, a própria noção de liberdade aparece como um desafio a ser superado política e economicamente, partindo do pressuposto que existe “uma dependência externa de 98% na organização anual do orçamento geral do Estado” (INESTP, 2017. p. 45).

A ampliação da liberdade para o contexto da nossa pesquisa atravessa diversas nuances, tornando necessariamente que se conquiste a independência financeira para São Tomé e Príncipe, considerando esse fator como uma condicionante para as decisões autônomas do país. Dessa forma, as críticas referentes às cooperações internacionais devem estar na base da formação de parcerias. “A relevância de abertura de diálogo não se encontra no seu papel redutor de cópias de modelos. Mas, conta-se na busca de entender os reflexos relevantes e irrelevantes que as outras sociedades enfrentaram” (VAZ, 2020, p.64). Portanto, embora essa percepção do Sen seja importante para explorar outras noções e reflexões sobre o desenvolvimento, ela não dá conta de interpretar as sociedades africanas nas dimensões que extrapolam qualquer juízo de valor que desobedeça a ordem. Partindo disso, as noções de mercado e do trabalho podem ir se ajustando de acordo com as práticas comunitárias, propiciando laços de solidariedade que tem fortalecido as comunidades proporcionando o seu bem estar.

Assim, quando analisamos por exemplo o Estudo de Impacto Ambiental elaborado pela equipe técnica da empresa HBD, percebemos que se trata apenas de um relatório sobre os aspectos intimamente do solo. Quando, por exemplo, fazemos uma pesquisa geral sobre o que se trata esse tipo de estudo, vemos o seguinte:

Todas as ações do homem podem gerar alguma consequência para o meio ambiente. Para controlar possíveis danos e garantir a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, foram criadas diversas leis e políticas ambientais. Neste cenário, um dos instrumentos de controle preventivo de danos ambientais mais importante é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), relatório técnico que avalia as consequências ambientais decorrentes de um determinado projeto ou ação (EIA, 2017, p. 8)

Não é curioso que no seu relatório a empresa HBD tenha empregado esse tipo de definição na teoria e na prática. Assim, a empresa o entende como ferramenta técnica de obtenção de um licença ambiental, sob a justificativa do processo de fracionamento da Roça Sundy para o reassentamento da comunidade residente no terreiro da mesma roça.

Pretendemos com essa análise, apontar que as definições referentes a este estudo não incluem de forma parcial os aspectos que envolvem as relações sociais comunitárias. Além do mais, este relatório havia sido elaborado em Maio de 2017, enquanto que em julho do mesmo ano ainda se discutia no terreiro da Sundry com a comunidade a possibilidade de reassentamento. Assim, podemos perceber que o cenário em torno de questões burocráticas referentes ao reassentamento se constitui como prioritário nesse processo.

De acordo com Ambscience (2022), os Estudos de Impacto Ambiental são elaborados por uma equipe multidisciplinar habilitada, que identificará as melhores soluções para avaliação da licença ambiental. Desse modo, a empresa HBD definiu sua equipe multidisciplinar para três profissionais: Um agrônomo, um biólogo e um geólogo. Curiosamente são todas figuras masculinas. As características e a limitação desta equipe multidisciplinar, corresponde de fato às necessidades apresentadas de maneira técnica no EIA (2017). Entretanto, sua falta de aprofundamento tanto de profissionais quanto da ordem comunitária, faz com que intencionalmente, a comunidade da Sundry permaneça à deriva, assegurando que as metas da empresa sejam garantidas.

Outro aspecto em torno do reassentamento, são os impactos ao nível da fauna e da flora no processo de desmatamento para a nova Sundry. No EIA (2017) dispõe de cinco enumerados desses impactos que são: 1) Acentuação da degradação dos ecossistemas com a subsequente perda de habitat e micro-habitats de distritos folhosos do solo florestal e o processo de formação de liteiras. 2) Perturbações à fauna pela presença constante de pessoas na área, bem como ruídos inerentes ao funcionamento das máquinas e outros equipamentos da construção civil. 3) Supressão da cobertura vegetal acarretando perda de valores estéticos paisagísticos na área. 4) Perda de espécies vegetais endêmicas e ameaçadas. 5) Mortalidade juvenil das aves e perda de ovos durante a desmatação da área. 6) Mortalidade direta da fauna por atropelamento ou esmagamento de espécie com menor mobilidade.

Posto isto, não encontramos no EIA (2017) qualquer menção referente às dificuldades de adaptação da comunidade no novo território. As medidas de contingência dos impactos acima citados são: determinar funcionamento de horários das máquinas; recuperação paisagística, entre outras. Entretanto, nenhuma dessas medidas foram pensadas para responder às dinâmicas social, econômica e política da comunidade.

4. A SUSTENTABILIDADE E OS 4Cs: uma crítica comunitária associada ao desenvolvimento endógeno

Em seu site oficial publicitário, a empresa HBD apresenta os 4cs (comunidade, conservação, cultura e comércio) como caminhos que asseguram e garantem a perspectiva de seu entendimento sobre o discurso do desenvolvimento sustentável.

Assim, esta seção se dedica primeiramente à reflexão sobre as noções de sustentabilidade em seus aspectos gerais, apontando a crítica comunitária referente às ações da empresa, de acordo com o processo de reassentamento da comunidade baseado na perspectiva da sustentabilidade, que perpassam a relação com o racismo deste empreendimento turístico. Desta forma, importa frisar que, todas as informações utilizadas nesta seção são fruto de uma pesquisa de campo realizada na Comunidade da Sundry no ano de 2023, somando as propagandas publicitárias da empresa HBD.

4.1. A SUSTENTABILIDADE

Neste bloco, é importante enfatizar que a empresa HBD elege o desenvolvimento sustentável para ações desencadeadas na construção do reassentamento da Sundry. Para isso, torna-se necessário estabelecer uma perspectiva analítica sobre o viés da sustentabilidade. Dessa forma, trazemos o relatório de Brundtland intitulado Nosso Futuro Comum. O relatório é uma das várias iniciativas anteriores à Agenda 21 das Nações Unidas, que reiteram uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelas nações industrializadas e replicado pelas nações em desenvolvimento, e que destacam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem levar em conta a capacidade dos ecossistemas para os suportar. O relatório aponta para um conflito entre o desenvolvimento sustentável e as normas vigentes de produção e consumo.

Trazer este relatório para essa seção, diz respeito a um marcador de debate que os organismos internacionais têm levantado sobre a necessidade de procura de soluções globais que resolvam os desastres ambientais do planeta. Por outro lado, é também uma forma de frisar sobre a falta de discernimento sobre os aspectos particulares que demanda cada sociedade, comunidade ou país.

O propósito deste relatório, consiste na construção de um modelo de desenvolvimento que responda às necessidades das gerações futuras sob a ótica da sustentabilidade. Para Brundtland (1987), este relatório contém dois pontos chaves: 1) O conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima

prioridade. 2) A noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender as necessidades presentes e futuras.

Assim, ele ressalta que “a sustentabilidade deve ser entendida como um modelo de gestão de negócios que visa ao retorno (lucro) para os acionistas, envolvendo o desenvolvimento econômico, a promoção social e a proteção dos recursos naturais do planeta” (BRUNDTLAND, 1987, p. 65). “A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2010, p. 43). Podemos, enfim, afirmar que a sustentabilidade constitui a melhoria e a outra face da perspectiva do desenvolvimento.

Assim, Brundtland (1987) afirma que, em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo transformacional pelo qual a exploração de recursos, a direção do investimento e a mudança institucional trabalham juntos para fortalecer o potencial do presente e do futuro, ao mesmo tempo em que atendem às necessidades e aspirações humanas. De acordo com Gendron (2004), a priori, o desenvolvimento sustentável surge com intuito de construção de estratégia global para a preservação da natureza. A grande problemática do meu ponto de vista em torno do relatório de Brundtland, está relacionada à ideia de um futuro comum. O norte global sempre demonstrou seu desinteresse na relação ética com o sul. Quando afirmo a falta de interesse, me refiro à relação de exploração e desumanização que foi e é desencadeada nesta região específica. Não temos um futuro comum, se não há humanização do outro, tão pouco temos as mesmas práticas de sobrevivência.

“Essa definição, de fato, parece ser fácil demais para alguns defensores da ecologia, cooperação internacional, crescimento econômico e pessoas em posições de poder político” (GENDRON, 2004, P. 7). Desse modo, o desenvolvimento sustentável poderá ser entendido tanto a partir de uma abordagem única, que se limita à consideração exclusiva do desenvolvimento econômico, levando em consideração a proteção do meio ambiente, ou de uma abordagem mais ampla que engloba os aspectos ambientais e econômicos, mas também sociais, com o objetivo principal de atender as necessidades humanas básicas e a qualidade de vida das populações atuais e futuras. Entretanto, como veremos abaixo, este se constitui um desafio para a atual e a nova geração. Todavia, os aspectos relacionais da perspectiva da sustentabilidade consiste na dimensão das responsabilidades que a elite econômica desempenha na sua inaplicabilidade. Partes das responsabilidades que atravessam o planeta

tem cara, tem cor, privilégios, e também tem gênero. As comunidades e as periferias são as que mais vivem sob descaso desta agenda. No entanto, é a mesma que tem garantido, minimamente, a proteção ambiental no seu aspecto mais geral.

Se os desertos estão se expandindo, as florestas desaparecendo e a desnutrição aumentando, se as condições de vida dos habitantes de áreas urbanas estão piorando, não é devido a falta de recursos, mas ao tipo de política adotadas por nossos dirigentes, pelos grupos da elite. A negação dos direitos e os interesses das pessoas está nos levando a uma situação na qual só a pobreza será um futuro próspero na África. Nossa esperança é que essa comissão, a comissão mundial não negligencie os problemas do direitos humanos na África, e buscará enfatiza-los, pois trata-se de pessoas livres, pessoas têm direitos, que são cidadãos maduros e responsáveis capazes de participar do desenvolvimento e da proteção ao meio ambiente (BRUNDTLAND, 1987, p. 51).

Entretanto, “a satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas” (BRUNDTLAND, 1987, p. 46). Dessa forma, onde já abordado, ele é compatível com o crescimento econômico desde que esse crescimento reflita os princípios orientadores da sustentabilidade e não exploração das populações.

Nessa perspectiva Magalhães (2014), aponta que a dimensão da sustentabilidade social forma o desenvolvimento sustentável em suas designações. Baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. “Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas da economia convencional” (MAGALHÃES, 2010, p.7).

Segundo François Ost (1995), a modernidade ocidental pensa a relação do homem com a natureza numa perspectiva de “natureza-objeto” em que o homem é colocado como dono e senhor da natureza transformando-a em mero reservatório de recursos naturais e depósito de resíduos. Prossegue o referido autor afirmando que a modernidade também encerra um dualismo entre o homem e a natureza que conduz a um impasse, pois determina a perda do vínculo com a natureza e suscita a ilimitabilidade do homem. Esta concepção moderna da relação do homem com a natureza (natureza-objeto) quando deixou o plano das idéias para se tornar ação humana, inclusive com incentivos do poder público, trouxe consequências negativas a nível local, regional e global (MAGALHÃES, 2014, p. 10).

Para Brundtland (1987), a difusão desse conceito começa a ganhar força nos discursos empresariais, o que se pode constatar na intensa busca das empresas em apresentar relatórios que enfatizem iniciativas em prol da sustentabilidade, bem como “pelo alto investimento em propagandas que remetem às chamadas ações social e ambientalmente responsáveis” (BRUNDTLAND, 1987, p. 67). No entanto, apesar dos discursos terem sido adotados pelas

organizações, Brundtland aponta que nem sempre está em concordância com as ações desenvolvidas internamente. “Ao mesmo tempo que uma organização pode apresentar um ótimo indicador de performance em relação aos cuidados com o meio ambiente, pode revelar-se pífia em suas iniciativas em relação à discriminação em seu quadro funcional” (BRUNDTLAND, 1987, p. 70), fazendo com que as ações estejam desconectadas dos intentos do conceito. Em suas palavras:

A própria definição do que é sustentabilidade se constitui como um fator que contribui para a dificuldade de operacionalizar o conceito, torná-lo de fácil compreensão e passível de orientar ações que apresentem resultados concretos, tanto no âmbito das universidades quanto, mais especificamente, das escolas de Administração, como espaços produtores de pesquisas sobre o tema e potencializadores de mudança de mentalidade, bem como no âmbito das empresas, como responsáveis pela gestão de processos e de práticas capazes de conscientizar (ou não) e influenciar (ou não) maneiras de fazer negócios que oportunizem iniciativas de sustentabilidade (BRUNDTLAND, 1987, p. 9).

Diante da contradição entre a definição e a aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável, a empresa HBD o define como um modelo adequado às especificidades do Príncipe e capaz de melhor potencializar os seus activos, gerando riqueza, emprego e felicidade para os seus habitantes, assegurando a capacidade de infundir esperança (PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PRÍNCIPE, 2020). Assim, a HBD acredita que definir uma perspectiva estratégica para o desenvolvimento responsável e sustentável da ilha do Príncipe, assegura trabalhar com as referências locais identificadas, “recorrendo à genuinidade do território, à sua ruralidade, ao elevado grau de autenticidade da Ilha e das suas gentes, revertendo para um plano positivo as fragilidades decorrentes do isolamento e do factor de dupla insularidade que constitui a realidade do Príncipe (PDSP, 2012, p.27).

A chave para o modelo de desenvolvimento do príncipe passa pela compreensão profunda do seus habitantes, aqueles que a vida levou a fazerem parte deste território. As características intrínsecas deste território e os modelos que ao longo do tempo foram sendo desenvolvidos, moldaram o carácter individual dos habitantes do Príncipe, e a sua estrutura colectiva. Assim, dada a dimensão do território e as dificuldades de acesso, quer externo, quer interno, surge um forte espírito comunitário de entre ajuda, partilha, o que permitiu compreender o sentido da cooperação. Esta manifesta-se desde a educação dos mais pequenos até à gestão dos geradores de energia, comunitários. As vicissitudes vividas, a necessidade de sobrevivência, levaram a explorar a criatividade, esta manifestação profunda do ser humano. Faculdade que é partilhada com grande espontaneidade, à maneira das crianças, sem segunda intenção. Por fim, toda esta partilha se faz com forte sentido de integridade de dignidade humana, atribuindo valor ao que realmente tem (PDSP, 2012, p.29).

Nesta senda, entendemos que os discursos são caracteristicamente vazios, cínicos e mentirosos em comparação com a prática, podendo ser visto no capítulo seguinte desta dissertação. Assim, de acordo com Asher, quando discutimos sobre a exploração dos recursos naturais, devemos levar em conta que, as manobras por detrás dessa exploração seguem juntamente com a exploração dos recursos humanos. Asher (2004) em sua pesquisa *Engendrando Desenvolvimento e Etnicidade nas terras baixas do Pacífico Colombiano*, dialoga sobre o paradoxo do desenvolvimento que deseja melhorar a vida das pessoas mas que ao mesmo tempo as exclui dessas construções. O que podemos chamar de desenvolvimento sem sujeito. No entanto, a “representação que o Estado faz da região e do seu povo como “marginal e pobre. Ele argumenta que o Plan Pacífico foi concebido nos escritórios de planejamento do governo e é uma forma de “desenvolvimento sem sujeitos”, porque ignora as percepções, necessidades e agenciamento dos/as afrocolombianos” (ASHER, 2004, p. 18).

Sendo assim, o olhar que Magalhães (2016) apresenta sobre o desenvolvimento sustentável, está sujeito a garantia do bem estar coletivo, além de garantir um efeito para si mesmo, assegurando o social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, em decorrência da perspectiva da disrupção social que paira de forma ameaçadora sob muitos lugares problemáticos de nosso planeta; Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recurso e como “recipientes” para a disposição de resíduos; Territorial, relacionado à distribuição espacial de recursos, das populações e das atividades; Econômico, sendo a viabilidade econômica condição *sine qua non* para que as coisas aconteçam; Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença.

Na ótica da perspectiva da liberdade, apresentamos a composição do manual da CIPP (Comitê de Implementação Participativa do Projeto), que reforça de maneira escancarada as posições de desigualdades referente ao gênero e a posição social. Assim, encontramos as seguintes disposições: a CIPP é composta da seguinte forma: Três representantes do Governo Regional, sendo, a Secretaria de Infraestrutura; Direção Regional da Economia e a Direção Regional do Ambiente. Presidente do comitê comunitário, vice-presidente do comitê comunitário, secretário geral do comitê comunitário, membro da comunidade a ser escolhido democraticamente para cada encontro do CIPP, uma representante das mulheres a ser escolhida democraticamente para cada encontro da CIPP, um representante dos jovens a ser

escolhido democraticamente para cada encontro da CIPP. Três representante da empresa HBD sendo: Da diretoria da HBD; Uma funcionária da HBD do sexo feminino, Um (a) funcionário (a) da HBD obrigatoriamente natural da região autônoma do príncipe. Um representante do programa das nações unidas para assentamento humano UN- HABITAT com capacidade técnica para o tema em abordagem no CIPP, responsável apenas pelo voto de desempate caso seja necessário:

O que pretendemos com essa breve análise deste material, diz respeito apenas a diferença de cumprimento de protocolos elaborados por organismos internacionais, que chega a ser plausível, mas que, entretanto, concentra uma certa dificuldade de execução, já que o próprio material não integra a comunidade como elemento importante dessa construção. Evidenciando quem e como as decisões são tomadas e apresentadas à comunidade, se configurando apenas como uma informação a ser acatada. Esta reflexão é amadurecida a partir da experiência em campo no ano de 2017, onde presenciei as reuniões da CIPP e onde também pude conversar com um total de 50 moradores.

Dentro dessa reflexão, pautada em um modelo de desenvolvimento que não corresponde às necessidades básicas da Comunidade da Sundy, chama atenção os lugares sociais reforçados pela proposição. Ao avaliar o documento da construção do Comitê Comunitário da Sundy, nos deparamos com o seguinte:

c) Três (3) representantes das mulheres, sendo: “Uma em representação das mulheres geral; Uma em representação das crianças; uma em representação dos idosos” (UN-HABITAT, 2017, pg. 8)

Sendo assim, se entende que esse modelo de desenvolvimento não inclui as mulheres da comunidade e não se preocupam com os aspectos relacionados à inclusão. Para entender melhor essa dinâmica, trazemos relatos de mulheres que participam de maneira efetiva na manutenção do lar e da própria economia comunitária. Devemos ressaltar, a importância de se analisar o papel da mulher doméstica, agricultura e palaiê na comunidade da sundy e sua participação no processo de reassentamento e até mesmo da manutenção/sobrevivência e conservação da comunidade, e a forma como essas nuances são ignoradas, muitas vezes pela própria comunidade e conseqüentemente pela empresa.

De certo modo, esse modelo de desenvolvimento ocidental, consiste também numa fabricação do que, e como devemos organizar nossas comunidades, mas nunca criando

ferramentas internas que a organizem de maneira ética, respondendo de forma concreta a suas necessidades.

Magalhães (2014), o Desenvolvimento sustentável consiste tanto em um fim quanto em um processo para alcançá-lo. Como fim, consiste na “expansão da autonomia do indivíduo e de grupos humanos de perseguirem seu projeto de vida por meio da realização integral de seus direitos fundamentais e da simultânea proteção da base de recursos naturais de que depende sua sobrevivência" (MAGALHÃES, 2014, p.11).

Do ponto de vista das percepções sobre o desenvolvimento sustentável na ótica da comunidade, inicialmente, por meio da pesquisa preliminar em 2017, podemos afirmar que parte da comunidade apoia verbalmente a perspectiva da sustentabilidade. O que se percebe também são as preocupações da comunidade sobre como o projeto é desenvolvido. Em uma conversa informal com um dos moradores, ele relata as condições precárias de trabalho, nomeia que em torno 47 trabalhadores seriam dispensados em setembro de 2017, menciona a preocupação com o material utilizado para construção das novas residências (madeira), o baixo nível salarial, etc. Ao final da nossa conversa, ele respira fundo e demonstra descontentamento com as moradias atuais da comunidade e ressalta que a comunidade vive em condições precárias. Que para ele a nova Sundry já deveria estar pronta, que estava cansado e que quando chovia era pior pois as casas inundaram. Por fim, ele agradeceu a empresa HBD, por que de uma forma ou de outra as pessoas estão sobrevivendo.

Uma moradora afirmou em uma entrevista que, o Governo Regional era responsável pelo oportunismo da empresa e pelo reassentamento da comunidade, afirmando que se não quisesse ninguém a tiraria da comunidade. Assim percebemos algum descontentamento desses dois moradores. A preocupação com a mudança é visivelmente parte da dinâmica comunitária assim como responsabilizar o Governo pela forma como conduziu os acordos.

Com essa noção de desenvolvimento sustentavel a comunidade apresenta críticas a esse modelo, embora ele não esteja formulado nos parâmetros científicos. O que não as torna menos relevante. Ao meu ver, a experiência do que é viver em comunidade nos dá uma gama de possibilidades de visualização de como as coisas estão fora dos trilhos. Identificar pode ser entendido como uma tarefa fácil. Todavia, as pessoas entendem que nem tudo está como deveria estar, entretanto, existem micro conflitos que paralisam a participação efetiva da comunidade na tomada de decisão.

Outro aspecto em torno deste conceito, diz respeito à forma romantizada como a empresa e o governo regional o vendem. Apresentar um conceito rodeado de complexidade

dessa forma, planta esperança nos moradores da comunidade, fazendo com que os absorva com bastante facilidade. “Desenvolvimento sustentável como processo constitui uma estratégia de crescimento econômico de longo prazo, caracterizada pela integração das dimensões humana e ecológica” (MAGALHÃES, 2014, p.11), objetivando a dignidade dos seres humanos através dos direitos fundamentais e a eliminação da pobreza. No entanto, o que se tem percebido é que a dimensão social tem sido usada apenas como máscara para os interesses econômicos. Para a HBD, a natureza do desenvolvimento gradual e sustentável significa que o que fazem não se traduz necessariamente por resultados instantâneos. A HBD (2012) acredita que algumas das suas iniciativas são bastante visíveis numa visita aos seus alojamentos, outras, muitas vezes igualmente importantes, são mais discretas. Aqui, podemos perceber que a noção de desenvolvimento sustentável enfatiza as abordagens turísticas referente às construções de infraestruturas turísticas, no caso do hotel construído na praia Sundry. No entanto, iniciativas que não são tão visíveis quanto as instalações turísticas podem ser as que não funcionaram na prática ou nunca foram tiradas do papel, ou talvez nunca foram pensadas e entendidas como possibilidade.

Mediante a provocação que o a perspectiva da sustentabilidade levanta, Veiga (2010) aponta que o conceito apresentado pela Organização das Nações Unidas – ONU para o desenvolvimento sustentável se traduz num conceito político e amplo voltado para o progresso econômico e social e que institucionaliza nesta expressão o maior desafio e o principal objetivo das sociedades contemporâneas que é a conciliação entre crescimento econômico e conservação da natureza.

Assim como Magalhães acredita que o conceito de sustentabilidade está em sua construção e aberto, estando sujeito ao contexto político, econômico e social, a prática dos discurso ao redor da realidade da comunidade da Sundry nos faz acreditar que ele é um conceito absoluto, que não está aberto a experimentar perspectivas endógenas, fazendo com que a empresa HBD acredite que reassentar a comunidade ao invés de criar condições de permanência, turismo comunitário que permita a integração econômica da comunidade, seja um caminho.

4.2. Comunidade

De acordo com a empresa, “as pessoas importam; é direito de toda pessoa ter suas necessidades básicas atendidas, e promover o bem-estar das comunidades é uma obrigação fundamental de todos” (HBD SITE, 2023, p.2). Entretanto, de acordo com Conceição Moreno, morador da Comunidade Sundry, ex professor e atual deputado nacional, a noção da

relação comunitária levantada pela empresa HBD, não diz respeito às relações comunitárias da Sundry com a empresa. Ele desconhece o tipo de comunidade que a empresa menciona em seu site, afirmando que todas as comunidades da ilha do Príncipe estão sob a responsabilidade do Governo Regional, que deveria assegurar o bem estar social, político e econômico da ilha. Entretanto, alguns moradores afirmam que a empresa HBD exerce um poder sob o Governo Regional, na medida em que possui um capital que não depende da ajuda externa.

Nas palavras de Joana⁷:

HBD teni mas poder ki guvernu

HBD possui mais poder que o Governo Regional

Nesse sentido, a apropriação das atribuições que pertencem ao Governo Regional, possibilita e faz com que a HBD exerça o controle sob suas ações e estabeleça a premissa de quem manda e quem obedece. Não tão diferente do escopo colonial, se percebe que, os parâmetros de dominação dos povos na África foram se reinventando de uma forma nada positiva. O que antes era saqueado por meio de ação armada, violação, invasão e imposições, na atualidade se mascaram de projetos cercados de discursos de “boas” intenções, que no entanto, promovem danos similares à experiência colonial, como por exemplo, a exploração de mão de obra, negação de direitos, entre outros. É desta forma que os moradores e em particular Conceição Moreno e Joana questionam o exercício de autoridade da empresa HBD no que diz respeito ao que é entendido como necessidade comunitária. De outro modo, podemos considerar que o exercício deste poder sob o Governo e a comunidade dita e define as condições das atuais residências da Sundry e as urgências do reassentamento e não só.

Para Conceição Moreno, os impactos apontados pela empresa HBD na comunidade não correspondem à realidade, uma vez que é visível a experiência estética das infraestruturas e do saneamento básico na Sundry, apontando assim, uma série de questões referente a inclusão e participação da comunidade nas ações do empreendimento.

Em suas palavras:

Se reparar, onde mora a comunidade é cheia de capim e onde está o hotel é limpo. A outra questão é a rede de água que já havia na Sundry. Não há água para a comunidade no seu todo, mas há água para o hotel. O emprego, não há um emprego direcionado, a comunidade não é prioridade em termo de seleção, claramente se vê. Não há condições de formação, que é a capacitação das pessoas. Se a HBD estivesse virado para a comunidade deveria contratar e formar. Não ha, os jovens estão aqui a sua sorte. (...) Nós mesmos da comunidade para entrar na praia e tomar banho, eu mesmo fui barrado na porta da praia. Repara bem que, eu sou deputado da Assembleia Nacional. Eu sou autoridade da função do estado, mas como não exibi esta função, mas sabem que eu sou elemento da comunidade, fui barrado. Só

⁷ Nome fictício dado por mim a uma entrevistada

consegui entrar em consequência da minha função e toda a gente da Sundy não é deputado. Se nascemos aqui na Sundy e moramos aqui há mais de 40 anos, se a HBD encontra o local é porque havia alguém que estava a cuidar. Tem que respeitar quem mora aqui, não é só fazer publicidade que na prática não funciona.

A partir do que aponta o entrevistado, é possível aventurar na experiência desconfortável de assistir a discrepância entre o lado físico e relacional da comunidade e o lado da empresa.

Em uma entrevista em que o morador não quis se identificar, ele aponta que a empresa HBD reabilitou as casas que dessem conta de responder às suas demandas turísticas, abandonando assim as residências comunitárias (o beco). Ele relata também que a limpeza dos pequenos matos no quintal da Sundy foram divididos, sendo uma parte da responsabilidade da empresa e a outra da comunidade. Alguns moradores relataram que as necessidades fisiológicas são realizadas nos matos, uma vez que a empresa não se propõe a construir banheiros públicos⁸ que desse conta de suprir essa carência.

A experiência com a negação do acesso à praia para banho, foi destacada por todos os entrevistados. De acordo com Conceição Moreno, ocorreu no natal passado da empresa expulsar as pessoas da praia sob a justificativa de que estavam incomodando os clientes. Em uma conversa com uma moradora, ela afirma que foi convidada a se retirar da praia porque os clientes iam à praia, para que não acontecesse qualquer inconveniente. Durante a pesquisa de campo, eu fui convidada por um artista e músico da comunidade da Sundy a participar de seu vídeo clipe. Parte de sua produção musical seria feita na praia da Sundy. Após gravarmos no centro da cidade seguimos para a praia juntamente com o resto da produção. Ao chegar na entrada da praia, foi solicitado que um documento fosse assinado pelo secretário das finanças que apoiou o morador com o transporte para o deslocamento. Posto isto, fomos orientados por um segurança já no caminho para a praia a voltar para a recepção para informar o que faríamos naquele espaço. Esperamos cerca de trinta minutos para liberação de acesso a praia apenas com a presença de um segurança do hotel.

Assim como é justificada pela empresa que o reassentamento da comunidade é necessário por conta da má habitabilidade das casas, podemos perceber que a empresa HBD cria condições de exclusão e desumanização para que as pessoas da comunidade acreditem que de fato aquele espaço não é um lugar pertencente. Obviamente, essa percepção é constatada pela própria comunidade, quando afirmam que a HBD só defende seus interesses.

Deste modo, ainda que essa contradição seja visível no campo, a empresa insiste em afirmar em seu site que, cria oportunidades econômicas através de bons postos de trabalho e

⁸ Banheiros públicos coletivos

carreiras para a comunidade. “A HBD Príncipe compromete-se com as comunidades locais de forma estratégica para criar impacto focado e profundo. Desenvolveremos critérios objetivos e parâmetros para apoio à comunidade — para que o nosso contributo seja mais significativo em áreas focais definidas (SITE WEB HBD, 2023).” De outro modo, vemos eu seu site que, a experiência com a ética é definida como o caminho para a transparência. “A corrupção e o suborno não são tolerados. Estes princípios aplicam-se a interações externas (com governos, clientes, comunidades, fornecedores, parceiros) e internas. Cumprimos as leis e regulamentos aplicáveis” (SITE WEB HBD, 2023, p.3).

O campo não me possibilitou visualizar a ética apontada pela empresa HBD. Sempre que estava voltando para casa, na entrada do terreiro da Sundry, onde esperava boleia, era possível ver uma fila de funcionários esperando para serem revistados pelos seguranças. Após o fim da revista perguntei ao segurança se aquilo era uma prática comum. Ele respondeu que sim. Em seguida, perguntei se os funcionários brancos também eram revistados, e ele também respondeu que sim com a cabeça baixa. Durante os dois meses aguardando boleia perto do posto de seguranças, nunca presenciei um funcionário branco sendo revistado. Assim, apontar a ética se justifica pela liberação racista de controle desumano de seus funcionários, insinuando que eles poderiam roubar o hotel. Desta forma, é cabível defender a ética como ferramenta de manipulação ainda que a empresa negue por meio de suas ações os seus próprios princípios éticos.

Entretanto, a proibição de corte de alimentos nos matos, as condições de empregabilidade em lugares de baixa ou nenhum poder de decisão, a falta de formação e qualificação dos jovens da comunidade, o reassentamento e a exclusão da comunidade são entendidos por mim como parte de um projeto racista que condiciona a existência digna e plena da comunidade, que contradiz o que HBD em seu site aponta como a importância das pessoas. Essa contradição referente aos procedimentos da empresa constroem os habitantes de Sundry como estrangeiros na sua própria terra.

De acordo com Conceição Moreno, o racismo está na relação de trabalho entre a empresa HBD e os funcionários da Sundry. Entretanto, do meu ponto de vista, o racismo atravessa não só a esfera do trabalho, mas o tem apenas como consequência. As relações mantidas com a comunidade da Sundry de modo geral e de acordo com os pontos levantados acima, nos mostra que as práticas desumanas são intencionais e portanto, racistas na sua perspectiva ideológica, exótica e prática, sendo assim, estrutural e característicos deste empreendimento turístico. “De modo tendencioso, o racismo é visto apenas como uma coisa externa, uma coisa do passado, algo localizado nas margens e não no centro da política

européia” (Grada KILOMBA, 2019, p. 71), garantido assim, que as experiências estruturalmente racistas sejam ignoradas nos países africanos, como é o caso da Comunidade da Sundy.

A perspectiva exótica que comporta o racismo da empresa HBD, está no centro do reassentamento. Segundo um entrevistado anônimo, a comunidade havia sugerido um terreno perto do campo de futebol, em que seria acessível para acessar a água, assim como desempenhar a atividade da agricultura e da pesca. Entretanto, esta sugestão foi negada sem qualquer justificativa. A “Terra Prometida”, ficará localizada a oito quilômetros da Sundy Roça, o que segundo os entrevistados, produzirá uma série de desafios referente a forma de subsistência, tendo a agricultura como sua base. Os entrevistados também relatam a preocupação com a falta de água no local, o isolamento e a própria dinâmica nas relações da comunidade.

Dislocason di pessoas pah la ta bah ce horrivel. ora ki nu txiga la nu ka ta bai corta banana na mato. nu ka tem agu avontade cima nuh tem lih. nu ka tem praia. ta fika tudu dificil. Pah bu bai prai bu tem ki sai di la ti li. dipos pessoa ta proibi buh tem ki passa di matu. pah bu tem banana bu tem ki tem bu roça. Roça pah buh planta ka ta da oji nem manhan. ta bai cria um trantorno forti.⁹

Quando a gente se mudar vai ser horrível. Não terá mais como cortar banana no mato e não terá água à vontade como temos aqui. Não teremos praia e vai ficar tudo muito difícil. Para ir à praia teremos que sair de lá até aqui e mesmo assim estão proibindo a entrada e a gente vai ter passar de mato. Pra ter banana você tem que ter sua roça e mesmo quando plantar não dará alimento tão cedo. Vai ser um transtorno.¹⁰

“O racismo é uma realidade violenta. Por séculos, ele tem sido fundamental para fazer a política da Europa, começando com os projetos europeus de escravização, colonização e para atual " Fortaleza da Europa”” (Grada KILOMBA, 2019, p. 41). Assim, a realidade do racismo, incluindo encontros, experiências, lutas, conhecimento, compreensão e atitudes dos negros em relação ao racismo, bem como as lesões psicológicas que o racismo nos causa, foram e são desconsideradas ao longo dos tempos.

A realidade da Comunidade da Sundy nos direciona a pensar sobre o conceito de necropolítica de Achille Mbembe, em que existe a capacidade de estabelecer parâmetros em que se justifica a submissão da vida à morte.

A necropolítica aparece, também, no fato de que o vírus não afeta todas as pessoas de uma maneira igual. (...) O sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer. Essa lógica do sacrifício sempre esteve no coração do neoliberalismo. Esse sistema sempre

⁹ Entrevista em Crioulo de Cabo Verde

¹⁰ Tradução para Portugues

operou com a ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado (MBEMBE, 2016. p. 5)

Assim, o conceito de necropolítica para a comunidade da Sundry e as ações da empresa HBD, se enquadram a partir das posições hierárquicas que cada um ocupa por meio da valoração da vida e de grupos comunitários, sendo o despejo para a Terra Prometida equivalente ao “deixar morrer” de Achille Mbembe [deixar morrer para que o branco possa vacacionar]. O papel permissivo e soberano do Governo Regional na viabilização e legitimação do empreendimento turístico e suas ações, apontam para o que Mbembe chama de limites da soberania. “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder” (MBEMBE. 2016, p. 5). De acordo com Carlos, as proibições referentes ao acesso da comunidade à floresta desencadeou e desencadea uma série de conflitos entre a comunidade e a empresa HBD. Ele relata que um morador havia ido ao mato para apanhar coco, que é o material essencial na produção de óleo de coco usado para consumo comunitário e comercialização, mas também para produção do doce de banana (bobofito), entendido pela comunidade como uma renda extra mas que, no entanto, foi barrado por um segurança da empresa.

Em suas palavras:

Aqui toda pessoa vai buscar coco pra defender familiar. Eles queriam proibir de rachar coco aqui. Você não podia ir no mato panhar. Eles queriam entrar em um acordo, se eu rachar uns cinco litros de óleo de coco, que é para dividir óleo com eles (risos), serio! La na Daniel genti kah ta ratxa coco la. Uma vez, dois moços saiu daqui de sundy pra ir rachar coco la, quase Daniel. Tava com essas coisa. Branco veio de terra deles ta proibir de rachar coco aqui, e também aquele segurança conhecia o moço que foi rachar coco. Ele disse: põe saco no chão! e outro disse: ami ka sta poi saku na txon, si bu kre poi saku na txon ben tra di nha kabeça! (eu não vou colocar saco no chão, se você quer o saco de coco no chão vem tirar de minha cabeça). Aquele moço que foi rachar coco, colocou saco no chão e tava esperar o outro companheiro chegar. Segurança quer tomar saco de coco, pra despejar coco no chão, que ele não pode levar coco. Ficou, quem foi rachar coco ficou chateado, foi cortar uma vara pra bater no segurança. Depois de discussão rapaz que tava com vara deu segurança com ele na costa. Até hoje ele não pega mais coco dele. Mas la ta proibido ainda. Diretor da agricultura que tem informação que pessoa de Sundry racha muito coco no campo da HBD. Eu nao sei ate quando que gente de Principe vai ser explorado, porque aquele mato antes de chegar um empresário, eu acho que comunidade tem direito de tirar o que quiser desse mato. Até jaca, fruta queria proibir. Pra eles é melhor fruta ficar na fruteira e apodrecer, estragar do que tirar, pra pessoa ta passar fome.

A citação acima, para além de apontar que a comunidade não concorda com as ações da empresa, recorre à desobediência como forma de demonstrar seu descontentamento como forma de resistência, embora alguns moradores defendem a mudança para Terra Prometida

em função das más condições de habitabilidade das casas da Sundy. Segundo Ronaldo, a ansiedade de ter uma moradia nova e condições melhores de vida, faz parte do processo de humanização, mas que, no entanto, para a comunidade da Sundy haverá um custo alto.

Em suas palavras:

Haverá choro depois. Porque todos nós estamos com ansiedade e ambicioso de ter uma casa nova, bonita pra toda gente. Mas terá consequência grave, porque já temos prova e grande. Estávamos aqui na Sundy com pescador na praia da Sundy sem nenhuma dificuldade, de pegar um pedaço de peixe pra nós comermos. Hoje andamos com dificuldade de peixe grande grande. E os próprios pescadores que estão lá chora porque é uma mágoa muito grande. Eu não falo por mim, falo por quem vai sofrer amanhã. O tempo vai passar e as coisas vão apertar e agora não percebemos. Será que alguém vai ficar dentro da casa nova e comer parede? Muita gente vai chorar, muita gente! Depois, Ribeira Izé é uma praia muito distante, como que eu vou sair da Terra Prometida pra eu chegar na Ribeira Izé? Como que eu vou sair da Terra Prometida pra chegar na Sundy sabendo que não vamos mais ter acesso a Sundy? Que já tem plantações e muitas coisas que hoje você tem acesso e amanhã você não terá esse acesso? como? Temos que parar e refletir essa coisa muito bem. Eu sou Educador de infância e estou minimamente preparado, mas tem muita gente que vai sofrer e eu tenho pena. Às vezes vai chegar altura que eu tenho peixe, eu posso partilhar, mas vai chegar altura também que eu não vou ter pra partilhar. E como?

Neste ponto de vista do reassentamento, assim como Ronaldo, os entrevistados descrevem a mudança com um sentimento de angústia, revolta, frustração e medo. O que de antemão já proporciona um estado de mal estar físico e mental que nos leva a entender que o processo de adoecimento pode ser entendido nessa perspectiva como parte da negação do direito à vida. De acordo com os moradores entrevistados, o Governo Regional destinou 12 mil dobras, um equivalente a 483 euros para garantia dos seis primeiros meses na Terra Prometida. No entanto, as pessoas se mostram descontentes com o valor destinado para a mudança, uma vez que, não dá conta de organizar os móveis da casa. Outra preocupação dos moradores se refere à construção de uma vila composta por moradias, igrejas, escola, creche. Entretanto, até o presente momento apenas as casas estão na fase de finalização. Os entrevistados apontaram que existe uma proposta de mudança para agosto do corrente ano, e que o restante da obra seriam realizadas posteriormente.

Para Ronaldo:

Imagina com uma casinha dessa. Quando chega o natal você pega tudo lava, organiza pra ficar tudo novinho. Mas se você não tem praticamente nada, você vai fazer o que? Vai querer um bom colchão, uma boa cama e uma tv bem grande bonitinho, antena parabólica, um sofá de leve, com 12 mil, essa coisa chega? Não chega! e barriga fica fazendo! complicado, muito complicado!

Partido disto, aqui a necropolítica resulta na instrumentalização da vida, ou seja, o estado é responsável por criar mecanismos de destruição de povos historicamente marginalizados. Assim, é possível causar a morte, mas também permiti-la. Existindo o poder

de matar, um necropoder que opera por meio de métodos e tecnologias que gerenciam a morte de grupos e populações específicas. Se trata de uma parte estrutural do capitalismo neoliberal moderno. Assim, para Grada Kilomba (2016), o racismo é a combinação do preconceito e do poder. Nesse sentido, o racismo é a supremacia branca, portanto também um problema da branquitude que mata pessoas negras.

De acordo com o Ivo, foi realizado um inquérito em 2017 para a apuração do número de família e seus membros com a finalidade de construção das residências da Terra Prometida. Durante esse inquérito, ele aponta que o número de membros familiares influenciaria no tamanho e no número de compartimentos de cada residência. Entretanto, todos os moradores entrevistados afirmaram que as residências apesar de possuir um modelo diferente, era constituída por dois quartos, uma sala, um banheiro e uma dispensa.

Ao visitar a Terra Prometida, é possível constatar que existem três modelos de casas. A escolha desses modelos ficou ao critério da comunidade. Todavia, os moradores participantes desta pesquisa apontam que algumas casas apresentam rachaduras nas paredes e estão infestadas pelo bicho de madeira. Relataram também que as casas não teriam durabilidade para assegurar as próximas gerações das famílias da Sundry e que não daria nem conta de suportar as famílias com um número mais alto de filhos.

Para além de conceber os moradores da comunidade da Sundry como estrangeiros em sua própria terra, quando analisamos a disparidade de condições de infraestrutura das dependências do hotel, da Terra Prometida e do beco, percebemos as nuances em torno de seus graus de importância. Portanto, o hotel sendo parte de um projeto que permeia o retorno financeiro, possui um repertório de durabilidade de outra magnitude.

Assim, como bem aponta Fanon, “ na cidade do colonizado (...), “nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não se sabe nunca de quê. É um mundo sem intervalos, os homens estão uns sobre os outros, as cabanas dispõem-se do mesmo modo” (FANON, 1968, p. 55).” Entretanto, na Sundry, esta percepção se traduz da mesma forma, eles sabem do que as pessoas morrem e do que elas necessitam, porém a venda nos olhos se trata de uma escolha diplomática e nada ingênua. Tudo é planejado, tudo é muito bem pensado.

Nas palavras do Ivo:

O comitê de implementação do projeto de reassentamento concordou em fazer a casa de uma só forma. Dois quartos e uma sala. Uma pessoa que tem oito agregados em uma casa, vai receber uma casa daquelas? quais condições? Minha casa que eu tenho aqui eu abri mais dois anexos, de

forma a agregar minha família. Não tenho como construir agora. Mesmo assim ainda estou mal. Até que tenho crianças que foram para formação, mas a qualquer momento tem criança que quando acaba a formação tem que regressar. Eu vou por aonde?

Dessa forma, com o intuito de promover um “ “mundo de mortes” e “deixar morrer” “armas” são implantadas para a destruição máxima, “criando formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2016, p. 146). Neste parágrafo vale ressaltar que armas não devem ser entendidas no seu sentido literal da palavra, uma vez que, tratamos de formas múltiplas de destruição de um povo. Assim, armas podem ser compreendidas a partir da construção de novos mecanismos desenvolvidos para destruição lenta dos moradores da comunidade da Sundry.

Quando nos deparamos com o tópico “Comunidade”, assistimos uma ênfase sobre a experiência econômica de oportunidades proporcionada pela empresa. Do meu ponto de vista, me parece um mero formalismo. As experiências e oportunidades econômicas dentro da comunidade Sundry sempre existiram. Desde a produção de óleo de coco, confecção de vassouras com as palmeiras até a relação de troca entre os pescadores e a comunidade.

A compreensão dessa vivência comunitária pode constituir um desafio para aqueles que apenas desejam negar uma determinada forma de organização. No entanto, a boa criação de postos de trabalho e carreira se apresenta de maneira controversa, sendo que em 2017 os moradores relataram a disparidade salarial e de funções entre os funcionários locais e os internacionais. Assim, os impactos profundos desejados pela empresa poderiam possibilitar que as pessoas da comunidade vissem seus trabalhos e esforços reconhecidos. Dessa forma, sustentabilidade também pode ser entendida como um reconhecimento de direito e garantia de remuneração legítima para assegurar a saúde mental e física com o intuito de bem viver. No entanto, essas estratégias só garantem que a empresa enriqueça cada vez mais. De outro modo, a sustentabilidade não deve entender os despejos das comunidades como parte de projetos de desenvolvimento.

Quando se está cotidianamente bem cuidado economicamente, pressupomos que estamos dispostos a usufruir daquilo que está posto. O acesso físico, por exemplo, aos espaços hoteleiros está na faixa de 300 euros por noite, segundo alguns funcionários. A enganosa preocupação com o bem estar comunitário por parte da empresa, não concebe por exemplo oportunidades de experiências de lazer para a própria comunidade devido ao baixo nível salarial. Em conversa informal com os moradores em 2017, também afirmaram que os

estrangeiros recebiam o seu salário em euro, enquanto que os povos originários recebiam na moeda do país que naturalmente sempre foi desvalorizada.

4.3. O mito empresarial da Conservação do meio ambiente da empresa HBD

De acordo com o site web da HBD (2023), “a importância de conservar e respeitar os lugares mais *selvagens* (cursiva minha) do mundo e a necessidade de desenvolvimento sustentável, afetando positivamente pessoas e lugares, nunca foi tão aparente”. O ecossistema é apontado como o centro prioritário das decisões em suas empreitadas. Assim, dos debates sobre a sustentabilidade e a relação de preservação do meio ambiente não suporta sua prática. No início dos anos 90, percebeu-se que o crescimento econômico deveria ser mais justo a nível social e mais compatível com a preservação da base de recursos naturais.

As afirmações do site web da empresa HBD devem ser contestadas na medida em que a empresa insiste em propagar a ideia de um novo descobrimento ou a perspectiva de que a prosperidade do meio ambiente é consequência positiva de suas ações. Dessa forma, a apreciação da palavra selvagem na frase acima prognostica que, assim como a comunidade da Sundry, a Ilha do Príncipe deve ser entendida caracteristicamente como um lugar bruto, deserto, estereis, ignorante, incivil, incultos, nômades, rudes e conseqüentemente desprovido de civilizações capazes de postular qualquer tipo de projeto que garanta a continuidade da biodiversidade. De acordo com Carlos, a comunidade sempre manteve uma relação com os matos da Sundry baseados no respeito e responsabilidade com o meio ambiente.

Em suas palavras:

Mesmo antes da HBD vir, gente não serrava madeira de qualquer maneira. HBD veio agora né, se era pra cortar madeira floresta nao tava assim, eles não encontrariam a floresta tão pura assim.

Em 2012 a Ilha do Príncipe foi consagrada como Reserva Mundial da Biosfera da Unesco através da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Esta nomeação pode ser entendida a partir de dois pontos de vista: a primeira é que a Ilha do Príncipe é caracteristicamente conhecida pela sua floresta úmida e densa com pouco mais de 140 quilómetros quadrados, albergando cerca de 40 espécies endémicas, o que faz da ilha e das pessoas que moram nela, parte do processo de conservação durante séculos possibilitando o status de preservação para a candidatura. A segunda perspectiva, baseia-se na indicação da candidatura da Ilha como reserva pelo incentivo da empresa HBD com a chegada do investimento. Segundo a Revista Visão (2014), o responsável por dirigir a empresa em 2014,

Nuno Rodrigues, reporta o seu primeiro contato com o presidente do Governo Regional no final de 2011:

Contei-lhe que estávamos a candidatar o Príncipe a reserva da Biosfera, da Unesco, e expliquei-lhe a nossa visão de um desenvolvimento baseado na conservação da natureza, e a sua resposta foi elucidativa: 'Presidente Cassandra, é este o projeto de que ando à procura' (JORNAL VISÃO, 2014, p.3).

Desde sua chegada em 2012, a empresa HBD tem se apresentado como um projeto inovador para Ilha do Príncipe que consistia no desenvolvimento sócio-económico sustentável e na conservação da Reserva da Biosfera da UNESCO na ilha. Entretanto, o ecoturismo que integra a perspectiva da sustentabilidade tem sido seu maior foco. Em seu web site, HBD afirma que em 2010 “o destino da natureza intocada” estava em risco mediante uma outra proposta do Governo Central para um produtor de óleo de palma. Em jornais como Tela Non, temos a possibilidade de acessar uma série de notícias que enfatizam os conflitos em torno desta negociação entre o Governo Central e o Governo Regional.

No entanto, o que interessa aqui para nós, diz respeito a esta apologia que afirma sair em defesa ou se mostrar preocupado com as proporções ambientais que o outro empreendimento poderia acarretar para o Príncipe. Para Ronaldo, essa conjuntura diz respeito às relações partidárias, em que quem se beneficia é o proprietário da empresa. Assim como Ronaldo, os entrevistados apontam que a relação entre o Governo e HBD atravessa uma série de interesses em que os únicos prejudicados são a população. Durante a entrevista muitos moradores afirmaram que a HBD havia disponibilizado a verba de construção da Terra Prometida, mas que no entanto, as obras foram suspensas com a justificativa de que o dinheiro teria acabado. Os moradores apontam a possibilidade de uma possível corrupção do Governo Regional.

De acordo com Conceição Moreno, a partir do Programa da Biosfera que consiste em projetos de conservação da biodiversidade da Ilha, a empresa construiu no imaginário social a ideia de conservação da natureza. Em suas palavras:

Não é porque alguém veio ensinar as pessoas a conservar. Não, as pessoas já protegiam as florestas. Todas as pessoas que chegaram na Ilha, conhecem a Ilha nessas condições. Estamos habituados com isso porque é parte de quem somos. Não percebo conservação de que? Se eles têm um projeto mais claro do que querem conservar, tem que dizer qual a finalidade dessa conservação, porque o resto está conservado. HBD não trouxe areia para as

praias porque já havia, o mato já estava aqui, nem o governo nem o colono, isto está aqui há séculos.

Neste sentido, os moradores negam a origem empresarial da conservação e penhora a comunidade como o único agente na preservação e conservação da natureza. Todavia, primeiramente é necessário compreender que as comunidades não trabalham para sua própria destruição. O que significa que a comunidade está em uma relação de interdependência com a sua floresta, rios e praias, entendendo que é o que provê sua existência e permanência. Ignorar a existência de um cuidado mútuo, contradiz a mata densa e a habitabilidade da própria comunidade.

Dentro dessa lógica, torna-se necessário entendermos que “território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí” (SANTOS, 2005, p. 31.), portanto, a empresa HBD não aprecia os limites de suas ações pretensiosas sob a perspectiva da conservação, tão pouco estabelece ressalvas sobre seus projetos de conservação juntamente ao Governo Regional, não dispendo de dispositivos que enfatizam o papel essencial das pessoas e das comunidade que antecedem a empresa. Partindo desta premissa, se compreende que a classificação da Ilha do Príncipe como Reserva da Biosfera da UNESCO, se enquadra nas intenções e nos interesses de construção de uma imagem tipicamente característica para as ações e retorno ao investimento, se apresentando como uma ação publicitária. Assim, esta imposição erudita de conservação pode se enquadrar na continuação dos projetos de conservação, tanto das florestas como do mar, e não seu início.

Todavia, a noção de que os povos africanos desenvolveram suas próprias tecnologias e conhecimento na construção da relação com a natureza, é ignorada pela experiência racista da branquitude. No conceito de epistemicídio discutido por Sueli Carneiro (2005), ela aponta que “o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural” (CARNEIRO, 2005, 61).

HBD aponta que a transferência de conhecimento, formação e desenvolvimento está no centro de seus esforços para criar as condições que conduzam os líderes locais. Os empreendimentos turísticos são os que mais lucram com as práticas locais de manutenção de sobrevivência. No entanto, a tendência é apresentar sua percepção de equipe com a ideia de que apenas os funcionários locais têm a aprender com os seus modos de liderança. Nesse

aspecto, eleva também as interpretações do passado colonial em que os africanos tinham que ser domados e civilizados com práticas do ocidente.

Dessa forma, Carneiro afirma que o epistemicídio perpassa pela negação ao acesso à educação, sobretudo pela qualidade e pela produção da inferiorização intelectual, pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.

Assim, para Sueli Carneiro (2005), o dispositivo de poder da racialidade, no caso do dispositivo da raça, além de sua função como força eletiva ou subalternante para os seres humanos, possibilita o surgimento de uma nova estratégia de dominação dentro do poder. “Essa nova tecnologia de poder, que sucede as técnicas disciplinares sem dispensá-las, adequando-as ou transformando-as, atende a novos objetivos, promove a transformação do poder sobre o corpo do homem-corpo” (CARNEIRO, 2005, p. 73).

Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. (Foucault Apud CARNEIRO, 2002, p. 304).

Dessa forma, o racismo tem um propósito estratégico no contexto do biopoder que se funda no controle da vida introduzindo uma divisão no domínio da vida onde o poder é exercido por meio das condições biológicas. Para Sueli Carneiro (2005), o biopoder não precisa necessariamente da raça enquanto categoria socialmente institucionalizada para matar. “Bastando um desprezo referente a um determinado grupo social. Como uma espécie de automatismo associativo, esses sentimentos e representações tornam-se suficientes para orientar a distribuição das benesses sociais” (CARNEIRO, 2005, p. 75).

De acordo com Conceição Moreno, a empresa HBD é responsável pelo maior desmatamento territorial da ilha do Príncipe nos últimos 12 anos. Para ele, a empresa negou a inviabilidade daquele território para a construção da “Terra Prometida”, causando destruição da fauna e da flora. Em suas palavras:

É uma zona de floresta densa que faz fronteira com o Parque Natural do Príncipe, em que a HBD viola a lei de criação e proteção de todo o ecossistema e toda a biodiversidade, quando implementaram a obra naquele espaço, onde a floresta era tão densa, onde correspondia a uma diversidade de seres vivos. Não se trata de uma zona aberta para a construção, cujo estudo de impacto ambiental indicava que não havia condições para a construção das casas. Destruiu-se uma floresta para implantar casas sob o pretexto de interesses da própria HBD.

Para o deputado, o Governo Regional que foi levado pelo o discurso apaixonado do empreendimento estrangeiro e acabou concordando, fazendo com que parte das áreas de florestas fossem destruídas. Entretanto, ele aponta que caso os moradores da Sundy sentissem necessidade de realizar a abertura de uma área para construção, seriam impossibilitados, visto que, não são investimentos estrangeiros. Segundo Conceição Moreno, é evidente uma situação de injustiça social para com os moradores/as da Sundy, que posteriormente se mudarão para a “Terra Prometida” sofrendo com as consequências do solo inclinado e a interferência do homem na floresta densa.

Você coloca 130 famílias na fronteira com o parque natural, tem ou não tem impacto? Como é que se vai controlar para que as pessoas não invadam o parque natural? Estamos a tratar de seres humanos, e de pessoas com o hábito de várias décadas a se relacionar com uma floresta de produção espontânea. HBD deveria olhar de maneira mais ética e não dizer uma coisa enquanto faz outra (CONCEIÇÃO MORENO, ENTREVISTA, 2023).

Nesta perspectiva, entendemos a relação de poder que envolve as experiências deste empreendimento, que aponta uma relação pautada na dependência das decisões internacionais fomentada pelo governo regional. Como aponta Santos (2005), quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. “Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais” (SANTOS, 2005, p.23), como o FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte, fazendo com que ocorra perversidades na implementação e ataques ideológicos e práticos aos Estado Territorial. No caso do empreendimento da empresa HBD a UN-Habitat que é um programa das Nações Unidas apoiado pelo banco mundial. Assim, a UN-Habitat promove a nova agenda de urbanização aprovada na conferência das Nações Unidas Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável do qual São Tomé e Príncipe faz parte. Discursos como melhorias de condições de vida das populações e moradias sustentáveis são a base deste programa.

Para Santos (2005), o mercado, que hoje, ao contrário de ontem, permeia tudo, inclusive a consciência das pessoas, se apresenta como mercado de coisas, inclusive natureza; mercado de ideias, incluindo ciência e informação e mercado político. De fato, a manifestação política gera uma globalização perversa mediante a democracia de mercado.

4.4. Cultura

De acordo com o site da HBD (2023), “celebrar a diversidade cultural e a comunhão alimenta a compreensão e promove conexões. Respeitar a diferença cultural é crucial para o nosso futuro”. Todavia, as conexões segundo os moradores, não são parte dos interesses que permeiam as reais intenções da empresa HBD. A cultura pode ser entendida como parte indispensável da propaganda turística, sendo aquela que contempla a perspectiva endógena comunitária que possibilita ao investidor os aspectos da exotificação e o entretenimento, em que agrega o viés turístico preconceituoso e racista mas que, no entanto, não é o essencial fundamento deste modelo de empreendimento.

A cultura é compreendida pelos moradores da Sundy como práticas inerentes à comunidade e que caracterizam a vida comunitária. A experiência comunitária é marcada por manifestações culturais e práticas que emergem da relação de interação forçada dos povos oriundos dos países que foram parte do processo de contratados.

Para Conceição Moreno, a relação da cultura se desenvolve em relação com o território ou lugar. Dessa forma, Escobar (2005) aponta o caráter problemático da relação entre lugar e cultura, enfrentando as concepções da perspectiva da globalização na relação com o desenvolvimento ocidental.

Os lugares são criações históricas, que devem ser explicados, não assumidos, e que esta explicação deve levar em conta as maneiras pelas quais a circulação global do capital, o conhecimento e os meios configuram a experiência da localidade (ESCOBAR, 2005). Assim, Ermelindo, Luluca, Ivo, Abel e Carlitos enfatizam durante a entrevista que, a experiência com o novo território não só domina e prejudica a esfera da agricultura familiar, como atravessará toda a estrutura cultural que constitui as relações comunitárias.

Segundo o entrevistado anônimo, a estrutura das casas promove o esvaziamento cultural, ou seja, a individualidade que não perpassa a convivência passará a fazer parte da vida cotidiana da Terra prometida. Para Escobar, esta compreensão atravessa a projeção do lugar e do poder em que a globalização interfere e não compreende a construção das identidades. Entretanto, reconhecer é um ponto de vista e ignorá-los também. Entre a criação do lugar e a criação de gente sem naturalizar ou construir lugares como fonte de identidades autênticas e essencializadas. “As mudanças na economia política global se voltam para concepções distintas de lugar e identidade, a relação lugar/poder/identidade se torna mais complicada” (ESCOBAR, 2005, p.34).

Dessa forma, compreendemos que as ações da empresa HBD produzem diferenças a partir de suas ações, alimentando os limites culturais para que a comunidade da Sundy, em

particular, se dissolva. Essa percepção faz parte das estratégias de controle e de poder que manipulam não só a esfera da cultura.

Para Conceição Moreno, o respeito e a celebração da cultura não dizem respeito à empresa HBD. Empreendimentos de capital estrangeiros alcançam a esfera da cultura, por exemplo, para seus próprios benefícios. Para ele, apropriar-se dessa ferramenta possibilita que o turismo e os turistas enxerguem as manifestações culturais como um lugar exótico e muitas vezes de apropriação. Como bem aponta a HBD, respeitar a diferença cultural é essencial para o seu futuro.

Nas palavras de Conceição Moreno:

Se eles respeitarem ou não é nossa cultura? Cultura é uma forma de manifestação comunitária. Portugal se quisera ou não respeita a nossa cultura. E nossa. A nossa forma de viver e de se relacionar com os nossos hábitos alimentares, as nossas manifestações, isto é nosso. Se a HBD não quiser respeitar o problema e de HBD. HBD não conseguem acabar com isso.

De outro ponto de vista, Conceição aponta que de modo geral, os grupos culturais têm solicitado apoio da empresa HBD, com intuito de garantir a permanência dos grupos. De outro modo, durante as entrevistas, grande maioria dos entrevistados relataram o fim da puita da Sundry por falta de apoio financeiro, uma vez que esta manifestação era independente. Ermelindo e Luluca afirmam que as manifestações culturais que participam das atividades do hotel são da capital da ilha, não havendo qualquer interesse da empresa nas manifestações culturais da Sundry.

4.5. Comércio

De acordo com o site da HBD, o “comércio tem sido fundamental para o desenvolvimento das civilizações ao longo de milhares de anos e é provável que continue assim e, portanto, a sustentabilidade deve ser fundamental para os negócios”. Entretanto, não é novidade que a empresa HBD entende a experiência comercial a partir da perspectiva ocidental que fundamenta as ações históricas do conceito de desenvolvimento. Entretanto, tipos característicos de modelos de empreendimentos como da empresa HBD, estão aptos ideologicamente a construir no seu interior e no imaginário social os melhores conselhos de transações comerciais se apresentando como um exemplo a seguir.

No entanto, se coloca enquanto ignorante nas interpretações das experiências comerciais comunitárias e amplia mecanismos para a sua dissolução. Vejamos:

Antes da chegada da empresa HBD na ilha do Príncipe, os moradores da Sundry desenvolviam sua atividade de pesca na praia que atualmente é parte do hotel cinco estrelas. De acordo com Ivo, pescador e artesão, em 2017, os pescadores foram transferidos para uma

praia mais distante para que o hotel fosse construído. Com a pesquisa de campo de 2017 e 2023, os moradores apontam que a relação com a pesca apresenta dificuldades desde o acesso ao novo local de conservação de material da pesca, que dura cerca de duas horas, até a aquisição de peixes.

De acordo com o Ivo, ocorreu uma reunião de retirada dos pescadores da praia de Sundry, em que foi presidida pelo Governo Regional. Ao mesmo tempo que acontecia a reunião ocorria das forças armadas levarem seus materiais de pesca para a outra localização.

Em suas palavras:

Começaram a jogar nossas coisas na Ribeira Ize como se fosse um lixo. Eu repudio isso até hoje e que isso nunca vai me cair bem. Foi chamado comandante de polícia, a migração e fronteira, adjuntos, militares e paramilitares, todos estavam lá. HBD negociou conosco mas não nos confirmou nenhuma praia pra gente pescar. Só disseram que vamos deixar a praia e vai nos dar uma indenização. Falaram que isso ia depender de nós. Dissemos que tudo bem. Já que o governo já privatizou a praia e nós não temos o que fazer, pedimos 40 mil euros a cada pescador. A HBD concordou na fase de negociação. No segundo encontro pediram pra gente poder fazer batimento que dariam mais atenção para os pescadores. HBD não tem mais nenhuma atenção a nos dar, desde que paguem a nossa indenização vocês podem esquecer que nós existimos. Durante a reunião decidimos tirar 4 mil euros. Por mim a gente não tirava nada. Quer dar dá, senão a gente continua com a praia. Conversa vai conversa vem, foi decidido que ficaria 36 mil euros. Quando o governo entrou no meio, o governo disse que quem paga indenização é o governo de 36 mil euros passou a dar 4 mil euros. Agora eu pergunto foi governo que nos deu? aonde recebemos cheque? Na HBD, escritório da HBD que nos deu cheque. Que tipo de governo que quer ajudar o seu cidadão para entregar um investidor que tem condições de arranjar seus meios para prejudicar os próprios nacionais? E um governo que não merece consideração.

O movimento de retirada dos pescadores da praia representou em 2017 o início de uma crise relacionada à atividade de troca dentro da comunidade, em que os moradores realizavam a troca de outros produtos (óleo de coco, óleo de palma, banana, fruta pão, etc..) com o peixe. Alguns moradores relatam que, em dias em que o peixe vinha em abundância do mar, bastava uma ajuda arrastando a canoa que tinha seu peixe garantido.

Este tipo de leitura comunitária, ainda que feita pela empresa HBD, nunca será traduzido como uma ação comunitária solidária e de sobrevivência, uma vez que a empresa permanece focada no seu projeto de desumanização pautado na racialidade e na expropriação.

Por meio desta perspectiva solidária que são as relações comunitárias que enfatizam a filosofia africana (ubuntu), levanta a problemática de que o pensamento e as vivências do ocidente dão conta de responder às demandas africanas. A ideia de que existe um comércio universal promove o fim dessas comunidades e suas práticas. Atualmente, os moradores enfatizam que o peixe tem sido uma das maiores

dificuldades da comunidade e que, a troca nessa esfera desapareceu com a mudança para outra praia.

De acordo com Ivo, uma outra atividade passou a ser desenvolvida com a chegada da empresa na Sundry. Ele importava hortaliças (batata inglesa, cenoura) de outra ilha para vender para a empresa HBD. No entanto, essa prática foi interrompida por um funcionário da empresa.

Em sua palavras:

Ultimamente havia um subdiretor que estava aqui, eu vendia batata inglesa, cenoura, tomate, couve, transportava de São Tomé e vendia tanto aqui como na praia. Depois que esse indivíduo chegou aqui ele formou uma empresa comercial dentro da empresa. O que me fez parar toda essa atividade? O homem que veio pra aqui faz as mesmas compras que eu vendendo aqui por um outro preço. Quando eu mando minha carga pra vender eu não tenho como vender. Eu fiquei nesse impasse. Por último eu mandei vir 100 kg de batata e 100 kg de cenoura, que eu tive que dar fiado dentro de Sundry por causa da maneira como a empresa começou a funcionar.

O abuso da posição dominante é evidente na citação acima, na medida em que a empresa promove a concorrência desleal para o fim do microempreendimento do morador. Entendemos também que, essa atitude se configura como uma estratégia de controle, sendo o poder o que media as relações entre a comunidade e a empresa HBD.

Na perspectiva de comercialização do que é possível vender ao mundo sobre a comunidade da Sundry, a empresa HBD tem destacado em seu site o período colonial como um processo histórico quando aponta as residências que comportam o hotel como um aspecto atrativo. Para além disto, as narrativas coloniais são contadas a partir do seu museu das máquinas daquele período. Ao visitar o museu, os sentimentos são múltiplos para aqueles que viveram trabalhando de forma forçada naquela roça. Sendo filha e neta de ex- funcionárias da Roça Sundry, a minha visita ao museu despertou um sentimento de revolta e repulsa por entender que a exposição turística daquelas máquinas agora faziam parte da comercialização da dor alheia. As máquinas apesar de sua função e execução independente, representam as condições de subserviência e desumanização que aquelas pessoas viviam e trabalhavam. Lucrar com essa narrativa desrespeita a ancestralidade africana, para além de reforçar as condições precárias que a comunidade deve continuar vivendo com base no passado, desconsiderando a violência que foi o regime colonial.

Nesta senda, a empresa HBD investiu em um local em uma das residências da Sundry chamado “Espaço Ciência”. O espaço ciência surgiu em decorrência da importância da Ilha

do Príncipe e da Sundy em particular na comprovação da Teoria da Relatividade de Albert Einstein.

Segunda o Jornal Público (2019), foi em 29 de maio de 1919, durante a observação de um eclipse solar a partir da roça Sundy, na ilha do Príncipe e no Brasil, Sobral CE, que os astrônomos liderados pelo Arthur Eddington validaram o escorvamento gravitacional da luz, provando a teoria de Einstein. Assim, o espaço ciência contempla uma espécie de museu da ciência, que de forma detalhada nos embarca na viagem da comprovação da Teoria da Relatividade. Dessa forma, podemos nos perguntar o porquê deste aspecto da ciência interessar tanto à empresa HBD? Bem, não é tão difícil: assim como a promoção dos aspectos exóticos e desumanos da Sundy são vantajosos para os negócios, publicizar um evento histórico que marca a história da ciência também o é.

Partindo da perspectiva de que a empresa HBD afirma compreender como cada decisão afeta o ambiente e assegura que, no mínimo, não cause danos, fazer parte de **The Long Run** pode ser compreendido como caminho estratégico de validação de suas ações e reais intenções. The Long Run é uma das maiores iniciativas de desenvolvimento sustentável do mundo, liderada por empresas baseadas na natureza que são membros da organização fundada em 2009, é global, chegando a todos os cantos do mundo e crescendo cada vez mais. Em 2016, contava com mais de cem membros em 37 países. Seu objetivo é manter um planeta saudável e produtivo para a posteridade, aproveitando o potencial do empreendimento baseado na natureza. “Operando com um grande senso de responsabilidade e cuidado, Os membros da The Long Run demonstram que planeta e lucro podem coexistir e até prosperar juntos” (THE LONG RUN, 2017, p. 3). Porém, este capítulo nos mostra que essas grandes organizações operam de acordo com os seus interesses, sendo enfaticamente representações capitalistas que, grande parte das vezes, passam por cima das pessoas e das comunidades em nome da sustentabilidade e da boa vida. No fundo são como cristaos que matam em nome de Deus, assim como fez e faz a colonização e o neocolonialismo.

Do ponto de vista econômico, são empresas que vendem como parte do marketing do turismo, um ideal ecológico, a fantasia de realizar um turismo ecologicamente correto em instalações de luxo nos países do Sul Global. O turismo ecológico tem se convertido num nicho de mercado nas últimas décadas, enquanto não integra as pessoas e comunidades que historicamente preservaram o meio ambiente através de uma convivência não predatória com a natureza, no caso de Sundy, com a integração dos ambientes terrestres e marítimos, no intercâmbio cotidiano de alimentos provenientes da agricultura e da pesca.

Os grandes investidores do Norte Global vendem a ideia de "paraíso tropical" conservado (virgem) como atrativo turístico aberto à livre circulação dos corpos brancos (ricos). Esse tipo de turismo alimenta o mito da superioridade branca, enquanto constrói o turista branco como moralmente superior (ecologicamente correto), e abre uma rota pela qual os corpos brancos circulam livremente no Sul Global.

Assim como a The Long Run, a HBD Príncipe afirma apostar nos 4Cs (Conservação, Comunidade, Cultura e Comércio). Para eles a conservação traduz a biodiversidade e ecossistemas prósperos são essenciais para a sobrevivência das pessoas e do nosso planeta. A conservação salvaguarda desta biodiversidade para apoiar necessidades globais. Diante de todas as contradições levantadas acima referente às intenções da empresa sobre a comunidade, ela o defende.

Para tanto, a HBD defende que é direito de cada indivíduo ter as suas necessidades básicas satisfeitas e investir na melhoria do bem-estar das comunidades, sendo uma obrigação fundamental de todos. Para HBD (2012), a cultura celebra a diversidade cultural e a comunalidade alimenta a empatia e fomenta ligações, respeitando a diferença cultural como parte crucial para o nosso futuro. Por fim, o último C que representa o comércio e é entendido como central para o desenvolvimento das civilizações ao longo de milhares de anos.

Do ponto de vista da análise crítica a ênfase nos 4cs neste trabalho são entendidas como caminhos vantajosos onde a empresa HBD e tantas outras empresas se agarram possibilitando a efetivação de diversas barbaridades apontadas neste texto e vivenciada pela comunidade da Sundy.

4.6. Desenvolvimento alternativo, Ubuntu como caminho

Para nos inspirar do ponto de vista das perspectivas alternativas referente ao continente africano, trazemos a emblemática Wangari Maathai, é um dos maiores nomes da conservação ambiental do mundo e a primeira mulher africana a receber o prêmio Nobel da Paz, em 2004, por liderar incessantemente um movimento de luta contra o desmatamento no Quênia. Para enfrentar o despovoamento que ameaçava os meios de subsistência da população agrícola, um movimento público foi iniciado em 1977. A campanha incentivou as mulheres a plantar árvores em seus ambientes locais e a pensar com consciência ambiental. O chamado Cinturão Verde. Movimento que se espalhou para outras nações africanas e ajudou a plantar mais de trinta milhões de árvores.

A mobilização das mulheres africanas lideradas por Maathai foi além de seu foco na promoção do desenvolvimento sustentável, ela plantou árvores a partir de uma perspectiva

mais abrangente que incluía democracia, direitos das mulheres e solidariedade internacional. Segundo o Comitê do Nobel, Maathai pensou globalmente e agiu localmente. Em seu discurso na premiação do Nobel da Paz, Maathai (2004) afirma o seguinte:

“Embora este prêmio venha para mim, ele reconhece o trabalho de inúmeros indivíduos e grupos em todo o mundo. Eles trabalham silenciosamente e muitas vezes sem reconhecimento para proteger o meio ambiente, promover a democracia, defender os direitos humanos e garantir a igualdade entre mulheres e homens. Ao fazer isso, eles plantam sementes de paz. Eu sei que eles também estão orgulhosos hoje. A todos os que se sentem representados por este prêmio digo que o usem para fazer avançar a vossa missão e corresponder às altas expectativas que o mundo nos deposita.”

Desse ponto de vista crítico, podemos associar esse ponto às discussões levantadas pela Vandana Shiva (2003), referente ao debate da biodiversidade. Cientista e ativista ambiental, ela fundou a organização sem fins lucrativos Navdanya, para apoiar os direitos dos agricultores da Índia, a biodiversidade e a agricultura biológica. A ativista aponta que, “a visão dominante ignora as causas principais da destruição da biodiversidade, preferindo concentrar-se nas segundas, como a pressão populacional” (SHIVA, 2002, p. 47). No entanto, as comunidades estáveis, sempre conseguem conviver com a biodiversidade de seus ecossistemas. Todavia, somente quando as populações são segregadas por minas, fábricas, fazendas e agricultura comercial é que sua relação com a biodiversidade se torna antagônica em vez de cooperativa. “O desalojamento de pessoas e a destruição da diversidade andam de mãos dadas, e pessoas desalojadas destroem ainda mais a biodiversidade como um efeito secundário das causas principais de destruição identificadas anteriormente” (SHIVA, 2003, p.47).

As mulheres com quem trabalhámos relataram que, ao contrário do passado, não conseguiam satisfazer as suas necessidades básicas. Isso se deveu à degradação de seu ambiente imediato, bem como à introdução da agricultura comercial, que substituiu o cultivo de alimentos domésticos. Mas o comércio internacional controlava o preço das exportações desses pequenos agricultores e uma renda razoável e justa não podia ser garantida. Passei a entender que quando o meio ambiente é destruído, saqueado ou mal administrado, prejudicamos nossa qualidade de vida e a das gerações futuras (MAATHAI, 2004, p. 4)

Assim, Maathai (2004) relata em seu discurso a experiência inicialmente difícil que foi este trabalho, pois, historicamente a população africana foi levada a acreditar que a pobreza significava não apenas falta de capital, mas também de conhecimento e habilidades necessárias para enfrentar os desafios. Em vez disso, essas pessoas são condicionadas a

acreditar que as soluções para os nossos problemas devem vir de fora. Além disso, ela afirma que as mulheres não sabiam que atender às suas necessidades dependia de um ambiente seguro e bem administrado. A baixa compreensão que um ambiente degradado resulta em uma corrida por recursos escassos pode levar à pobreza e até mesmo a conflitos, que consequentemente geram injustiças causadas pelos arranjos econômicos internacionais.

Embora a perspectiva de desenvolvimento sustentável adotado pela empresa HBD tenha se popularizado com uma certa facilidade, conseguimos observar por meio das reuniões do comitê participativo da Sundry, os conflitos em torno da implementação do projeto de reassentamento. Em uma entrevista com uma das moradoras, ela aponta que a empresa afirma que construirá uma vila melhor do que a Sundry. No entanto, ela afirma em seguida que eles, a comunidade, “não acredita naquilo que o homem diz, porque dizem uma coisa hoje e amanhã fazem outra”, se referindo aos investidores ou aos homens brancos. Essa desconfiança nitidamente presente na comunidade, pode representar as noções de sustentabilidade sob a ótica que não corresponde a prática, como quem diz: bom demais para ser verdade. Essa mesma moradora aponta que a empresa “está preocupada com o seu próprio bolso”, uma vez que chegaram, “tomaram os trabalhadores” e nunca deram condições para que as pessoas pudessem reabilitar suas casas.

Partindo disso, consideramos a proposição de Malomalo (2022) para pensar as possibilidades de construção de um projeto de desenvolvimento com base endógena de emancipação. Redefinir os padrões de desenvolvimento que permeiam as sociedades africanas, requer compreender os contextos que atravessam suas relações dentro dos parâmetros civilizatórios africanos, sem qualquer interferência de elementos que impeçam sua eficácia.

De outro modo, podemos enfatizar a urgência de radicalizar na criação de agendas que possibilite a construção e a manutenção de mudanças concretas. Malomalo (2022), aponta as possibilidades de implementação de um projeto alternativo diante da crise social, política, econômica e ambiental no cenário do continente africano, considerando suas especificidades. Mediante esse cenário, o conceito UBUNTU se configura como um caminho para compreender as relações sociais estabelecidas no continente africano a partir de sua forma de organização, atendendo aos processos históricos que foram desprezados. Em suas palavras:

A palavra ubuntu é proveniente das línguas bantu da África austral (Xona e Zulu), porém, como afirmado anteriormente, a filosofia que a sustentam está presente em todo continente. Pois, foi neste imenso continente que se iniciaram as primeiras experiências coletivas de vidas entre o muntu, o ser-sendo, ou parafraseando, o teórico da filosofia da bisoidade (do Nós-cósmico Tshiamalenga Ntumba (2014), o ser-relacional, está sempre ontologicamente ligado com outros bantu (plural de seres humano, portanto, a comunidade dos humanos), com o divino e a ancestralidade (a comunidade dos ancestrais ou do divino) e com o cosmos e a natureza (a comunidade do universo). Ditos em outras palavras, todo ser é sempre um ser-sendo, isto é, aberto ao outro, em moviment-ação para com o outro ser-sendo senão deixar de ser ou ser-sendo. (MALOMALO, 2022, p. 10).

Pensar este conceito, nos conduz de maneira imediata ao conceito de desenvolvimento que do ponto de vista ocidental se traduz incongruente às diversas realidades africanas, ou seja, o desenvolvimento pautado apenas nas reflexões econômicas, onde não possibilita pensar e analisar essas diversas realidades e como as relações sociais podem determinar o que pode vir a ser o seu entendimento para a perspectiva africana. Dessa forma podemos chamar atenção para um olhar de dentro para fora, reescrevendo a narrativa que nos é imposta pela cartografia colonialista.

Nesse sentido, pensar a crise na África significa que a colonização vem perpetuando suas formas de dominação, quando, em muitos casos, lidamos com grandes disposições e interesses nas corporações inspiradas nos mecanismos de controle.” (...) da cooperação revela a característica do Estado no âmbito internacional, pois é portador de sua sustentação política, econômica, religiosa, ideológica, cultural e histórica” (VAZ 2016, p. 50). O que se pode compreender a partir do conceito de cooperação para desenvolvimento, pode envolver diversas classificações, entretanto Vaz aponta que, os autores desses modelos de investimento são orientados conforme as direções ou estratégias políticas do próprio país, seja por empresas públicas ou privadas, instituições estatais e organizações não governamentais.

Nesse sentido, comumente os países africanos que cooperam internacionalmente em função dessa dependência levantada acima, está exposto a normalização de critérios de reprodução na implementação de qualquer projeto que não catalogue suas experiências ontológicas. Para Vaz, (2016), o processo de cooperação para o desenvolvimento, trata-se de envolver as populações ou comunidades no planejamento de todo o processo, como forma de criação de todo seu futuro. Malomalo (2022), a partir do desenvolvimento sustentável, entende “ubuntu” sob uma análise emancipatória, que não meramente reproduz as narrativas de dominação ocidental. Sendo assim, “ubuntu como projeto de sociedade (fazendo já a substituição do termo desenvolvimento) implica uma concepção da complementaridade

radical entre o desenvolvimento econômico, social, político, cultural e ambiental como os concebiam os povos ancestrais” (OBENGA, 2014, p. 23) e os intelectuais subalternos da crítica emancipatória (MALOMALO. 2022, p. 10).

5. Considerações Finais

Então, estarmos produzindo conhecimento é fundamental para valorizar nossos saberes e sabores, mas também denunciar as injustiças cometidas contra a população quilombola, porque somos nós que estamos escrevendo. Somos nós, falando de nós, sobre nós, para nós, sobre nossa história, sobre nossas perspectivas, pensando e pautando políticas públicas para as mulheres quilombolas e para o Quilombo como um todo.
(Ana Eugenia, 2021)

O presente estudo buscou compreender o processo de reassentamento da comunidade da Sundry para a Terra Prometida por meio da propaganda do viés da sustentabilidade da empresa HBD. Com esta pesquisa entendemos que embora a sustentabilidade tenha sido pensada para suprir os inúmeros desastres ambientais que assolam o nosso planeta, a sua aplicabilidade deve levar em conta as especificidades de cada região.

Nesse sentido, este trabalho aponta que a sustentabilidade deve ser pensada e construída a partir da relação constante com a filosofia africana de cada país do continente africano, como forma de evitar que mais desastres sociais sejam produzidos. Para além disso, é necessário produzir outros entendimentos sobre as perspectivas do desenvolvimento que não estejam alinhados aos modelos eurocêntricos que em muitos casos não coexistem com essas realidades. Assim, é preciso considerar que as sociedades africanas como por exemplo, a comunidade da Sundry, são e sempre foram agentes capazes de trabalhar de forma efetiva na proteção do meio ambiente e de suas comunidades.

Como vimos neste trabalho, o caminho fácil de destruição da comunidade pela empresa HBD, estão atravessados por processos históricos coloniais que até hoje tem produzido racismo e discriminação para garantia da manutenção de formas de dominação. Vimos que, ainda que o processo colonial violento tenha sido superado, outras formas de dominação vão sendo criadas, principalmente por empresas internacionais, que desencadeiam novas formas de morrer ou de matar.

Ao produzir uma etnografia da comunidade da Sundry, foi possível viver e vivenciar os aspectos da relação comunitária de conflito com a empresa HBD. Nesse sentido, foi possível enxergar as contestações da comunidade frente ao investidor mesmo que aparente não haver qualquer tipo de solução para seu contexto atual. Afirmo a partir disso que, a comunidade da Sundry tem confrontado a empresa HBD com ameaças precisas referente a sua mudança para a Terra Prometida. Como afirmaram grande parte dos entrevistados, a

mudança não acontecerá caso a empresa HBD não tome uma postura diferente mediante as negligências apontadas neste trabalho.

A perspectiva do desenvolvimento endógeno nesta pesquisa, possibilita criar modelos de desenvolvimento e urbanização que entendam a comunidade a partir de suas formas, hábitos e costumes, acreditando que essas mesmas comunidades são capazes de produzir no seu centro modelos de desenvolvimento que ressaltam a importância do papel da mulher na permanência e sobrevivência da comunidade. É preciso considerar que as comunidades têm produzido para si e para os outros caminhos responsáveis de conservação do meio ambiente, por meio de suas tecnologias ancestral.

Assim, o campo e as pessoas que o constitui tem me possibilitado pensar mais sobre como a pesquisa de campo desvenda as percepções sobre o processo de aprendizado. Importa estar aberto para receber a sabedoria das pessoas da comunidades, mesmo que o ensinamento não seja objeto de análise. Receber e perceber essa relação, foi crucial para construir ligações que atravessam não só a esfera da produção de conhecimento, mas a própria experiência interpessoal que faz os vínculos humanas. Assim, o campo também é humanístico, sendo aquele que constrói ou fortalece vínculos que foram estabelecidos do ponto de vista ancestral. A minha relação com a Luluca, por exemplo, afronta a dimensão canônica de produção de conhecimento, uma vez que, sua figura comunitária que é entendida pela sua presença feminina, se traduz em uma referência ancestral de sabedoria, na aberturas de caminhos para que eu pudesse realizar as entrevistas. Entendo que essas relações humanas despertam humanidade e sensibilidade na avaliação de quem realmente são responsáveis pela nossa produção acadêmica. Sendo em muitos casos mulheres que compreendem a nossa jornada árdua quando se trata de desbravar esse mundo que não foi pensado para nós, mas teimamos em reinventá-lo para que possamos ocupar nosso lugar.

Diante do exposto, é necessário saber que para nós, mulheres negras quilombolas, ao escrever sobre nós, nossos corpos, nossas histórias e memórias, e nossas vivências, é um ato de rebeldia, uma desobediência necessária para que nossas produções sejam respeitadas e reconhecidas (ANA EUGENIA, 2021, p.119).

Nesta senda, compreendemos que a escrevivência foi fundamental para a interpretação das injustiças sociais vividas por mulheres como Ana Maria Fonseca. Contar sua história neste trabalho, significa não só contar a história de São Tomé e Príncipe, mas contar em particular a história de mulheres de mulheres santomenses que passaram pelas brutalidades do regime colonial e do sistema de contratado que até hoje se apresenta como

insuperável. Contar, narrar e criticar essas histórias é parte do processo de humanização dessas mulheres.

Como bem diz Ana Eugenia (2021), é necessário compreender a importância que as mulheres têm na manutenção da vida no território, pois somos nós que participamos dos processos organizativos; somos nós que estamos dentro de casa, trabalhando e cuidando dos filhos, levando para a escola; somos nós que também estamos nos roçados, nos quintais produtivos. Para ela, a nossa identidade é totalmente dependente da terra, pois nela está presente a nossa ancestralidade, nossas plantas, os nossos conhecimentos, os nossos animais, o nosso lar.

Vivendo com as sequelas que fazem parte das injustiças sociais que atravessam as mulheres e em particular as mulheres negras africanas e os povos africanos de modo geral, eu, Maria da Luz Fonseca, sendo engolida nesse processo, considere de extrema relevância apontar a bioepistemologia como ferramenta de análise social na construção de um conhecimento que possibilite caminhos emancipadores. Destacar nossas subjetividades em nossos trabalhos acadêmicos, consiste na expansão das nossas vivências que extrapolam os muros e as normas acadêmicas das universidades.

Por fim, como aponta Aimé Césaire por meio de seus poemas, a voz negra não é uma voz isolada, individual, intimista, única e privilegiada como propõe a estética ocidental. O eu negro aparece profundamente vinculado à sua comunidade, a um nós. Não é a musa que fala através dele, nem o gênio da sua pessoa: é a voz da sua gente, do seu povo que o leva até a voz dos ancestrais, identificando-se assim com uma história específica e uma situação social de hostilidade e negação.

*Medo algum prepara suas águas altas
Que tá facilmente removem o banco de espelho
Eles jogaram lama por sobre meus olhos
E vejo eu terrivelmente eu vejo
De todas as montanhas de todas as ilhas
Nada deixando a salvo os poucos dentes podres da inpenitente
saliva do mar*

Aimé Césaire

Maria da Luz Fonseca de Carvalho
FOTOGRAFIAS DA PESQUISA DE CAMPO NA COMUNIDADE SUNDY
2023

ILHA DO PRÍNCIPE, 2023

A ESTRUTURA DA COMUNIDADE DA SUNDY E O BECO

Este documento faz parte da pesquisa realizada na Sundy em 2023 na Ilha do Príncipe, São Tomé e Príncipe. Aqui apresento as fotografias da comunidade da Sundy, o Museu de Máquinas e a Terra Prometida. Neste primeiro bloco de fotografias, vemos as antigas residências coloniais como: o hospital, a creche, armazém, o beco, a igreja e o banco má língua onde os moradores, em particular, homens frequentam como forma de lazer, jogando cartas, ouvindo música, entre outros.

Assim, mesmo após o concessão das terras da Sundy à empresa HBD, algumas residências foram abandonadas, embora parte dessas casas foram reabilitadas para a realização da atividade turística. A antiga casa dos administradores da roça, por exemplo, se tornou o apartamento do hotel em que a estadia está avaliada em 300 euros por noite. A fotografia desta e de outras partes do hotel não foram colocadas neste documento, em função de uma conversa com um jornalista, em que ele afirmou que a empresa censurava o uso de fotografias para fins que não fossem da empresa, sendo imagens e vídeos proibidos para uso de terceiros. [as fotografias estão disponíveis na internet nestes links: <https://www.booking.com/hotel/st/sundy-principe.pt-pt.html> <https://www.booking.com/hotel/st/roca-sundy-sundi.pt-pt.html>].

Nas fotografias deste primeiro bloco, é possível ver os pequenos matos que cercam a comunidade, em que um dos moradores afirmou que a empresa havia dividido a limpeza. Uma vez que não consta a fotografia do hotel neste documento, posso afirmar que durante a pesquisa de campo visivelmente se poderia ver que o local onde o hotel se localiza, estando em condições de limpeza muito melhores.

Em relação à igreja, alguns moradores afirmam que já não é possível celebrar as missas devido às condições da infraestrutura. “Teto já caiu” afirmou o Ivo. De acordo com os entrevistados, existe um projeto para a reabilitação e construção de um hospital, mas que, entretanto, não é nada oficial. O Beco que é onde as pessoas da comunidade moram atualmente, será usado para ampliação do hotel no terreiro da Sundy. Atualmente, as casas do Beco se encontram em uma situação crítica, como apontam os moradores. Feitas de pedra desde o período colonial, foi onde as famílias da Sundy construíram a comunidade da Sundy. Embora estejam hoje nessas condições por falta de reabilitação, devemos considerar que a sua conservação e durabilidade também é fruto dos cuidados promovidos pela própria comunidade.

Ao passear pelos corredores dos Becos, visualizamos as cozinhas externas às casas de comboio. O fogão a lenha é um dos itens mais utilizados pelas mulheres da Sundy na confecção de alimentos. Assim, mesmo que o Beco viva essa experiência pouco agradável com as estruturas das casas, podemos observar nas fotografias sua organização referente a limpeza. Para além disso, com a pesquisa de campo foi possível perceber as relações de solidariedade e afeto que são desenvolvidas naqueles corredores. Me recordo que uma das minhas idas para Sundy, foi marcada por cólicas intestinais fortes. Uma moradora de nome Minga, me orientou a buscar pinikano, uma planta da medicina tradicional que me ajudaria a aliviar as dores. Sua boa vontade, sabedoria e compreensão me ajudaram a dar continuidade ao trabalho de campo naquele dia.

Quando chegamos na Sundy, também é possível ver as linhas de ferro que transportavam as colheitas dos matos para os armazéns. Confesso que não é agradável olhar e recordar as atrocidades relatadas pelos moradores e pela minha mãe.

Na penúltima fotografia é possível observar um morador confeccionando vassoura. Conversamos por um instante e ele afirmou que aquela era uma vassoura para uso pessoal, mas que também faziam para vender, assim como diversas outras produções internas que respondem às demandas das famílias da Sundy.

Assim como o armazém de máquinas, a creche e o pasto de cavalos, parte dessas residências estão abandonadas sem qualquer projeto de reabilitação.

Importa ressaltar que todas as fotografias que contêm rosto dos moradores foram devidamente autorizadas.



Foto: Maria da Luz Fonseca. Antigo Hospital colonial



Foto: Maria da Luz Fonseca. Entrada do Terreiro da Sundy



Foto: Maria da Luz Fonseca. Antigo pasto de cavalo



Foto: Maria da Luz Fonseca. Igreja



Foto: Maria da Luz Fonseca. Antiga senzala que hoje se chama Beco



Foto: Maria da Luz Fonseca. Confecção de Vassoura



Foto: Maria da Luz Fonseca. Antiga linha de ferro que transportava as colheitas



Foto: Maria da Luz Fonseca. Antigo armazém de máquinas



Foto: Maria da Luz Fonseca. Máquinas velhas do armazém de máquinas



Foto: Maria da Luz Fonseca. Beco



Foto: Maria da Luz Fonseca. Creche



Foto: Maria da Luz Fonseca. Banco Má Língua



Foto: Maria da Luz Fonseca. Corredores do Beco



Foto: Maria da Luz Fonseca. Corredores do Beco



Foto: Maria da Luz Fonseca. Corredores do Beco



Foto: Maria da Luz Fonseca. Corredores do Beco



Foto: Maria da Luz Fonseca. Corredores do Beco



Foto: Maria da Luz Fonseca. Fogão a lenha do Beco



Foto: Maria da Luz Fonseca. Corredores do Beco



Foto: Maria da Luz Fonseca. Corredores do Beco



Foto: Maria da Luz Fonseca. Corredores do Beco. Casas de pedra



Foto: Maria da Luz Fonseca. Corredores do Beco



Foto: Maria da Luz Fonseca. Corredores do Beco

MUSEU DE MÁQUINAS DA EMPRESA HBD

Neste bloco, estão as fotografias do museu de Máquinas da empresa HBD, em que expõe as antigas máquinas de produção do período colonial do período do sistema de contratado. Acredito que é relevante deixar explícito que sou contra a comercialização de qualquer aspecto da colonização que possa ferir a sensibilidade do ser humano. Entendo que, lucrar com essa exposição diz muito sobre do que se trata a empresa HBD. Esse modelo de exposição perpetua os sentimentos e as dores das pessoas que carregam consigo cicatrizes desse passado. Para além disso, essa perpetuação quer enfatizar a narrativa de que aquelas pessoas são parte de um processo e por isso devem estar em condições de subalternidade. O que a Chimamanda Ngozi Adichie chama de "perigo de uma história única"(2019) . Estas máquinas, nada acrescentam na formação pessoal da comunidade da Sundy ou da Ilha do Príncipe, pelo contrário, atizam a memória sem proposta de reparação, e por tanto, causam dor.

Me lembro que em uma festa na cidade, dois portugueses vieram falar comigo sobre a atenção que chamei deles pela minha aparência sensual, e suas possíveis sexualização do meu corpo. Durante a nossa conversa, falamos sobre o que eu poderia detalhar sobre a minha pesquisa, já que tinha receio de me expor, e sobre suas visitas ao Príncipe. Recordo que por um momento o assunto acabou e um deles sacou o celular e me mostrou as fotografias daquelas máquinas com a seguinte frase: “o que achamos extraordinário na Sundy foi o museu das máquinas, olha para isto”. Com uma cara de paisagem eu logo pedi desculpas e sai andando.

Com relação ao museu de ciências, não foi possível o acesso pois sempre estava fechado. Entretanto, sabemos que também é parte das publicidades e atrações do projeto turístico.



Foto: Maria da Luz Fonseca. Museu de máquinas da HBD



Foto: Maria da Luz Fonseca. Museu de máquinas da HBD



Foto: Maria da Luz Fonseca. Museu de máquinas da HBD



Foto: Maria da Luz Fonseca. Museu de máquinas da HBD



Foto: Maria da Luz Fonseca. Museu de máquinas da HBD



Foto: Maria da Luz Fonseca. Museu de máquinas da HBD



Foto: Maria da Luz Fonseca. Museu de máquinas da HBD



Foto: Maria da Luz Fonseca. Museu de máquinas da HBD



Foto: Maria da Luz Fonseca. Museu de Máquinas da HBD e os 100 anos da comprovação da Teoria da Relatividade



Foto: Maria da Luz Fonseca. Museu de máquinas da HBD e os 100 anos da comprovação da teoria da relatividade

TERRA PROMETIDA

Abaixo podemos ver as residências da Terra Prometida ou Nova Sundy. Segundo alguns moradores o nome Terra Prometida se relaciona a uma experiência mística em que nem todos chegam a este lugar. Alguns moradores afirmam que o nome foi dado de forma proposital uma vez que algumas pessoas da Sundy já morreram e não terão direito a casa. Durante a minha visita à Terra prometida, os moradores me orientaram a buscar um morador da Sundy que fosse visitar sua casa e que eu pudesse ir como acompanhante. Eles afirmaram que dessa forma seria mais fácil conseguir acesso, uma vez que os guardas e os responsáveis poderiam negar a minha entrada.

Ao chegar lá, é possível ver nitidamente a fronteira entre o Pico Papagaio, o ponto mais alto da Ilha do Príncipe que também é parte do Parque Natural do Príncipe para conservação do meio ambiente. Podemos observar também que o terreno onde as casas foram construídas são inclinados. Ao redor das residências avistamos uma floresta densa que não permite o plantio de alimentos como banana, fruta pão entre outros.

Na terra prometida as casas possuem cinco compartimentos, que segundo os moradores e a minha visita são pequenos. Sendo: uma sala, dois quartos, uma cozinha e um banheiro.

Durante a visita e a entrevista é possível perceber a existência de rede elétrica. No entanto, a questão da água no local é a que mais preocupa os moradores da Sundy, uma vez que não possui água nascente nem rios.

Como podemos ver, pouquíssimas casas são de madeira. Segundo os moradores, as casas de madeira destroem com mais facilidade devido a umidade e a chuva constante na Ilha do Príncipe. Assim, colocar à disposição um modelo de casa que tem como material a madeira, garante que em poucos anos a casa já não esteja em condições de habitabilidade.



Foto: Maria da Luz Fonseca. Terra Prometida



Foto: Maria da Luz Fonseca. Terra Prometida



●○ REDMI NOTE 8
∞ AI QUAD CAMERA

Foto: Maria da Luz Fonseca. Terra Prometida



Foto: Maria da Luz Fonseca. Terra Prometida, com vista para o Parque Natural do Príncipe. A maior área de conservação da biodiversidade da Ilha.

6. Referências Bibliográfica

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, de António. “**Das metonímias da Guiné Portuguesa, do arquipélago de Cabo Verde e das Ilhas de São Tomé e Príncipe**” In: Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, 1966.

ASHER, Kiran- Engendrando desenvolvimento e etnicidade nas terras baixas do Pacífico colombiano- Clark University, 2004. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 15-45, janeiro-abril 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/CXBsznrFjgPGZRKCnb8cxft/abstract/?lang=pt>. Acesso: 11 nov. 2022.

BANDEIRA, Jessica do Rosario. **Diversidade Linguística na Lusofonia: o ensino de Português em São Tomé e Príncipe**. 2018. 24 f. Artigo(Graduação) - Curso de Bacharelado em Humanidades, Instituto de Humanidades - Ih, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018. Disponível

em:<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2205> . Acesso: 11 nov. 2022.

BERNARDO, Edgar Manuel. Extrativismo em Moçambique: construindo outros diálogos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, 2016. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43474>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BERTHET, Marina: São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 3, 2016, p. 961-986. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23107>. Acesso: 15 nov. 2022.

BRUNDTLAND, G.H. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed., Rio de Janeiro: FGV, 1991.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro
Acesso: 11 nov. 2022.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. Assimilar para não mudar. In: Moçambique: identidade, colonialismo e libertação. 2007. 475f. Tese (Doutorado - Programa de Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, pp. 109-209. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/pt-br.php>. Acesso em: 04. nov. 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:

<https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 09 nov. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].

CONCEIÇÃO EVARISTO - “A **escrevivência** serve também para as pessoas pensarem”. 9 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 09 nov. 2022.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016. 244p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/FScyDnYgTOHYxtCYnHLbMqv/>.

DIREÇÃO GERAL DO TURISMO: **Turismo de São Tomé e Príncipe**. 2021. Disponível em: <https://visitsaotomeprincipe.st/pt/informacoes-uteis>

EMBRAPA AGROECOLOGIA: **Indicadores de Sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agrobiologia/pesquisa-e-desenvolvimento/indicadores-de-sustentabi>. Acesso: 10 jan. 2023.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf. Acesso em: 10. ago. 2023.

ESPÍRITO, Santo, Alda. **É Nosso o Solo Sagrado da Terra**: poesia de protesto e luta. Lisboa: Editora Ulmeiro, 1978.

EVARISTO, Conceição **Escrevivências: Identidade, Gênero E Violência Na Obra De Conceição Evaristo**. Belo Horizonte, Idéia, 2016.

FANON, F. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira. 1968. Disponível em: <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2012/06/os-condenados-da-terra-frantz-fanon.pdf>. Acesso: 10 nov. 2022.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador : EDUFBA. 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf. Acesso: 10 nov. 2022.

FIGUEIREDO, Angela. **Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial**. Revista Tempo e Argumento. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/2175180312292020e0102/11455/61228>. Acesso em: 3 out. 2021.

FONSECA, Maria da Luz: “**O Lixo Vai Falar**”:O Lugar da Intelectualidade da Mulher Negra. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346633371_O_lixo_vai_falar_racismo_sexismo_e_invisibilidades_do_sujeito_negro_nas_narrativas_de_Direitos_Humanos. Acesso em: 03. maio 2022.

FONSECA. Maria da Luz. C: “Um paraíso na terra”: Grandes empreendimentos, Desenvolvimento e Comunidades Locais na Ilha do Príncipe. Repositório UNILAB. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2205>. Acesso em: 3 out. 2021.

FUNDAÇÃO PRÍNCIPE: **Sustentabilidade**. Disponível em: <https://fundacaoprincipe.org/en/homepage>. Acesso em: 11 nov. 2022.

GEERTZ, Clifford James. **A Interpretação da Cultura. In:** Uma Descrição Densa: Por ,
Bibliothèqueuma Teoria Interpretativa da Cultura. Rio de Janeiro: Zahar Editoriais. 1978.
Disponível em:
https://monoskop.org/images/3/39/Geertz_Clifford_A_interpretacao_das_culturas.pdf.
Acesso em: 3 out. 2021.

GENDRON, Corinne: **Développement Durable et Économie Sociale: convergences et articulations nationales du Québec**. Bibliothèque nationale du Canada. 2004. Disponível em: <http://www.crsdd.uqam.ca/Pages/docs/02-20112.pdf> . Acesso: 3 out. 2021.

GOMES, Nilma, Lino. **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2020.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar.p. 375.

GUIMARÃES. Antonio S. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34. 1999.

HBD. **Sustentabilidade**. Disponível em: <https://hbdprincipe.com/pt/sustentabilidade/>. Acesso em 11 nov 2022.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **A noção de pessoa na África Negra. Tradução para uso didático.**. La notion de personne en Afrique Noire. In: DIETERLEN, Germaine (ed.). La notion de personne en Afrique Noire. Paris: CNRS, 1981, p. 181 – 192, por Luiza Silva Porto Ramos e Kelvlin Ferreira Medeiros.

HOOKS, Bell- **Erguer a Voz, pensar como feminista, pensar como negra**. Editora Elefantes, São Paulo 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - INESTP. IV **Recenseamento Geral da População e da Habitação – São Tomé e Príncipe, 2012**. Disponível em <http://www.ine.st/>. Acesso em novembro de 2022.

JORNAL TELA NON: **“O homem da lua” e a ilha do Príncipe**. Disponível em: <https://www.telanon.info/sociedade/2011/12/16/9298/%E2%80%9C%9Co-homem-da-lua%E2%80%9D-e-a-ilha-do-principe/> Acesso em: : 04/09/22

KAPHAGAWANI, Didier N; MALHERBE, Jeanette G. **African epistemology**. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 219-229. Tradução para uso didático por Marcos Rodrigues. KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KIRIN, Narayan. **Quão nativo é um antropólogo "nativo"?**. American Anthropologist, v. 95, n.3, 1993, p. 671-686. Disponível em: <https://anthrosoc.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1993.95.3.02a00070> . Acesso em: 03 jan. 2023.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaios e Conferências**. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Tradução de Stephanie Borges.

LUSA: 100 anos. **A importância de São Tomé e Príncipe na Teoria da Relatividade de Einstein**. Jornal Público, 2019. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/05/28/ciencia/noticia/100-anos-importancia-sao-tome-principe-teoria-relatividade-einstein-1874398>

LUGONES, María: **Colonialidad y Género**. Binghamton University, USA,. Tabula Rasa, Colombia, 2008.

MAATHAI, Wangari. **Discurso no Prêmio Nobel da Paz. Noruega**. Palestra Nobel, Oslo, 2004. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2004/maathai/lecture/>

MACAMO, Elísio: **Resposta Sem Pergunta ou: Porque a África não é um Problema por Resolver**. in progress: 2.º Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África. 2016.

MAGALHÃES, A. C. Moreira; MOTTA. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável**. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/22847/a-construcao-do-desenvolvimento-sustentavel>. Acessado em: 11 nov. 2022.

MALOMALO, B. **Ubuntu como projeto alternativo de sociedade diante da crise social, econômica, política e ambiental do modelo desenvolvimentista ocidental: um olhar a partir da América Latina e da África**. 2022. Disponível em: <https://sce.fflch.usp.br/programa-423> Acesso: 11 nov. 2022.

MALOMALO, Bas'ilele. **Populações como Agentes de Desenvolvimento**. In: **Conceitos Fundamentais do Campo de Desenvolvimento Econômico Multicultural**. . Faculdade de Ciências e Letras Campus Araraquara. 2005.

MATOS, Pedro: **Herdeiros da Escravatura. Legado dos contratados cabo-verdianos em São Tomé e Príncipe. Nos guentis**, 2021. Disponível em: <https://nosgenti.com/herdeiros-da-escravatura-legado-dos-contratados-cabo-verdianos-em-sao-tome-e-principe/>

MATTOS, CLG. **A abordagem Etnográfica na Investigação Científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MBEMBE Achille: **Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte**. Artes e Ensaios, 2016.

McClintock, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência Epistêmica: A Opção Decolonial e o Significado de Identidade em Política**. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 04. jun. 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

OWUSU, Maxwell. **Etnografia da África: a utilidade do inútil**. *Ayé-Revista de Antropologia, edição especial 3*. Disponível em:
<https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/download/1007/670/3479>.

Acesso em: 06 jul. 2022.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8.

PET HUMANIDADES E LETRAS: **Revista ANU**: Disponível em:
<https://pethl.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/11/>, site PET-HL, 2022. Acesso em 02.11.2022.

REBS, Rebeca. **Reflexão Epistemológica da Pesquisa Netnográfica**. *Comunicologia*, n. 8, 1o sem. 2011. Disponível em:
<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/2439>.

REVISTA VISÃO: **Salvar o paraíso... e mudar o mundo**. 2014. Disponível em:
<https://visao.pt/visao-arquivo/2020-08-28-grande-reportagem-principe-salvar-o-paraíso-e-mudar-o-mundo/>. Acesso: em 11 nov. 2022.

SANTANA, Jacimara, Souza: A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias 1975-1985: Sankofa. **Revista de História da África de Estudos da Diáspora Africana**, 2009. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88746>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SANTOS, Milton. **O retorno del territorio**. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em:
<https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf> . Acesso: em 11 nov. 2022.

SATO, Ana C, Kawazoe: **Índices de Sustentabilidade**. 2023. Disponível em:
<https://www.unicamp.br/fea/ortega/temas530/anacarla.htm>. Acesso: 10 jan. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**; trad. Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Boninelli Mendes. - São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Ana Maria. **D. Eugénio**: Às Quilombolas do Sítio Veiga e a Dança de São Gonçalo em Quixadá. Repositório da Unilab. 2021. Disponível em:
<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2434>

SILVESTRE, Diana Melo Freire. **Re colocar Sundy no mapa: o cacau como promotor de desenvolvimento de uma micro cidade.** Universidade de Lisboa. 2021. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/20348>. Acesso em: 23 jul 2022.

TELA NON: CRISE: **HBD reduz investimento no Príncipe.** Disponível em: <https://www.telanon.info/economia/2016/11/12/23182/crise-hbd-reduz-investimento-no-principe/> Acesso: 04 set. 2022.

TELA NON: **HBD despede mais de uma centena de trabalhadores.** Disponível em: <https://www.telanon.info/sociedade/2016/11/08/23173/hbd-despede-mais-de-uma-centena-de-trabalhadores/> . Acesso: 04 set. 2022.

THE LON RUN: **A Promessa E O Potencial Dos 4Cs De Longo Prazo.** Disponível em: <https://www.thelongrun.org/the-promise-and-potential-of-the-long-run-4cs/> Acesso em: 11 nov 2022.

VAZ, Farã. **Cooperação internacional Brasil - África: programa cooperação tripartida prosavana em Moçambique.** 2016. 129 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Humanidades, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-CE, 2016. Disponível em : <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1191>. Acesso em: 08 out. 2022.

VEIGA, José Eli Da. **Desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/Xv3r9ypsxNsjLtTqtPCBnJP/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2022.

WIREDU, Kwasi. **How not to compare African thought with Western thought. Philosophy and an African culture,** Ensaios Acadêmicos, 1984.